



# Entre memórias e experiências:

Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil Rio de Janeiro (1870-1924)



Alexandra Lima da Silva



# RASCUNHO



Alexandra Lima da Silva

**Entre memórias e experiências: ensino  
e mercado editorial de livros didáticos  
de História do Brasil – Rio de Janeiro  
(1870-1924)**



São Paulo - SP  
Verona  
2015





## **EDIÇÕES VERONA**

### **EDITOR**

Alexandre dos Santos Mignon

### **EDITOR ASSISTENTE**

Emília dos Santos Mignon

### **CONSELHO EDITORIAL**

Rosangela Patriota (Coordenação Editorial)

Alcides Freire Ramos (Coordenação Editorial)

Antônio de Pádua Bosi

Arthur Cesar Isaía

Chiara Vangelista

Cléria Botelho

Edgard Vidal

Eduardo José Reinato

Heloisa Selma Fernandes Capel

Julierme Sebastião Morais Souza

Lourival Andrade Júnior

Nádia Maria Weber Santos

Paulo Roberto de Almeida

Paulo Roberto Monteiro de Araújo

Rodrigo de Freitas Costa

Thaís Leão Vieira





Copyright © 2015 – Alexandra Lima da Silva  
Direitos de Publicação reservados por Edições Verona  
Rua Capitão Manoel Novaes, 82, casa 1, Santana  
São Paulo – SP  
CEP: 02017-030

www.edicoesverona.com.br

edicoesverona@gmail.com

**Comissão Técnica**

Talitta Tatiane Martins Freitas – Editoração Eletrônica  
Rogério Martins de Freitas – Produção de Arte Gráfica e Capa

Revisado conforme o Novo Acordo Ortográfico

Todos os direitos reservados por Edições Verona. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez CRB8/145)

---

S578

Silva, Alexandra Lima da

Entre memórias e experiências: ensino e mercado editorial de  
livros didáticos de História do Brasil - Rio de Janeiro (1870-1924) /

Alexandra Lima da Silva

Recurso digital

1.ed. – São Paulo: Verona, 2015.

Formato: epub

ISBN: 978-85-67476-16-2

1. Livro didático. 2. Mercado Editorial. 3. Rio de Janeiro –  
história do Brasil. I. Título.

CDD 981

CDU 94

---

Índice para catálogo sistemático:

1. História do Brasil: Rio de Janeiro 981



## Índice

### Prefácio

### Introdução

### Capítulo I

#### **Culturas letradas no Rio de Janeiro: espaços de experiências**

A instrução no Rio de Janeiro: alunos, professores, diretores e proprietários de escolas

Os autores de livros didáticos

Os “negócios” em torno de livros didáticos na cidade do Rio de Janeiro

### Capítulo II

#### **“A carne do mercado”: como nasceram os livros didáticos de História do Brasil**

Os papéis dos editores na produção didática

Construindo redes de apoio e comunicação em torno do livro didático

Livros didáticos: um produto de massas?

### Capítulo III

#### **Ensino de história e livros didáticos de história do Brasil: entre mudanças e permanências**

Reformas, programas de ensino e livros didáticos de história do Brasil

Livros didáticos: concepções de história e ensino

Metodologias e linguagens de um “bom livro didático” de História do Brasil



# RASCUNHO

## Prefácio

Durante muito tempo, aprendemos que as histórias dos livros, da leitura e da cultura letrada no Brasil diziam respeito a um universo reduzido de cidadãos leitores visto que, entre nós, “os analfabetos são numerosos como as areias do mar”, como afirmou Francisco Luís da Gama Rosa ao avaliar o livro “Papéis avulsos”, de Machado de Assis, na *Gazeta da Tarde* de 2 de novembro de 1882. O próprio Machado já havia denunciado, na *Ilustração Brasileira* de 1º de outubro de 1876, que “a nação não sabe ler”. Corroboradas pelas primeiras estatísticas oficiais sobre o nível de instrução e analfabetismo no Brasil essas análises e avaliações serviram, em seu próprio tempo, para defender a necessidade de expandir a instrução pública e promover a necessária inclusão dos “70% [que, segundo Machado de Assis] jazem em profunda ignorância” à cultura letrada e à nação. Por outro lado, como entender o comentário nada lisonjeiro de José Veríssimo “a respeito de ‘homens formados’” que, supostamente seriam mais afeitos à leitura e aos livros, mas que “têm horror à letra redonda” de acordo com informações obtidas junto aos livreiros cariocas em 1883?

Essas e outras avaliações e julgamentos, proferidos em meio as tensões sociais e preconceitos que marcaram o processo contraditório de massificação da cultura letrada na cidade do Rio de Janeiro foram, muitas vezes, aceitas como verdades imutáveis que não precisam ser problematizadas e contextualizadas. Ao contrário, argumentos e números semelhantes serviram como testemunhos de que “o letramento custou a se espalhar” pela sociedade brasileira, que ler “é um luxo” que qualificava e conferiria distinção a um universo seletivo de brasileiros. Essa narrativa historiográfica que naturaliza as interdições sociais e os preconceitos de classe à expansão do ensino





público e à quebra do monopólio sobre os meios para a impressão e circulação de impressos, meios que historicamente sustentaram e aprofundaram desigualdades sociais e culturais, nem sempre esteve atenta às modificações significativas que se processavam no país e nos modos de produção, circulação e recepção de bens culturais a partir das décadas finais do século XIX.

Aguçando o olhar e questionando velhas certezas, Alexandra Silva nos traz outras histórias neste livro. A partir de análise apurada de “indícios de um aumento nas tiragens dos livros, na casa de 10.000 exemplares por edição” e das frequentes reedições, articulados às evidências do “barateamento da produção e dos preços do livro didático” – anunciados nas páginas dos periódicos a “preços módicos” e ao “alcance de todos” – às mudanças no “formato, métodos e renovação da linguagem”, ela demonstra a crescente diversificação dos grupos sociais produtores e leitores de impressos no Rio de Janeiro, entre 1870 e 1924.

Escrita inicialmente como dissertação de mestrado, a pesquisa realizada pela autora reuniu e analisou um conjunto diversificado de fontes históricas – livros didáticos, catálogos e almanaques de editoras, programas de ensino, anúncios, periódicos e memórias –, procurando “compreender as mudanças e permanências na produção de livros didáticos de História do Brasil no bojo da popularização da cultura letrada e da ampliação de públicos leitores” no Rio de Janeiro no período assinalado.

Ao definir sua abordagem na perspectiva da História Social Alexandra conseguiu escapar de abordagens estanques e unilaterais que ora analisam apenas a dimensão material dos livros – textos, capas, imagens – ora abordam unicamente os conteúdos e concepções esquecendo a materialidade dos impressos. Ao contrário, a autora acompanhou articulações entre cultura letrada e ensino de história para evidenciar tanto as motivações de autores, livreiros, editores e professores empenhados na “vulgarização do conhecimento histó-



rico através de manuais didáticos e da ampliação do ensino formal” quanto dimensões da produção e do mercado editorial de didáticos no período em questão.

Seguindo as trajetórias dos sujeitos envolvidos com livros didáticos de História do Brasil, Alexandra constatou que muitos deles não pertenciam aos círculos eruditos dos homens de letras na cidade apontando os rumos da diversificação e renovação de autores e editores para além dos nomes “consagrados” – Rocha Pombo, Júlio Ribeiro, os Laemmert, os Garnier e Francisco Alves –, para evidenciar as experiências daqueles considerados “menores” ou “anônimos” – como Mario da Veiga Cabral e Antônio Álvares Pereira Coruja ou os “Livreiros-Editores” Quaresma e Cia. e sua *Livraria do Povo* ou *Livraria Popular*, de propriedade de Jacinto Ribeiro dos Santos. Sua investigação também questiona a imagem consagrada sobre o mercado editorial no período – uma produção artesanal e de escala reduzida – atenta às transformações no negócio de livros, particularmente daqueles destinados ao ensino, em plena expansão na cidade com tiragens crescentes e reedições frequentes.

Por outro lado, sua análise cuidadosa dos livros didáticos – títulos, prefácios, dedicatórias, avaliações críticas –, assim como de catálogos, programas de disciplinas e listas de livros adotados em diversos colégios, permitiu desvendar a rede que articulava autores/editores/professores/ em torno da produção didática de livros de história do Brasil, indicando transformações e permanências neste processo entre 1870-1924. Nessa conjuntura ela acompanha o processo de massificação do livro didático, articulado a outras redes de comunicação social, atenta ao papel central dos editores na transformação de originais em uma “mercadoria intelectual”, assim como na seleção e preparação dos conteúdos históricos dignos de serem publicados, sua adequação aos novos públicos leitores e a configuração de novos circuitos de difusão e comercialização de materiais didáticos.

Alexandra também indaga sobre as “intenções de alguns auto-





res e editores de livros didáticos, que buscavam produzir livros acessíveis à ‘gente comum’”, os investimentos na renovação de linguagens – com mudança nos formatos, incorporação de ilustrações, cores e mapas – e também a redução dos preços que, associados às tiragens crescentes, são indícios preciosos do processo de popularização de didáticos destinados a novos públicos leitores como, por exemplo, os “alunos de cursos noturnos e leitores autodidatas”.

Não menos importante foi o investimento realizado pela autora para a compreensão da finalidade do ensino de História, e do lugar conferido ao livro didático nesse processo, assim como dos aspectos (conteúdos, métodos e linguagens) que, segundo autores, editores e críticos, caracterizariam um “bom livro didático” de História do Brasil naquele momento histórico. Por último, através de livros de memórias (de autores, ex-alunos, professores e editores), Alexandra nos aproxima da história ensinada nas salas de aulas e os usos possíveis dos livros didáticos por professores e alunos.

A leitura deste livro revela múltiplas facetas da escrita e edição de livros didáticos de História no Rio de Janeiro: negócio e fonte de lucros para alguns, caminho para inserção no reduto da cultura letrada da cidade para outros, complementação da sobrevivência para muitos e até instrumento para lutar pela ampliação da instrução pública. As histórias contadas por Alexandra redimensionam interpretações, questionam velhas certezas e oferece uma contribuição efetiva aos estudos históricos sobre o ensino e o mercado editorial de didáticos.

Laura Antunes Maciel

Professora do Departamento de História da UFF





# RASCUNHO

## Introdução

Este trabalho analisa articulações entre a expansão do ensino e do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro entre 1870 e 1924, a partir de livros didáticos de História do Brasil. Através de fontes variadas, tais como os próprios livros didáticos, catálogos e almanaques de editoras, programas de ensino, anúncios, periódicos e memórias, este estudo busca compreender as mudanças e permanências na produção de livros didáticos de História do Brasil no bojo da popularização da cultura letrada e da ampliação de públicos leitores na cidade. Procura acompanhar as ações dos sujeitos envolvidos nesse processo – autores, livreiros, editores e professores – em busca de suas motivações e dos múltiplos significados envolvidos nas experiências de vulgarização do conhecimento histórico através de manuais didáticos e da ampliação do ensino formal.

A periodização do presente trabalho é fruto das reflexões oriundas do próprio processo de pesquisa (SILVA, 2005; 2008), que inicialmente, trabalhou com um recorte mais amplo, abarcando o período de 1854-1931, escolha em parte feita como decorrência das publicações dos livros didáticos localizados e analisados na monografia, e também, pelo peso do Colégio Pedro II. Todavia, ao problematizar algumas escolhas, fazendo novas perguntas e questionamentos, fez-se necessário refletir sobre os significados da produção de livros didáticos no interior das transformações mais amplas, considerando a expansão do ensino público e a popularização da cultura letrada na cidade, ampliando o acesso à educação e a produção e difusão de textos impressos por outros grupos sociais que não as elites.

Avançando a pesquisa pode observar que a partir de 1870 houve uma progressiva expansão no ensino (público e particular) e





principalmente, o ensino para as classes elementares amplia-se significativamente, com uma vulgarização do conhecimento histórico via livros didáticos de história do Brasil. Tais evidências de investimentos em livros didáticos justificam-se como parte das lutas e projetos de reformas na instrução “para o povo”. Neste período notei também o florescimento do mercado editorial de livros didáticos e populares na cidade do Rio de Janeiro intrinsecamente relacionado à inserção de outros sujeitos nas práticas da cultura letrada na cidade. Por isso, este trabalho busca pensar de que maneira o aumento na oferta de instrução formal representou uma ampliação dos públicos leitores na cidade do Rio de Janeiro, pensando as distintas experiências em torno da educação, edição e difusão dos livros didáticos no Rio de Janeiro entre 1870-1924.

Por sua vez, na década de 1920 evidencia-se um aumento significativo no número de habitantes da cidade do Rio e a consolidação do declínio no número de analfabetos, menor que a população alfabetizada na cidade. Além disso, neste momento temos uma produção de livros didáticos com características diferentes da segunda metade do século XIX, pois há indícios de um processo de massificação com um aumento no número de tiragens dos livros, na casa de 10.000 exemplares por edição. A busca pelo barateamento da produção e dos preços do livro didático se apresenta na estrutura gráfica voltada para públicos diversificados, incrementando em formato, métodos e renovação da linguagem com uso de ilustrações, mapas e outras inovações.

A produção de livros didáticos neste período não era “artesanal”, como muitos afirmam, e atentar para a existência de outros sujeitos envolvidos na produção didática é crucial para a compreensão das dinâmicas e transformações no negócio de livros no Brasil, que pelo visto, interessava a muitos, e não apenas aos 3 livreiros mais importantes como muitos estudos defendem. O fato de parcela significativa de estudos concentrarem suas análises nos editores “consa-





grados”, dentre os quais temos os Laemmert, os Garnier e Francisco Alves, explica porque ignoram muitas vezes, “livreiros” tidos como “menores”, além de silenciarem sobre os outros sujeitos históricos envolvidos nesta atividade, fundamentais para a existência dos próprios livreiros.

Este é o caso do estudo de Laurence Hallewel, que apesar de trazer muitas informações importantes sobre o mercado editorial no Brasil, não reconhece a importância dos outros livreiros e outros sujeitos envolvidos na atividade de edição e comércio de livros. Apesar de suas contribuições, as análises de Hallewell são muito factuais, além de terem uma concepção muito fragmentada do objeto. (HALLEWELL, 1985.)

Mais recentemente, diversos estudos têm se caracterizado por abordagens multidisciplinares, incorporando à perspectiva de uma história editorial a preocupação com uma “história da leitura” com o objetivo de reconstituir as relações dos homens com os livros e os modos de ler de grupos sociais diversos. (ABREU, 1999.) Tem-se considerado também a constituição histórica de um mercado editorial no Rio de Janeiro já no século XIX com a intensa produção, circulação e recepção de impressos, e estudos sobre editoras. (EL FAR, 2004; DUTRA, 2005.) Por sua vez, os trabalhos do professor Aníbal Bragança atentam para o importante lugar da produção didática neste mercado. (BRAGANÇA, 1995; 1999; 2004.) Mais recentemente, diversos estudos têm se caracterizado por abordagens multidisciplinares, incorporando à perspectiva de uma história editorial a preocupação com uma “história da leitura”, com o objetivo de reconstituir as relações dos homens com os livros e os modos de ler de grupos sociais diversos. Uma importante referência neste sentido é o livro *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*, organizado por Márcia Abreu e Aníbal Bragança. (ABREU; BRAGANÇA, 2010.) Tem-se considerado também a constituição histórica de um mercado editorial no Rio de Janeiro já no século XIX com a intensa





produção, circulação e recepção de impressos, e estudos sobre editoras. (EL FAR, 2004; DUTRA, 2005.)

De um modo geral, pesquisas sobre os livros (e sobre os livros escolares) se intensificaram a partir dos trabalhos de Lucien Febvre e Henri Jean Martin (FEBRVE; MARTIN, 1992) sendo o livro concebido por estes como um “fermento”, o difusor de profundas transformações nas relações humanas. Deste modo, a historiografia francesa das últimas décadas ampliou os títulos sobre o mundo das letras, da leitura e dos leitores na Europa e no Ocidente, num campo de estudo denominado História Cultural, tendo como referências teóricas os muitos trabalhos de Roger Chartier. (CHARTIER, 1988.)

Os estudos de Chartier propõem “uma mudança de perspectiva” em relação ao livro, pois, seus estudos relacionam a leitura ao universo social dos leitores, considerando as práticas de leitura, sugerindo três elementos como cruciais para a compreensão do universo da leitura: *o texto, o objeto e a prática*. No interior da historiografia brasileira, os trabalhos de Chartier tiveram muita ressonância, sobretudo para abordagens que se identificam com a chamada *História Cultural* e a *Nova História Cultural*.

Além da perspectiva teórica de Chartier, outros estudiosos se dedicaram à questão do livro. Robert Darnton explora o papel da leitura, da mídia e do Iluminismo, atentando para o que estaria “por trás” da leitura no passado, o que as pessoas achavam sobre *o que liam, como liam, e os significados* que tais leituras tinham nas vidas dos indivíduos. (DARNTON, 1990, p. 153.) Já o italiano Carlo Ginzburg, ao estudar especialmente o autodidatismo do moleiro Menocchio, analisou as práticas e aprendizagem da leitura no âmbito da *cultura popular* no século XVI. (GINZBURG, 1987.)

Em relação aos trabalhos *sobre* livros didáticos de história do Brasil, muitas são as áreas do conhecimento (comunicação, história,





educação) e correntes teóricas que se propõem a pesquisá-los.<sup>1</sup> Dada a infinidade de trabalhos acadêmicos sobre este objeto,<sup>2</sup> me deterei àqueles que se propõem a trabalhar com recortes cronológicos próximos aos meus, entre finais do século XIX e inícios do XX.

No âmbito da historiografia da educação, muitos são os caminhos e abordagens para se explorar o universo dos livros, em suas muitas nuances e possibilidades. Especificamente em relação aos trabalhos sobre livros didáticos de História, muitas são as perspectivas e correntes teóricas que se propõem a pesquisá-los, num processo onde diariamente surgem novos trabalhos, com importantes contribuições para o debate. Dentre tal produção, destacam-se alguns trabalhos que se aproximam do objeto por ora apresentado neste artigo.

Dentre as referências sobre a problemática do livro didático, destacam-se os estudos de Alain Choppin. Traduções de textos do historiador francês Alain Choppin no Brasil foram importantes para as apropriações das perspectivas desse autor e da consolidação do mesmo como importante referência nas pesquisas sobre o livro didático. (CHOPPIN, 2002; 2004; 2009.) Para o autor:

[...] a primeira dificuldade relaciona-se à própria definição do objeto, o que se traduz muito bem na diversidade do vocabulário e na instabilidade dos usos lexicais. Na maioria das línguas, o “livro didático” é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível explicitar as características específicas que podem estar relacionadas a cada uma das denominações, tanto mais que as palavras quase sempre sobrevivem àquilo que elas designaram por um determinado tempo. (CHOPPIN, 2004, p. 549.)

1 Dentre as quais destaca-se a corrente que se propõe a uma história das disciplinas escolares, tendo como marcos teóricos importantes: CHERVEL, 1990; JULIA, 2002.

2 Dentre as mais recentes monografias, dissertações e teses, cito algumas defendidas na Universidade Federal Fluminense: MOSTAFA, 2006; ALMEIDA, 2005; VIDAL, 2005; REZNIK, 1992.





Seguindo o rastro dos livros didáticos, Circe Bittencourt analisou a construção do saber escolar de História no período compreendido entre a criação das primeiras escolas públicas elementares e secundárias até os anos iniciais da República. Aludindo a toda produção nacional, o trabalho é uma importante contribuição, sobretudo por perceber o objeto em suas múltiplas dimensões, apontando para as articulações entre Estado e mercado editorial e para a complexidade dos domínios que envolvem o livro: mercadoria/ instrumento de ensino/ veiculação ideias e valores. (BITTENCOURT, 1993.) Recentemente a referida autora fez um balanço das trajetórias de pesquisas sobre a produção didática, evidenciando um crescimento das investigações sobre a temática, indicando os diferentes lugares institucionais em que são produzidas as pesquisas. (BITTENCOURT, 2011, p. 487.) O trabalho de Arlete Gasparello acompanhou a configuração da disciplina escolar no ensino institucional secundário brasileiro, tendo como foco de análise o Colégio Pedro II e os programas de ensino da história nacional. (GASPARELLO, 2002.) Por sua vez, Giselle Baptista Teixeira analisou os livros de leitura para a escola primária no império, concebendo o livro como um veículo de circulação de saberes determinados, mas também como forma de controle e dominação da população. A autora indica que muitos livros didáticos de história eram utilizados como livros de leitura nas escolas imperiais. (TEIXEIRA, 2008.) Por sua vez, a tese de Kênia Hilda Moreira explora o ensino de História no contexto republicano a partir dos livros didáticos. (MOREIRA, 2011.) Já na dissertação de mestrado intitulada *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil – Rio de Janeiro (1870-1924)* analisou-se a expansão do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro, a partir da publicação de obras de cunho didático voltadas para a vulgarização do conhecimento histórico. (SILVA, 2008.)

Por outro lado, há análises específicas sobre autores de livros didáticos de história, como as que existem sobre Rocha Pombo, (LUCHESE, 2004; SILVA, 2012.) João Ribeiro, (HANSEN, 2000; MELO,





1997.) Joaquim Manuel de Macedo, (MATOS, 1993.) Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, (CHAMON, 2008.) Joaquim Maria de Lacerda, (FREITAS, 2007.) dentre outros tantos.

Feito o mapeamento de alguns trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre os manuais didáticos, propõe-se por ora, analisar alguns aspectos referentes a produção de livros didáticos, pois afinal, como eram elaborados? De quem era a iniciativa? Havia incentivos públicos para escrita de livros didáticos? Quais? Para quem? Quais as estratégias dos editores de livros didáticos?

O presente trabalho insere-se numa perspectiva teórica da História Social, no sentido conferir visibilidade a outros sujeitos de “fora” dos grandes temas consagrados pela historiografia oficial, numa preocupação com a compreensão dos nexos e das relações sociais existentes na atividade humana. Optou-se por explorar as articulações entre cultura letrada e ensino de história na cidade do Rio de Janeiro, compreendendo a leitura e a escrita como dimensões da experiência social e como campo de tensão entre grupos. (THOMPSON, 2002, p. 31.)

Em torno das perspectivas da história social, pensamos o livro didático não como um objeto estanque, mas inserido nas articulações e relações sociais que o produziram, buscando conforme sugere Cruz, os múltiplos usos sociais da “cultura letrada” em grupos sociais distintos:

Nessa conjuntura, a difusão e ‘popularização’ da cultura letrada via processos como a escolarização em massa, o desenvolvimento da linguagem comercial da propaganda e a formação de uma imprensa comercial colocam-se como questões importantes para a compreensão das novas redes de comunicação social na metrópole e das relações de poder aí emergente. (CRUZ, 2000, p. 36.)

Deste modo, é possível pensar o acesso ao livro didático e ao





universo da cultura letrada como uma possibilidade de ampliação de direitos de cidadania, vislumbrados com o ingresso em escolas, dentre outros, como manifestações de luta e expressão de embates em torno da educação “para o povo”. Neste ponto, analisamos o aumento da oferta de ensino, e da produção de livros didáticos, enquanto fruto de pressões de sujeitos que reivindicavam uma ampliação por participação política e social, uma vez que o domínio das letras significava muito neste sentido. Não interpretamos, portanto, tais conquistas como doações espontâneas vindas de “cima” ou como fruto de um progresso material e técnico que fez proliferar também a oferta de livros e informações.

As demandas sociais que levaram à expansão do ensino público representavam também lutas por melhorias nas condições de ensino, seja na construção de novas escolas, seja no envio de livros didáticos de qualidade para as escolas das freguesias menos “nobres” da cidade. (SCHELER, 2002.)

No que tange ao “público leitor” de livros didáticos, é importante refletir sobre a possibilidade de uma ampliação e diversificação do público leitor de um modo geral, extrapolando as instituições de ensino oficiais da época, indicando com isto o desenvolvimento de diferentes modos e usos da leitura a partir do século XIX, concebendo os livros didáticos para além do universo escolar, incluindo, assim, os usos realizados pelas camadas populares, como por exemplo, alunos de cursos noturnos, leitores autodidatas, como apreendemos nas intenções de alguns autores e editores de livros didáticos, que buscavam produzir livros acessíveis à “gente comum”, uma vez que para alguns:

O conhecimento da história de um povo não se adquire rapidamente no decurso de um ano escolar: – nesse período aprende o que mais importante nela se observa. Aliás, para o comum dos homens para os que se não destinam a cultores extremados da evolução de seu país, não é necessário o





relato minucioso dos fatos de sua historia. Dá-se-lhes, nestes casos, uma noção dos principais acontecimentos fazendo ressaltar os tipos eminentes que neles figuraram. (COUTO, 1920, p. 3.)

Conforme Thompson, as classes trabalhadoras não eram simples presas de forças históricas externas e determinantes, tendo desempenhado um papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição de sua própria identidade cultural:

O autodidata tinha, muitas vezes, um entendimento desigual e difícil, mas era seu. Como tinha sido obrigado a encontrar seu próprio caminho intelectual, pouco tomou de empréstimo: sua mente não se movia dentro da rotina estabelecida de uma educação formal. (THOMPSON, 1988, p. 48.)

Todavia, as camadas populares não apenas “consumiam” os livros. Analisando a trajetória dos próprios autores de livros didáticos de história, observa-se que as experiências e motivações destes eram bastante distintas. Ao contrário do que muitos estudos afirmam, os autores de livros didáticos e livros de cunho mais popular não eram apenas “homens de letras” ou membros de uma elite intelectual e econômica. Muitos dos autores (e autoras) provinham de classes menos favorecidas, o que ajuda na compreensão da escrita de livros didáticos numa dimensão de lutas e embates, concebendo o acesso das classes populares à cultura letrada como possibilidade de “fazer comunicável sua memória e experiência”. (MARTIN-BARBERO, 2001, p. 179.)

Neste sentido, tomo de empréstimo a noção de experiência conforme pensada por Thompson como categoria importante para não homogeneizar ações, onde:

[...] homens e mulheres também retornam como sujeitos





[...] não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida, ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...]. (THOMPSON, 1981, p. 50.)

A escolha das fontes foi feita no sentido pensar a relação estabelecida com o presente, a fim de modificá-lo, na perspectiva de que a maneira como “enxergamos” o passado é mutável, pois “é o presente que questiona e faz as intimações”. (CHESNEAUX, 1976, p. 24.)

Os registros da experiência social utilizados como fontes neste trabalho foram analisados com a preocupação de não homogeneizar as experiências dos sujeitos envolvidos nas tensões e disputas em torno da elaboração dos livros didáticos de história do Brasil, num sentido de não fazer uma “história da leitura”, ou “história do livro”, mas inserindo a produção de livros didáticos no âmbito das lutas e relações sociais mais amplas da vida urbana naquele momento histórico.

As perguntas feitas às fontes seguem o movimento de vislumbrar as possibilidades no fazer das pessoas, para afirmar “isto pôde (e pode) ser feito”, (SARLO, 1997, p. 42.) sobretudo na localização de documentos que permitiram identificar outros sujeitos, questionando esquecimentos, silêncios, evidenciando diferentes memórias, (MACIEL, 2006, p. 224.)

Além dos livros didáticos, outras fontes foram pesquisadas, tais como memórias, notas publicadas na imprensa, catálogos de editoras, programas de ensino, planos de reforma da instrução, periódicos, etc., com a preocupação de buscar registros que respondessem sobre os vários aspectos que julgamos importantes e interligados, e que não estavam separados. Tais registros são fundamentais para que não esqueçamos os sujeitos que participam desse processo, atentan-





do para as pistas sobre usos e apropriações dos livros didáticos por professores e alunos (percebidas por meio dos livros e também memórias e literatura), além das concepções e conteúdos históricos eu livros didáticos elaboravam e vulgarizavam.

Os livros didáticos foram localizados em locais diversos, tais como Colégio Pedro II, IHGB, Biblioteca Nacional e sebos especializados em livros raros. Muitos títulos foram localizados em catálogos de editoras, mas não foram encontrados alguns exemplares e sabe-se de sua existência exatamente pela análise dos catálogos e anúncios.

O desaparecimento destes livros deve ser interrogado e inserido nas reflexões sobre os esquecimentos produzidos no próprio fazer histórico. Neste ponto, a preocupação é não minimizar as experiências dos diferentes sujeitos em questão. Explorar os livros didáticos em seus títulos, prefácios, dedicatórias, número de páginas, ilustrações, linguagem, preços, forneceu indícios preciosos na localização e articulação entre os envolvidos na produção didática de livros de história do Brasil, indicando transformações e permanências neste processo entre 1870-1924.

Já os periódicos e legislação foram importantes para compreender os espaços de divulgação dos livros didáticos, bem como a atuação de autores, editores e livreiros no sentido de melhor se posicionarem no mercado, buscando maior credibilidade junto ao público, anunciado não somente as “novidades”, como também, enfatizando-se “os preços módicos”, ao “alcance de todos”.

Em relação à legislação escolar, a tomamos com campo de expressão e lutas sociais, atentando que os programas passavam por rigorosa seleção e avaliação dos conteúdos considerados importantes. Em relação ao ensino de história, considerava-se a que fosse “mais digna” de ser conhecida e memorizada pelos alunos.

Outro corpus documental desta pesquisa localiza-se no Fundo





de Instrução do Arquivo Nacional, sobretudo na localização da Diretoria de Impressões Autorizadas, importante para a compreensão dos diversos envolvidos na expansão do ensino, apontando para a necessidade de investir em materiais para “modernizar” a instrução, que mudava de públicos e intenções.

No que tange às memórias (de autores, ex-alunos, professores, e sobre editores), estas foram fundamentais para a problematização dos usos do livro didático em sala de aula pelo professor e pelo aluno, contribuindo para delimitarmos, inclusive, as mudanças nos usos e sentidos do livro didático ao longo dos anos. Além disso, as memórias ajudaram na análise sobre as relações entre os diferentes sujeitos, tais como professores, alunos, livreiros, editores, políticos, dentre outros.

O livro está estruturado em três capítulos. O primeiro intitula-se “Culturas letradas no Rio de Janeiro”. Problematiza as articulações em torno dos livros didáticos, refletindo sobre significados da existência de livros didáticos para autores, livreiros, editores e público leitor na cidade do Rio de Janeiro, pensando as culturas letradas existentes no Rio de Janeiro no referido período no âmbito das lutas e tensões entre os sujeitos distintos.

O segundo capítulo, “Como ‘nasciam’ os livros didáticos de História do Brasil”, problematiza o processo de “nascimento” dos livros didáticos, com destaque aos de História do Brasil, com ênfase ao papel do editor na elaboração do livro didático, e às transformações deste produto: de objeto caro e para consumo de poucos a um produto de “massas”, acessível a todos os bolsos e públicos. Acompanhar essa massificação do livro didático e sua articulação a outras redes de comunicação social permite também compreender quais as histórias eram apresentadas como dignas de serem difundidas, para quais públicos e com quais intenções.

Por fim, o terceiro capítulo, “Ensino e livros didáticos de his-





tória do Brasil: entre mudanças e permanências”, analisa o papel do livro didático de História do Brasil no ensino de história, com ênfase aos aspectos metodológicos, às linguagens e outros aspectos que caracterizavam um “bom livro didático” para os críticos do momento. Essa problematização permitiu avaliar até que ponto muitas perspectivas de história do Brasil ensinadas na segunda metade do século XIX e inícios do XX permaneceram na memória e no ensino de muitas gerações, orientadas muitas vezes, pelos grandes fatos e feitos de personagens da vida política e institucional, servindo como parâmetro para selecionar os conteúdos dos programas, e também, a seleção e preservação de uma memória social, no singular.





# Capítulo I

## Culturas letradas no Rio de Janeiro: espaços de experiências





## **A instrução no Rio de Janeiro: alunos, professores, diretores e proprietários de escolas**

Um dos princípios norteadores do presente trabalho foi tentar apreender a produção de livros didáticos a partir das articulações dos sujeitos e instituições: autores, livreiros, editores, impressores, tipógrafos, escolas (o que inclui professores, alunos, diretores), pensando com isso uma expansão do ensino e mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX.

Neste processo, as mudanças não ocorreram somente a partir de leis e decretos, sendo importante considerar os movimentos diversos dos sujeitos, em suas ações, lutas e estratégias diversas, tais como aproximações, contatos, associações, dentre outras. Penso com isto uma rede articulada em torno da produção de livros didáticos, e de como isto representou uma difusão nos usos e alcances dos mesmos e no florescimento de um mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro.

Neste sentido, através da análise do livro didático junto a redes de comunicação social e linguagens, o concebo como algo complexo, atingindo diferentes públicos, na perspectiva indicada por Laura Maciel, (2006, p. 204.) pensando a emergência de uma cultura de massa sustentada pela articulação entre ampliação das redes de ensino e dos meios de comunicação, compondo com isto, uma “ampliação dos circuitos de comunicação social no Rio de Janeiro”, a partir da “formação de novos grupos produtores (autores, editores, jornalistas) e difusores (livrarias, bibliotecas, associações, escolas) de materiais impressos de natureza diversa (livros, folhetos, periódicos)”. (MACIEL, 2006, p. 212.)





Proponho com isto analisar a relação entre “cultura letrada e cidade”, uma vez que a cidade do Rio de Janeiro já em meados do século XIX apresentava uma série de especificidades em relação ao restante do país, com uma crescente expansão na rede de ensino, e uma crescente e gradual queda no percentual de analfabetismo.

Segundo o censo de 1870, mais da metade da população do Rio de Janeiro era considerada analfabeta. Em 1890, havia cerca de meio milhão de pessoas na cidade, o dobro em relação a 1870. Deste meio milhão, 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres foram registrados como alfabetizados, o que representava em termos numéricos cerca de 270 mil pessoas capazes de ler e escrever. Em 1924, num universo de 1. 157.141 de habitantes, 61,1% das pessoas eram alfabetizadas, superando o número de “iletrados” na cidade. (DAMAZIO, 1996, p. 125.) Estas taxas eram as mais baixas do país e mostram o crescimento contínuo da população alfabetizada no Rio de Janeiro que, em princípio, já dominava as primeiras letras ou, pelo menos, podia ler e ter acesso a textos impressos.

Com isto, tenho a preocupação de compreender o crescimento no número de pessoas alfabetizadas naquele momento como uma das formas de luta e participação da população não somente nas eleições, uma vez que ser alfabetizado era condição para tanto, mas também, enquanto parte da luta pela melhoria nas condições de vida, ampliando-se o acesso aos direitos de cidadania. Tal crescimento não deve ser interpretado como uma “benesse para o povo”, mas como uma conquista em meio a disputas e embates travados historicamente.

Acompanhando as discussões parlamentares e artigos publicados na imprensa, a questão da instrução pública estava na ordem do dia e ganhava visibilidade por meio de diferentes projetos e iniciativas que propunham a necessidade de reformar o ensino e lutar contra o analfabetismo, dentre outras.





Afinal, para quê e para quem serviria a instrução? Em torno destas questões havia muita dissonância, uma vez que para uns, a instrução era sinônimo de luta, resistência e ascensão social, ao passo que para outros, era defendida enquanto um privilégio para poucos, demarcadora de lugares sociais.

A instrução na cidade do Rio de Janeiro em finais do século XIX era composta por escolas públicas, particulares, além da experiência das escolas mantidas por associações de classe, voltadas para um público diversificado. Observando os dados estatísticos sobre o número de escolas existentes no Distrito Federal, sabemos que no ano de 1892 eram 120 as escolas primárias e 5 as escolas secundárias públicas, 2 internatos para menores, a Escola Normal, além de 85 estabelecimentos privados de ensino primário e 58 de instrução primária e secundária.

No ano seguinte, o número de escolas públicas elevou-se para 150, em 1897 já eram 154 escolas, que aumentam para 274 em 1907 e 295 em 1910. Especificamente para o ensino de adultos existiam desde 1893, cursos noturnos para os maiores de 14 anos de ambos os sexos, criados em algumas escolas primárias, de preferência perto de fábricas. Em 1907 o ensino noturno foi reorganizado e expandido, existindo 11 escolas que funcionavam à noite. A partir de 1912 os cursos noturnos passaram a atender também as mulheres e o número de escolas aumentou para 21. (DAMAZIO, 1996, p. 126.) Existiam renomados colégios voltados para a instrução de meninos e meninas, sob as formas de internato e externato, sendo boa parte destes situados em bairros como Botafogo, Laranjeiras e Centro.

Em relação ao número de alunos matriculados, segundo o Censo de 1872 havia 10.100 indivíduos matriculados nas escolas públicas e particulares, o que representava 20% das crianças livres. Já em 1876 foram registrados 14.257 alunos matriculados. Em inícios da década de 1880, existiam 18.804 alunos regularmente matriculados nas escolas, 8.740 em escolas públicas e, 10.064, em escolas





particulares. (SCHUELER, 2002.)

Entretanto, apesar do crescimento da rede formal de ensino, a frequência às aulas manteve-se baixa, e “apenas cerca de 60% dos alunos matriculados compareciam às aulas”. (DAMAZIO, 1996, p. 128.)

O investimento na abertura de escolas elementares foi maior em relação às escolas secundárias. Se em 1869, havia 230 escolas secundárias e 3.723 escolas elementares, em 1889 temos um aumento no número de escolas elementares, 266 e somente 138 escolas secundárias (ALMEIDA, 1989).

A rede particular oferecia também colégios “para meninas”, dirigidos por “respeitadas e dignas” senhoras, da mais alta competência e segurança dos pais, como procuravam fazer crer os anúncios de colégio para moças publicados nas páginas do Almanak Laemmert:<sup>3</sup>

**Figura 1:** Anúncio do Colégio da Imaculada Conceição

---

3 O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro trazia informações diversas para o “público da corte”, sendo uma referência de grande utilidade para todos, informando dados gerais da cidade, informes de estabelecimentos comerciais, etc.





034 COLLEGIOS DE MENINAS.  
**COLLEGIO DA IMMACULADA CONCEIÇÃO.**  
 Fundado em 1854  
 PELA  
 ASSOCIAÇÃO DE S. VICENTE DE PAULO. [1855]



120 PRAIA DE BOTAFOGO 120  
 ANTIQO N. 30.

Este estabelecimento, confiado á direcção das Irmãs de Caridade, tem por fim a educação da mocidade, baseada sobre a Religião e a Moral.  
 Depois de uma solida e sempre maternal vigilância, as educandas se conservão constantemente sob as vistas de suas instras, que presidem, não só a seus trabalhos escolasticos e manuaes, como tambem no seu lazer e divertir, as suas refeições, recreios, etc.  
 As professoras, que nada omittem para dar a suas alumnas uma completa e esmerada educação, empregão tambem particular cuidado em lhes infundir esse espirito de ordem e de arranjo, tão necessario a uma joven, seja qual for o logar que tenha de occupar na sociedade.  
 O estudo do caracter das educandas é objecto de uma attenção muy particular, e, trabalhando-se em ornar e cultivar o seu espirito, procura-se ao mesmo tempo formar seu coração, regular seu pensar, e dirigir para o bem todas as suas inclinações.  
 As horas de estudo e de recreio são intermeadas de maneira que as meninas possam alternadamente passar do trabalho manual ao estudo, sem quebra de sua saúde: accrescendo que a situação agradável e salubre do tão vasto edificio, cercado de jardins e de passeios, junto a um alimento tão abundante, garante uma boa saúde ás educandas.  
 Este artigo offerece um cuidado particular: uma Irmã é delle especialmente encarregada. Em caso de doença, os pais serão logo avisados.  
 Para facilitar a applicação das disciplinas, além dos exames no fim do anno, ha em cada mes um concurso sobre os diversos ramos do ensino. Um quadro na sala de recepção indicará os lugares que cada menina houver merecido.  
 Cada trimestre remetter-se-ha aos pais o boletim da conducta e do adiantamento de suas filhas.  
 A pensão é de 120\$ por trimestre, pagos adiantados. Não se faz desconto nem por férias nem por qualquer outro tempo que as meninas passarem fora do estabelecimento.

**Materias do ensino comprehendidas no preço da pensão.**

|                   |                       |                          |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|
| Doctrina christã. | Lingua portugueza.    | Mapas geographicos.      |
| Lectura.          | Dita franceza.        | Cosmographia.            |
| Calligraphia.     | Dita ingleza.         | Chronologia.             |
| Arithmetica.      | Composiçã litteraria. | Historia sagrada.        |
| Systema metrico.  | Geographia.           | Dita patria e universal. |

E tambem os trabalhos proprios de uma sehora, taes como: costura, crochet, tapeçaria, bordado branco, malles, ouro e fructo; flores de panno, papel, couro, etc.

(Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1880. Rio de Janeiro: Laemmert, 1880, p. 634.)

Havia também, projetos e iniciativas de instrução popular, sobretudo no que se refere à alfabetização de adultos e instrução primária, se constituindo gradualmente, em função das crescentes demandas e pressões no sentido de ampliação de direitos. (MARTINEZ, 1997.)

Neste aspecto, temos os vários cursos noturnos para adultos criados por iniciativa de instituições mantidas por “cidadãos filantropos” preocupados em “educar” os pobres em geral e os trabalhadores em particular, como o do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, criado em 1856, instituído para “ministrar a educação elementar





aliada ao ensino técnico-profissionalizante de adultos e jovens”, mas que continuou ampliando suas atribuições e públicos:

Este patriótico, gratuito e utilíssimo estabelecimento, cujos beneméritos professores lecionam sem a menor retribuição, foi promovido pelo arquiteto Bittencout da Silva em 23/11/1856 e inaugurado no dia 9/1/1858, no consistório da igreja matriz do santíssimo sacramento; funcionou na igreja de S Joaquim por espaço de 19 anos. Contando já 24 anos de existência, tem prestado ao povo, e principalmente às classes operarias, utilíssimos serviços. Além das aulas publicas de ciências aplicadas, que já funcionam com a maior regularidade, e das do ensino do sexo feminino inauguradas a 11/10/1881, espera abrir brevemente como máximo empenho oficinas para o ensino pratico dos seus alunos. O curso de suas aulas começa anualmente na 1ª quinzena do mês de março e termina no ultimo de novembro. Instituído no próprio nacional, a Rua da Guarda velha, 3 e 5. (ALMANAK LAEMMERT, 1882, p. 1730.)

Existiam outras instituições semelhantes, tais como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Sociedade Propagadora das Belas Artes e a Sociedade Propagadora da Instrução aos Operários da Freguesia da Lagoa, apenas para citar algumas iniciativas. Entretanto, existiram inúmeras experiências de associações de trabalhadores que elaboraram projetos de instrução “para os trabalhadores e seus filhos”, num movimento que partia dos próprios trabalhadores diversos (tipógrafos, comerciantes, Caldeireiros de Ferro, operários). (CLÍMACO, 2007, p. 8.)

A partir dos anos 1870 anúncios sobre cursos noturnos voltados para públicos específicos tornaram-se mais recorrentes, como o oferecido pelo Bacharel Mata de Araújo especialmente para o “professorado e público das primeiras letras”, ou ainda, escolas criadas pelas mais diversas iniciativas e localizadas em diferentes partes da cidade, oferecendo ensino gratuito para a “classe desprovida”:





Escola Noturna Gratuita da Cancellia. Esta escola conta mais de 2 anos de existência. Tem o caráter popular, pois que ensina as classes da freguesia mais desprovidas da fortuna. Em seu seio admite pessoas de todas as nacionalidades e condições. Ensina pelo método de leitura da cartilha material de João de Deus e tem preparado por esse método grande número de alunos. Ensina as matérias elementares de instrução primária mais necessárias as classes proletárias. No seio da escola são banidos todos os preconceitos, e só tem importância o merecimento do aluno, quer no aproveitamento, quer na conduta moral. (ALMANAK LAEMMERT, 1882, p. 1761.)

É preciso considerar que embora o aumento na oferta de cursos e escolas para a instrução formal seja fundamental para compreender a expansão do letramento entre grupos sociais, ela não foi o único determinante na ampliação do público leitor, para o que contribuem outras experiências como a difusão de jornais e revistas, a criação de bibliotecas, etc. Vale ressaltar, também, que os livros didáticos analisados neste trabalho são aqueles destinados ao ensino de história do Brasil, o que nos leva ao entendimento de que os públicos aos quais se destinavam já dominavam as primeiras letras, ainda que nem sempre estivessem matriculados em escolas ou cursos regulares.

Pude observar também que muitos autores de livros de História pretendiam atingir pessoas que não necessariamente frequentavam os bancos escolares, pois incluíam entre os seus destinatários os “homens simples do povo”, expressando talvez as inúmeras possibilidades abertas pelo autodidatismo nas camadas populares.

Em relação às escolas particulares, observamos que muitos proprietários e diretores de escolas eram também autores de livros didáticos, o que sugere uma importante articulação que poderia servir como atestado de excelência das escolas particulares. Para citar alguns casos, temos: “Colégio de instrução primária de meninos internos e externos, dirigido por Antonio Maria Barker autor e pro-





prietário de uma coleção de compêndios [...]”; (ALMANAK LAEMMERT, 1882, p. 226.) E também, Luíza Carolina de Araújo Lopes, diretora do Colégio de Meninas Santa Luzia, autora de *Lições de Geografia particular do Brasil*, em 1877, dentre outros.

Ou ainda, Abílio Borges, o Barão de Macaúbas, autor de vasta produção didática, diretor da Instrução Pública da Bahia, e também proprietário do colégio Abílio da Corte “sob a alta inspeção do barão de Macaúbas”. (ALMANAK LAEMMERT, 1890, p. 623.) Essas relações entre os espaços de atuação e a produção dos livros didáticos eram realizadas nas propagandas e anúncios:

Livros do Dr Abílio. A venda nas principais livrarias 1,2,3, 4 e 5 livros de leitura; novo 1º livro de leitura (leitura universal). Livro do Povo ou silabário popular; gramática de português; gramática francesa, desenho linear, ou geometria pratica popular ou cantos escolares; solfejo, método seguido de um compendio de musica; leitura em voz alta, Lusíadas, de Camões(edição especial escolar de Abílio) Método de Ahun para o ensino pratico e fácil do francês. (CATÁLOGO da Livraria Garnier, 1877.)

Em relação à instrução pública, ao mesmo tempo em que instituições de ensino como o Colégio Pedro II desfrutavam de livros didáticos elaborados especialmente para seus alunos, por outro lado, “o mestre da roça” e professores de freguesias afastadas do centro queixavam-se das inúmeras dificuldades enfrentadas em seu cotidiano de trabalho. (SCHUELER, 2002.) Tais manifestações eram feitas em periódicos diversos, eventos pedagógicos ou por meio do envio de cartas aos secretários de instrução e órgãos públicos.

Se por um lado, os dados estatísticos ajudam na compreensão do aumento no número de escolas existentes, estes não dão conta das vozes e gritos dos professores no sentido de melhorias no ensino e nas suas condições de vida e trabalho. Neste sentido, a existência de cartilhas e livros didáticos diante dessa realidade poderia ajudar





não apenas na aprendizagem do aluno, mas talvez representasse um auxílio na própria prática docente.

A partir da expansão do ensino público, a preocupação com a carência de livros e compêndios de ensino nas escolas motivou frequentes reclamações nos diversos relatórios enviados à Inspetoria Geral da Instrução. Em um relatório feito por Abílio César Borges, (Barão de Macaúbas) na condição de Diretor da Instrução da Bahia, este reclamava da carência de livros e compêndios para a melhoria das aulas e do ensino. (ALVES 1936, p, 80.) Para amenizá-las, as autoridades organizaram prêmios e incentivos para a produção de livros didáticos.<sup>4</sup>

Apesar da crescente oferta da rede formal de ensino, apuramos que as escolas maiores e melhor estruturadas se concentravam em áreas específicas, as mais “nobres” da cidade. Nas demais, o ensino ficava a cargo de pequenos estabelecimentos privados ou públicos de ensino, normalmente na própria casa do professor. O “mestre”, muitas vezes leigo, utilizava também o livro didático para auxiliar na sua própria formação.

A ação dos professores na imprensa tinha como pautas constantes a bandeira da instrução pública enquanto “a primeira necessidade dos povos”, com destaque principal para a instrução primária, “a mais negligenciada de todas, a base indispensável” para todas as outras. Além disto, a atuação na imprensa buscava melhorias nas escolas já existentes, denunciando:

Escolas sem apropriada mobília, organização pedagógica defeituosa [...] professores que formam a si próprios, ausência de método para o ensino, falta absoluta de um programa

4 A partir de meados do século XIX, existiam muitas premiações e exposições nacionais e internacionais de cunho “didático”, visando principalmente, melhorias no ensino. Eram concedidos prêmios a livros didáticos, inovações pedagógicas, dentre outros. (KUHLMANN JÚNIOR, 2001.)





e livros para desenvolver a inteligência dos alunos, por toda parte desgosto, impaciência, desânimo... eis o que se encontra quase na totalidade de nossas casas de educação pública! (A *INSTRUÇÃO PÚBLICA*, 1872 Apud SCHUELER, 2002.)

Os professores utilizavam-se de diferentes tipos de publicações como espaços de reivindicações e luta, dentre as quais revistas “consagradas aos interesses do ensino e redigida por professores”, como *A Instrução Pública*, *A Escola*, *O Ensino Primário*; conferências pedagógicas, cartas e relatórios à Inspeção Geral da Instrução Pública Primária, denunciando “a situação de penúria em que viviam” os professores. (SCHUELER, 2002, p. 69.)

Enfim, os professores demarcavam uma presença marcante através da imprensa, evidenciando a existência de uma organização no exercício do magistério já na segunda metade do século XIX, se apresentado como “categoria profissional”. (SCHUELER, 2005.)

Assim como os professores, muitos residentes dos subúrbios também utilizavam a palavra impressa como possibilidade de luta por melhorias nas condições de vida, reivindicando mais escolas e mais professores, como também, organizando-se de forma coletiva em associações em torno da elaboração de periódicos, bibliotecas, etc.

## Os autores de livros didáticos

Em um trabalho anterior (SILVA, 2005.) analisei livros didáticos de história cujos autores tinham em comum o fato de serem professores do Colégio Pedro II, e também, os livros adotados na referida instituição. Foi possível observar o trânsito dos autores analisados por diversas instituições da cidade compondo uma extensa rede de articulações. A relação entre instituições envolvidas na ins-





titucionalização do ensino foi mostrada principalmente entre o Colégio e o IHGB, sobretudo no que se refere aos projetos políticos de construção de uma memória histórica nacional.

Ampliando as questões no presente trabalho propus identificar quem eram os autores dos livros didáticos destinados ao ensino de História e a reconstituir as relações deles com o mercado editorial e o ensino de História, buscando recompor a rede de relações de poder da qual os livros são um dos elos.

As questões iniciais propunham conhecer quem eram os autores de livros didáticos, mas também compreender suas razões ou motivações para a produção desses livros: por que escrever livros didáticos? Quais os significados da escrita dos manuais para os autores? Ser *autor* de livro didático seria a mesma coisa para todos?

Analisando mais de perto a trajetória de alguns autores, e apesar do pertencimento a círculos comuns em muitos casos, constatei que os significados da escrita de livros didáticos de história do Brasil não eram os mesmos para todos. Deste modo, foram escolhidos para análise aqui apenas alguns autores, os mais emblemáticos a meu ver, para demarcar tais diferenças, atentando principalmente para os lugares sociais dos mesmos.

Sílvio Romero nasceu em Sergipe em 1851, tendo se formado em Direito na Faculdade de Recife. Foi jornalista combativo, com intensa atuação na imprensa, crítico literário, sociólogo, historiador. Em 1880 torna-se professor no Colégio Pedro II, depois de disputado concurso, defendendo a tese: “Da interpretação filosófica na evolução dos fatos humanos”. Dono de vasta produção bibliográfica, e já com notoriedade e prestígio na corte, escreve um livro didático voltado para as classes elementares. (ROMERO, 1890.)

Escrever livro didático para homens como Sílvio Romero representava não apenas a difusão de suas ideias a um público esco-





lar, mas uma aproximação com “o povo”, uma vez que defendia uma aliança entre o “povo” e os “homens de letras” no Brasil. (ROMERO, 1898, p. 25.) Para Sílvio Romero, a missão dos “homens das letras” do país era regenerar a nação, cabendo aos mesmos a formação intelectual e cultural do “povo”, uma maneira de “tirá-lo do atraso e da ignorância, integrando-o à marcha da civilização”. (MOTA, 2000, p. 18.) Por isto defendia a militância enquanto “um desdobramento de sua ação de escritor e professor”. (MOTA, 2000, p. 18.)

Assim como Sílvio Romero, Felisbelo Firmo de Oliveira Freire (1858-1916) nasceu em Sergipe. Formado em medicina, dedicou-se à política e a história, tendo exercido as atividades de médico, jornalista, parlamentar e político (foi ministro no Governo Floriano Peixoto). Sócio do Instituto Histórico e Geográfico, e membro da Academia Sergipana de Letras, seu livro didático *História do Brasil* foi adotado pelo Conselho de Instrução da capital federal, para uso das escolas públicas, publicado pela Livraria Clássica Alves no ano de 1896.

Também dono de vasta produção bibliográfica e exercendo inúmeras atividades, que incluíam a medicina e a criminalística, Afrânio Peixoto (1876-1947) defendia em seu livro didático para as classes elementares a necessidade de uma “educação cívica” na formação de uma nação, que não poderia se constituir sem a “educação do povo”, pois: “Os povos ignorantes e por isso imprevidentes abdicam de si nos outros e voltam-se à servidão e ao desaparecimento”. (PEIXOTO, 1916.) Por isso, escrever livros seria investir no combate ao atraso e à falta de instrução do povo. Para este autor, somente através do conhecimento das origens e tradições de um país, seria possível a superação da ignorância e o caminho a seguir era um só um: o “saber”.

Também formado em Direito, Joaquim Maria de Lacerda (1838-1886), nasceu no Rio de Janeiro, tendo sido membro da Arcádia Romana. Dedicou-se também à educação e seu livro *Pequena his-*





*tória do Brasil* para as classes elementares foi reeditado por 80 anos, grande sucesso de vendas. (BLAKE, 1895, p. 195.)

As trajetórias analisadas até aqui têm em comum o fato de serem experiências compartilhadas por “homens de letras”. Mas, será que todo autor de livro didático necessariamente fazia parte das instituições e meios de prestígio? Seriam todos eles “homens de letras”?

A localização de informações sobre outros autores de livros didáticos permitiu-me ampliar ainda mais o leque de significados desta experiência, que não era a mesma para todos, na medida em que a autoria de livros didáticos não era exclusividade apenas dos sujeitos pertencentes a meios de influência, (como o meio político), e prestígio, em instituições como Colégio Pedro II, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Brasileira de Letras, entre outras.

Muitos autores de livros didáticos se destacaram exatamente pelo exercício no magistério.

João Ribeiro era autor de uma vasta produção de livros didáticos de história do Brasil e de gramática. João Baptista Ribeiro de Andrade Fernandes nasceu em Laranjeiras, Sergipe (1860). Aos 21 anos veio para o Rio de Janeiro, onde se tornou Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1894. Atuou como jornalista, escrevendo muitos artigos críticos para a imprensa, tendo sido também editor do almanaque Garnier e crítico no jornal *O Imparcial*. Todavia, foi na atividade do magistério onde mais ganhou notoriedade, dada a larga experiência como professor em escolas particulares, públicas e catedrático do Ginásio Nacional (Colégio Pedro II) nas cadeiras de História Civilização e do Brasil, em função do que escreveu aproximadamente 15 títulos de obras didáticas História e gramática, recebendo muitos prêmios. (GAPARELLO, 2002, p. 220.)

Pela trajetória de João Ribeiro, escrever livros didáticos era parte e fruto de sua renomada experiência como professor de his-





tória, o que incluía elaborar programas de ensino para as escolas, aperfeiçoar métodos de ensino e exposição, criticando e avaliando “bons livros didáticos” na imprensa, como muitas vezes fez no jornal *O Imparcial* e no *Almanaque Garnier*.

Assim como João Ribeiro, outros autores de livros didáticos se destacaram como professores do Colégio Pedro II, dentre os quais destaco Luís de Queirós Mattoso Maia e Joaquim Manuel de Macedo, ambos médicos de formação e que escreveram livros didáticos intitulados *Lições de História do Brasil* a partir da experiência no magistério.

Luís de Queirós de Mattoso Maia nasceu no Rio de Janeiro, e como médico, atuou como cirurgião na Guerra do Paraguai. Como professor de História no Colégio Pedro II, teve seu livro *Lições de História do Brasil* entre os mais indicados pelos programas de ensino (nos anos de 1882, 1892, 1895, 1898). (VECCHIA; LORENZ, 1998.)

Por sua vez, alguns autores se destacaram pela formação religiosa, dentre os quais destaco o Cônego Fernandes. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro nasceu em 1825, no Rio de Janeiro, e além de professor no Seminário Episcopal de São José, foi nomeado em 1857 professor de Retórica, Poética e Literatura Nacional do Colégio Pedro II, onde permaneceu até seu falecimento em 1876. Sua produção bibliográfica constitui-se em maioria de livros didáticos, em função de seu exercício no magistério.<sup>5</sup>

Havia também muitos autores que escreviam livros didáticos como um complemento da atividade de professor em cursos preparatórios para exames, como faziam Raul Vila-Lobos (1862-1899) e Alfredo Moreira Pinto (1848-1903). (BLAKE, 1895, p. 103.) O primeiro era “diplomado pelo Conselho Superior de Instrução Públi-

---

<sup>5</sup> Dentre os quais cito as várias edições de *Episódios da história pátria*, contados à infância, publicadas pela livraria Garnier a partir de 1860.





ca como habilitado a ensinar todas as matérias do curso de preparatórios”, (BLAKE, 1895, p. 103.) e o segundo, bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II, era “professor de geografia e história do curso preparatório, anexo à escola militar, que também leciona particularmente”, tendo escrito diversos compêndios e pequenos livros para facilitar os exames de instrução pública. (BLAKE, 1895, p. 60.)

Contudo, para muitos a autoria de livros didáticos era apenas uma fonte de renda, sem possibilidade de projeção e reconhecimento, pois eram “autores anônimos” que apenas “prestavam serviço” a um autor de “renome” ou mesmo a uma editora, corrigindo as reedições.

Em o Ateneu, publicado originalmente em 1888 no jornal *Gazeta de Notícias*, Raul Pompéia, que foi aluno do Colégio Abílio, ficcionaliza uma experiência que poderia ser comum na época, a autoria “anônima de livros didáticos”:

O Dr. Aristarco Ângelo de Ramos, da conhecida família do visconde de Ramos, do Norte, enchia o Império com o seu renome de pedagogo. Eram boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade, a pedido da instancia, atochando com imprensa dos lugares, *caixões*, sobretudo de *livros elementares, fabricados às pressas* com o ofegante e esbaforido concurso de *professores prudentemente anônimos*, *caixões* e mais *caixões* de volumes cartonados em Leipzings, incluindo as escolas públicas de toda a parte com a sua invasão de capas azuis, parte róseas, amarelas, em que *o nome de Aristarco*, inteiro e sonoro, oferecia-se ao pasmo venerados esfaimados de alfabeto dos confins da pátria.<sup>6</sup>

\_\_\_\_\_ Abílio Borges, o Barão de Macaúbas afirmava ter uma grande  
6 POMPÉIA, Raul. *O ateneu*. Crônica de saudades, 1888. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, p. 2. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObra-Download.do?select action=&co obra=2020&co midia=2](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObra-Download.do?select_action=&co_obra=2020&co_midia=2)>.





preocupação com circulação de livros didáticos por todo o país, o que teria pessoalmente feito por mais de 40 anos. Por sua vez, “Aristarco Ramos” também espalhava pelos confins do país milhares de livros, todavia, Raul Pompéia emprega a esta prática um tom de crítica, uma vez que tais livros seriam elaborados às pressas por terceiros, mas atribuídos ao renomado dono de colégio.

Existiam também professores de freguesias afastadas das “áreas nobres” da cidade do Rio de Janeiro, que muitas vezes, solicitavam ajuda para financiar impressões de obras e materiais didáticos junto a órgãos públicos, podendo esta solicitação ser aceita ou não:

Do Inspetor Geral interino: Comunica que o professor da terceira Escola da Freguesia de Santana pede autorização para desprender [...] até a quantia de 300\$ com a impressão de mil exemplares das cartas do sistema ba-ca-da-fa. (Segunda Diretoria de Impressões Autorizadas, Rio de Janeiro, 1875, p. 27.)

É importante observar que o nome do professor é ignorado pelo comunicado, o que não ocorre quando se trata de um professor de instituições renomadas como o Colégio Pedro II.

Além disso, pude constatar que a autoria de livros didáticos não era um privilégio apenas masculino, pois localizei livros didáticos escritos por mulheres, como Guilhermina de Azambuja Neves, que além de professora, era proprietária do Colégio Azambuja Neves, e autora de livros didáticos diversos.

Localizei também autoras de livros didáticos de História, como Maria Emília Leal que publicou *Pequena história sagrada para a infância*, obra premiada para a Instrução Elementar, e também autora de *Rudimentos de História Universal*, (BLAKE, 1895, p. 231.) além de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, natural de Minas Gerais, autora do livro *Resumo da História do Brasil para uso das escolas primárias*, publicado em Boston, em 1888, que também era proprietária





de colégio para meninas no Rio de Janeiro. (CHAMON, 2005.)

Talvez o número de autoras possa ser maior pois era elevado o número de mulheres atuando no magistério público, que cresceu significativamente a partir da segunda metade do século XIX. Se em 1871, elas representavam cerca de 1/3 do professorado primário, no final dos anos 1880, passaram a ser maioria. (SCHUELER, 2002, p. 60.) O que é fruto da luta das mulheres no sentido de conquistarem direitos e participação política. Autoras como Nísia Floresta utilizavam a literatura, a instrução e a imprensa para criticar a posição da mulher na sociedade, além de reivindicar em prol da disseminação da instrução feminina. Se não é possível afirmar que ela foi a regra também não se pode dizer que representou uma exceção. (BERNARDES, 1988.)

Na pesquisa localizei pistas de um significativo e crescente número de mulheres ocupando cargos na Instrução Pública ou como proprietárias de estabelecimentos de ensino, voltados em grande medida para a instrução feminina, conforme já indicado neste trabalho. Muitas também se dedicaram à produção de obras didáticas de leitura e geografia e/ou voltadas para a questão do ensino.

Além disso, outro aspecto que também chama atenção na análise dos autores foi o momento em que nasceram, uma vez que nem todos eram de meados ou finais do século XIX. Houve casos de autores nascidos em princípios do século do século XIX, como José Maria Velho da Silva (1811) e Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889).

Antonio Coruja nasceu em Porto Alegre, e seria filho de pais pobres, atuando para o próprio sustento como professor de primeiras letras, sendo o seu primeiro emprego o cargo de professor em uma escola pública, mantendo a noite, aulas particulares. Ocupou também o cargo de tesoureiro no IHGB, e em 1840, fundou sua primeira escola, o Liceu Minerva. (LAZZARI, 2004; PORTO-ALEGRE,





1917.) Além dos seus vários livros didáticos publicados, (CORUJA, 1855; 1857; 1896; 1873; 1877; 1854.) atuou como presidente da Sociedade Imperial Amante da Instrução, além de ter sido político.

Já a partir das primeiras décadas do século XX o perfil do autor de livro didático muda, pois há casos de autores “especialistas” neste tipo de publicação. Este era o caso de Mario da Veiga Cabral,<sup>7</sup> cuja produção de obras didáticas é muito maior que publicações de outro gênero, o que talvez evidencie que o sentido de escrever livros didáticos para este fosse mais importante do que para outros autores reconhecidos como importantes “homens de letras” do país, como Afrânio Peixoto e Sílvio Romero.

Tendo vivido até 1969, Mario da Veiga Cabral é autor de muitos livros didáticos de história, geografia, corografia e até livros de leitura, para as classes elementares, com muitas reedições. Escreveu seu primeiro livro didático muito jovem, aos 21 anos, e não parou mais. Muitos de seus livros alcançaram a marca de 30 edições, com milhares de tiragens. Em 1942, já tinha publicado mais de 22 títulos diferentes de livros didáticos, dentre os quais 5 destinados ao ensino de História do Brasil. (CABRAL, 1942.)

Para autores como Mario da Veiga Cabral, escrever livros didáticos parece ter se constituído uma profissão e não mais como uma de muitas “especialidades literárias”. Sua especialidade era exatamente esta, escrever livros didáticos, daí veio seu renome e projeção como professor, e não o contrário, como João Ribeiro, Luis Queirós de Mattoso Maia, dentre outros.

Assim como a autoria de livros didáticos, (e dos livros didáticos de história do Brasil) não se limitava mais apenas aos homens ou

---

<sup>7</sup> Mario da Veiga Cabral nasceu no Rio de Janeiro em 1894, e faleceu em 1969. Engenheiro agrimensor e geógrafo, foi também professor no Ginásio 28 de setembro, no Liceu Rio Branco e no Instituto de Educação. (CABRAL, 1957.)





ao “mundo das letras”, também escrever e publicar um livro didático não devia ter o mesmo significado para todos.

Nesta perspectiva, podemos vislumbrar a escrita do livro didático dentro de um universo social de embates e disputas, em diversas instâncias: políticas, sociais, de mercado, pois para muitos, publicar um livro era uma árdua tarefa, seja pelas poucas “habilitações” do autor, que muitas vezes, não era um “especialista” no que escrevia, seja pelo pouco tempo disponível para escrever, como admitia Joaquim Manuel de Macedo: “Que fosse esse, a extensão relativamente demasiada o principal senão desta obra! [...] Certo é porém que em poucos meses e com as fracas habilitações de que dispõe ele é tudo quanto se podia exigir do seu mais consciencioso e dedicado esforço”. (MACEDO, 1877).

Diferentes também eram os caminhos e lutas para publicar um livro, e em se tratando de uma primeira obra de um autor ainda “anônimo” e com poucas referências, o caminho era árduo, nem todos conseguiam obter o financiamento da Diretoria de Impressões Autorizadas. Muitos autores inclusive, pagavam pela primeira publicação, saída dos prelos de tipografias.

Já aqueles pertencentes ao quadro efetivo de instituições públicas recebiam, uma indenização pelo pagamento de suas publicações de caráter didático:

Solicitação de credito de 10:300 \$, ao Ministério da Justiça , para indenizar o lente do Ginásio Nacional João Ribeiro, da despesa feita com a publicação de suas obras – História do Brasil e Historia do Oriente e da Grécia. (Anais da Câmara dos Deputados, 1902, vol. 10, p. 48.)

Do Sr Presidente da Republica, pedindo o credito de 13.974\$ ao Ministério do Interior, para indenização ao Sr Sylvio Romero pela publicação de sua obra Historia da literatura Brasileira. (Anais da Câmara dos Deputados, 1903, vol 6, p.





151.)

É interessante observar como nestes casos os autores – ambos já reconhecidos e com atividades profissionais estáveis e bem remuneradas – adiantavam os pagamentos dos custos com edição e impressão dos livros didáticos e só depois eram ‘indenizados’ pelo governo federal.

Já a necessidade de oferecer referências via qualificação dos seus autores pode ser avaliada por meio da apresentação de listas de premiações em concursos, exposições, nas indicações das reedições sucessivas de algumas obras, na circulação nos principais jornais de resenhas, nos catálogos, que enchiam páginas dos livros didáticos a cada nova edição. Estas eram as principais estratégias de divulgação dos livros e indicam também os espaços institucionais que serviam ao reconhecimento social de um bom autor de livros didáticos. Podemos evidenciar a preocupação com a distinção obtida pelos autores na demarcação de limites entre a autoria de livros e atuação no magistério, uma vez que esta não era uma realidade comum a todos os docentes.

Escrever livros didáticos evidenciou, em certa medida, o espaço que seus autores ocupavam neste circuito. Este espaço, a meu ver, requeria negociação e um jogo de prestígio e distinção social, uma vez que o que gabaritava um autor a publicar livros em “grandes editoras” era exatamente o seu “currículo”, suas atividades e “status”, o que garantiria certa credibilidade, garantindo assim, maior possibilidade de aceitação diante do público e da crítica. O reforço em demarcar os círculos dos autores pode ser interpretado também como mais um indício de que nem todo autor de livro didático advinha de círculos e meios de influência.

Sobre essa necessidade de “referências” do autor, nota-se um grande destaque nas capas ou contracapas à *origem* do autor, sua experiência no magistério, sobretudo nos colégios Pedro II, Escola





Normal ou Escola Militar ou a propriedade de escolas. Dava-se atenção também às outras produções do autor, bem como às instituições de atuação em pesquisa, como IGHB, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, entre outras instituições consideradas padrão na época. A experiência no magistério também pesava para algumas editoras.

Por mais que muitos autores alegassem produzir seus manuais a partir dos pedidos ou das necessidades surgidas em sala de aula, nem todos os professores tiveram seu material publicado. A prática de autoria de livros didáticos não se ampliou a todas as realidades escolares, uma vez que os livros didáticos voltavam muitas vezes, ao próprio processo de formação e auxílio dos professores em sala de aula.

Assim, suponho que os usos e processos de elaboração dos livros destinados ao ensino foram se modificando ao longo do tempo, em função das transformações nas relações sociais que o produziam. Escrever livros didáticos, pelo que a análise da trajetória de alguns autores mostrou, fez parte de um processo mais amplo de transformações na educação e na cultura letrada. Ser autor de um livro didático não era a mesma coisa para todos: para um professor de uma afastada freguesia, tinha um sentido, para um bacharel atuante no centro urbano, outro, o que era diferente em muita medida, para uma professora primária.

Para alguns, escrever livros didáticos era fruto da distinção social, sendo mais uma das atividades profissionais exercidas no sentido de maior prestígio e projeção, enquanto que para outros, era um dos instrumentos na luta por melhorias no ensino, ampliação da instrução, podendo ser ainda, mais uma fonte de renda, além de representar alguma melhoria nas condições do próprio trabalho e de vida.

## **Os “negócios” em torno de livros didáticos na cidade do Rio de Janeiro**





A partir da análise dos anúncios de escolas particulares no *Almanak Laemmert* na década de 1880, observei indícios da existência de contato próximo entre donos de colégios com algumas livrarias que eram também editoras:

Colégio Magalhães. Para maiores informações e programas aos Srs Alves e C. R Gonçalves Dias, 48.

Colégio Universidade Fluminense, sexo masculino. Prospectos no colégio, r do Rosário,64, Loja de papel ou nas Livrarias Serafim, rua 7 de setembro,83 e Lombaerts e Cia, Rua dos Ourivres,7.

Colégio da sociedade Beneficente alemã [...]. Para informações mais exatas no mesmo estabelecimento, ou em Casa dos Srs H Laemmert e C. Rua do Ouvidor, 66.

Tais indícios reforçaram ainda mais a ideia de uma articulação entre ensino/mercado editorial didático, o que me levou, por sua vez, a reunir pistas sobre seus proprietários e sobre um “negócio” em plena expansão na cidade – a edição e venda de livros.

Os “negociantes de livros” compunham um painel de diferentes nacionalidades na cidade do Rio de Janeiro, entre finais do século XIX e inícios do XX. Eram portugueses, como Nicolau Alves, da Livraria Clássica; Luiz Ernesto Martin, da Livraria Portuguesa; franceses como Garnier e Villeneuve; alemães, J. H. Auller, da Livraria Alemã; além de brasileiros, como Pedro da Silva Quaresma, da Livraria Quaresma, dentre outras, compondo um grupo heterogêneo, mostrando a existência de um comércio livreiro intenso que se localizava nas principais ruas do centro da cidade, com destaque para a famosa Rua do Ouvidor e adjacências. (MACEDO, 1988.)

**Figura 2:** Livraria Francisco Alves na Rua do Ouvidor





(Fonte: MONIZ, Edmundo. *Francisco Alves de Oliveira. Livreiro e autor.* Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1943.)



Mas quem eram estes “negociantes de livros”? O que estes expressivos números explicam? Por que se aventurar no ramo de livros já que “o povo não lia”? Quais os retornos sociais e ganhos financeiros envolvidos neste “negócio”?



Os estudos sobre mercado editorial no Brasil apontam o Rio de Janeiro como o ponto de partida da expansão editorial no país. (MACEDO, 1988.) Ainda que alguns pesquisadores continuem enfatizando o predomínio de apenas dois livreiros-editores ao longo de todo o século XIX, os Irmãos Laemmert e os Garnier, sem considerar os significados da existência de outros livreiros e editores também importantes naquele período, não é mais possível continuar menosprezando as indicações sobre o número crescente de editores e de comerciantes de livros na cidade. (HALLEWELL, 1985.) Acompanhando os anúncios do Almanak Laemmert, foi possível mapear os estabelecimentos de venda e publicação de livros no Rio de Janeiro, com variadas ofertas de mercadorias, produtos e serviços. Entre





1870-1900, foi constatada a existência de pelo menos 121 firmas dedicadas ao comércio livreiro. (EL FAR, 2004.)

Atentando para os endereços das livrarias: Rua São José, Rua da Quitanda, Rua do Sabão, Rua Uruguaiana, Rua Gonçalves Dias, Rua do Rosário, Rua de São Pedro, Rua dos Ourives, Rua da Alfândega, Rua Sete de Setembro, Rua Santo Amaro, Rua da Assembleia, Rua da passagem, podemos notar uma disposição espacial para além da afamada Rua do Ouvidor. Quem se estabelecia nesta rua parecia ter um capital maior ou era o endereço daqueles há mais tempo no mercado. Podemos dizer, que as mais “luxuosas” casas editoriais desfrutavam da Rua do Ouvidor, mas somente depois de muito migrarem por outras ruas da cidade.

O entorno era rodeado pela concorrência que mudava frequentemente de endereço para melhor se posicionar na conquista de novos públicos consumidores, divulgando o “nome” junto ao mercado, como podemos apreender acompanhando os anúncios do Almanak Laemmert. O livreiro português Nicolau A Alves, proprietário da Livraria Clássica, por exemplo, estava instalado em 1860 na Rua dos Latoeiros, 54; em 1870, na Rua de Gonçalves Dias, 54 e em 1880, sua livraria podia ser encontrada na Rua Gonçalves Dias, 46; em 1889 ampliava sua filial na Rua Gonçalves Dias, que ocupava os números, 46 e 48, além da Ladeira do Senado, 25 A. Convém destacar que esta livraria era especializada em livros didáticos e colegiais.

Os anúncios periódicos no Almanak Laemmert tinham como uma das funções, exatamente informar ao público os “novos” endereços das lojas, a fim de manter os fregueses antigos e conquistar novos, como faziam os próprios Laemmert em anúncio de 1880: “Livraria Universal de E& H Laemmert, 66, Rua do Ouvidor. Estabelecida em 1828, R Gonçalves Dias, 60;1833-1868, Rua da quitanda, 17 e desde 1868, Rua do Ouvidor,66”.

Apostavam também nos negócios e parcerias em família, como





nos famosos “Irmãos Laermert”, os “Garnier Irmãos”, “Soares e Irmão”, “Barbosa e Irmão”, etc. Os nomes de sócios também eram frequentes nos anúncios das livrarias, “A. M. Fernandes da Silva e sócios João Batista da Costa e Julio Gonçalves Mendes”, “Guimarães & Ferdinando, sócios: Joaquim da Costa Leite Guimarães, Alberto Ferdinando Cogorno de Oliveira”. Esta poderia ser uma alternativa neste ramo de negócio, pois injetava algum capital, podendo-se ampliar as casas e promover mudanças para endereços mais “nobres”. Além de melhorias no “cardápio” de opções ofertado ao público, as sociedades podem ser interpretadas também como estratégia de sobrevivência em épocas de crise.

Existiam ainda os estabelecimentos conhecidos como secos e molhados, que “vendiam um pouco de tudo”, e nisto, incluíam-se livros, tais como, “Albino Jordão, vende, compra e troca livros, e toma a comissão obras novas”, bem como os que vendiam livros “novos e usados”. Muitos livreiros-editores de êxito começaram com esta especialidade, a venda de livros usados, além dos “negociantes, livreiros-antiquários e alfarrabistas”.

Outra especificidade da produção editorial no período era a divisão no processo de produção, sendo importante demarcar diferentes funções, dentre as quais temos as de tipógrafos, encadernadores, editores, livreiros. Muitos eram apenas “livreiros”, isto é, donos de livreria envolvidos com o comércio de livros; alguns, eram “livreiros-editores”, trabalhando também com a produção e a difusão do livro, assumindo também o papel intermediário entre o autor e o público além da venda de livros; e ainda, existiam os que vendiam, editavam e imprimiam livros ao mesmo tempo, concentrando basicamente quase todo o processo de produção. (LIMA, 1985, p. 27.)

Este era o caso dos Laemmert, proprietários da Livreria Universal, fundada no Brasil em 1833. Cinco anos depois, além da venda de livros, no qual foram bem-sucedidos, passaram a se dedicar também à edição. Em 1837 Eduardo Laemmert comprou três impres-





soras, viajou para Paris para aprender tipografia e em 2 de janeiro de 1838 inaugurou a Tipografia Universal, “Tipografia Universal de Laemmert & C. Oficinas: Rua dos Inválidos, 71; Livraria R do Ouvidor, em prédios próprios”. A tipografia cuidava da parte gráfica e das publicações, enquanto a editora financiava esta realização. Além da livraria, editora e tipografia, os Laemmert apareciam em anúncio de 1889 como proprietários de uma oficina de encadernação:

Laemmert & C, premiados pelas exposições nacionais. Oficina de encadernação, R dos Inválidos, 71. Vantajosamente conhecida no Império, pelas superiores encadernações, riqueza, elegância e delicadeza, para mimos e presentes; e habilitados para o fabrico de livros em branco para o comercio e repartições públicas. Trata-se na mesma ou na livraria. (*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1889, p. 663.)

Convém reforçar que a situação desfrutada pelos Laemmert não era a realidade de todos os envolvidos no “negócio de livros” no Brasil. Existiam aqueles que, como já foi pontuado, só vendiam, sendo estes em muitos casos livros usados, ou mesmo ainda, livreiros-editores, que imprimiam e encadernavam na casa de “terceiros”. Daí a existência de muitas tipografias, oficinas encadernadoras e litografias compondo o painel do comércio livreiro no Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX.

Convém aprofundar nossos estudos no sentido de compreender a importância destes outros agentes no mercado de livros, para além dos “livreiros” e “editores”, uma vez que nem só de “livreiros” era feito o mercado de livros. Quem eram os tipógrafos? Os encadernadores? (BARBOSA, 1991; VITORINO, 2000.)

Através de um processo judicial envolvendo Nicolau Alves contra L. B. Garnier, foi possível apreender um pouco isto. Passadas as negociações e contratos com o autor, o editor enviava a obra para impressão em uma tipografia, de propriedade de outro, ou da pró-





pria casa editora do editor, encadernando em oficinas e remetendo os livros aos livreiros (que poderia ser o próprio editor ou não).

[...]o embargante (L B Garnier) fez imprimir a dita edição na Typografia Franco- Americano, a Rua da Ajuda, número 18 de propriedade de Berry [...] Provará que terminada a edição foram os exemplares transportados para a sua casa de livreiro a Rua do Ouvidor, número 69. Provaria que parte dos exemplares foram remetidos de ordem do embargante para a oficina de encadernador a Rua de Gonçalves Dias, 52, a fim de ali serem encadernadas [...]. (*Processo de Propriedade Literária de Nicolau Alves /Luís B Garnier*. Juízo do Tribunal de Relação do Rio de Janeiro, 03/3/1872.)

Por meio dos anúncios publicados, notamos a existência de diversas tipografias responsáveis pela impressão dos mais variados materiais, muitas vezes em edições pagas pelo próprio autor, no caso dos menos “renomados” no mercado, como já pontuamos no item sobre os autores. Havia editoras também, como a Francisco Alves, que utilizavam serviços de tipografias variadas, tanto no Brasil, com a firma Weiszflog Irmãos, como no exterior (Portugal e França). Deste modo, não dá para entender o mercado de livros sem atentar para o importante papel das tipografias.

Todavia, o negócio de livros não constituía um mosaico apenas nas origens étnicas e sociais dos seus donos, ou nas funções dos envolvidos neste negócio. A especialidade de cada livraria também chama a atenção e ajuda a compreender os significados da produção editorial naquele momento.

Tendo em vista o crescente aumento da população letrada na cidade do Rio de Janeiro, e buscando melhor se posicionar neste negócio, as diferentes casas comerciais se especializavam em diferentes produtos. A Livraria Universal, além das folhinhas Laemmert, publicava romances, livros colegiais e teria “o mais completo sortimento de livros de fora, e aprontam quaisquer encomendas relativas ao seu





comércio com prontidão e por cômodos preços”. Havia também os fornecedores da Biblioteca de S M Imperador, “F L Pinto & C”; e ainda aqueles que se dedicavam à venda de livros religiosos, “Depósito de Escrituras Sagradas”; “Depósitos das escrituras religiosas: Livraria Evangélica-Deponto de Bíblias e Tratados Religiosos, livros para a infância”, etc.

Dentre aqueles que se dedicavam a um comércio de livros mais baratos voltados para o “povo”, destaco a Livraria Popular, de propriedade de J R dos Santos, sucessor de Cruz Coutinho, e a Livraria do Povo, de Pedro Quaresma, que vendia “livros ao alcance de todos”, com preços baratos e linguagem simples, tentando conquistar um público diferente “o da população comum, semiletrada, que estava sendo sumariamente ignorada pelas demais livrarias-editoras”. (BROCA, 1994, p. 20.)

As especialidades das livrarias podem ser mapeadas de forma rica por meio de seus catálogos. O catálogo da Livraria Garnier para o ano de 1877 dividia-se em especialidades tais como: religião e moral, livros de teologia, as “leituras populares sobre a sagrada paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo”, história da religião; dicionários e línguas, literaturas, romances, novelas, variedades, direito, finanças, comércio, miscelânea: medicina, farmácia, agricultura, ciências naturais, conhecimentos gerais, clássicos e livros de educação. Nestes últimos, eram feitas resenhas sobre os méritos do autor, com ênfase nas qualidades do livro para o ensino.

Dentre os livros de educação temos cartilhas, com destaque para as que propunham “Método fácil para aprender a ler em 15 lições”, para as “classes menos favorecidas”; as “Leituras populares, instrutivas e morais, coligidas para as escolas”; as *Cartas para aprender a ler* “Primeiras coleções de cartas para os meninos e meninas aprendera a ler”; além dos livros da “Biblioteca Popular ou Instrução ao alcance de todas as classes e de todas as inteligências por uma sociedade de homens de letras”; os livros de leitura, “para uso da in-





fância brasileira, com gravuras”; a “Enciclopédia do povo e das escolas”; gramáticas, como o *Resumo da Gramática Portuguesa*, para uso do Colégio Abílio”; além dos livros de geografia, ciências, política e história.

Com relação aos livros de história destaque, os de história contemporânea, como “*Resumo de História Contemporânea* desde 1815 até 1865”, os livros de autoria de Justiniano da Rocha, *Compêndio de História Antiga*; e *Compêndio da História da Idade Média*, além das diversas *Histórias do Brasil*, como a de Roberto Southey, “traduzida do inglês pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo Cônego J C Fernandes Pinheiro”; o *Resumo de História do Brasil*, de Bellegarde; as *Lições de História do Brasil*, de Antonio Coruja; os *Episódios da História pátria*, “contados à infância”, do Cônego Fernandes Pinheiro (*Catálogo Garnier*, 1877. Rio de Janeiro, Garnier, 1877).

Já para o ano de 1907, o Almanaque Garnier informa as especialidades à venda na Livraria Garnier, tais como, as Leituras elementares, Primeiras letras, Noções de aritmética, Ensino de doutrina cristã, Estudo da Língua Portuguesa, Geografia, História, dentre outras.

Nota-se pelas especialidades da Livraria Garnier que esta não se limitou a publicar um tipo de obra, sendo a produção de livros didáticos mais uma dentre as várias “ofertas” desta casa. Diferente, por exemplo, da Livraria de Pedro Quaresma, que conforme já foi dito, se especializou em livros “populares”, ou da Livraria Francisco Alves, que se especializou em livros didáticos, pude apreender que a Livraria Garnier, apesar de só publicar obras de autores já renomados, não se dirigia apenas, pelo que as suas obras indicam, a um público “culto”, pois além de livros didáticos, publicava cartilhas e livros de leitura também para as ditas classes “menos favorecidas”, apesar de não se especializar unicamente nesta frente, mas tentando também alcançar vários segmentos do mercado.





No sentido de demarcar momentos importantes na produção didática do país, e recuando um pouco a 1854, observo que este ano foi marcado pela reforma que separou o ensino primário do secundário, com acesso vedado nas escolas públicas primárias aos escravos, devendo existir também classes para adultos. (PAIVA, 1972, p. 80.) Neste momento definiu-se que a educação estaria a cargo dos cofres públicos, que deveriam fornecer livros e outros objetos necessários ao ensino, e que o “material escolar seria fornecido pelo Estado”. (PEIXOTO, 1942.)

Por outro lado, este foi o ano da inauguração da Livraria Clássica, especialista em livros colegiais e acadêmicos, de propriedade de Nicolau Alves, tio e antecessor de Francisco Alves. Todavia, quais os significados da produção de livros didáticos de história do Brasil para os livreiros e editores do Rio de Janeiro em meados do XIX e inícios do XX? Teria esta reforma representado algum estímulo à produção didática? Quem publicava os livros didáticos de história do Brasil? Por que publicar história do Brasil no Brasil e não mais traduzir e reeditar obras estrangeiras e consagradas?

Conforme o *Catálogo do Museu Escolar Nacional* de 1885, as editoras Laemmert, Garnier e Francisco Alves eram responsáveis por mais de 44% de toda a produção brasileira de livros escolares. Todavia, a quem caberia os outros 56% da produção didática? Através do mapeamento e análise de livros didáticos de história do Brasil observamos a existência de outros livreiros, editores e tipografias que se dedicaram à publicação e impressão de manuais de história nacional. Além das três mencionadas, localizei livros didáticos publicados por outras editoras, dentre as quais: Domingos Gomes Brandão, Jacinto Cruz Coutinho, Jacinto Ribeiro Editor, Typographia de Gueffier E. C, A. J. Castilho, Tipografia de M. Gomes Ribeiro, Livraria Quaresma, J. G. de Azevedo Editor, além das tipografias: Tip. Esperança, Tip. do Figaro, Tipografia de M Gomes Ribeiro, Tip. brasiliense de M. G. Ribeiro, Tip. Aldina, dentre outras.





Creio que a existência de editores “menos conhecidos” hoje, e talvez, de capital “mais modesto” na época, demonstre não somente a expansão de um mercado, como também, a possibilidade de publicação de autores sem muita expressão no mercado, uma vez que editoras como Laemmert e Garnier não publicavam obras de autores sem “nome” e “status”, como já indicamos, ao pontuar a necessidade de “referências” para publicar um livro didático.

Um caso bastante emblemático e que ajuda a compreender as diversas articulações deste mercado ocorreu com Joaquim Manuel de Macedo, que mesmo sendo professor do Colégio Pedro II, só teve suas *Lições de história do Brasil* publicadas pela pomposa Garnier em 1873, após duas edições anteriores da obra. As primeiras edições das *Lições* de Macedo, o primeiro livro didático elaborado especialmente para os alunos do Colégio Pedro II, foram publicadas primeiramente em 1861, pela Tipografia Imparcial e, posteriormente, em 1865 publicado pela Casa José Gomes Brandão. A explicação para isto é que a editora Garnier não teria por hábito publicar a primeira edição de ninguém. Só investia naquilo que sabia ser seguro, com boa aceitação dos críticos, boas resenhas em jornais, e sucesso de vendas (EL FAR, 2006, p. 26). Com isto, nota-se que antes das edições pela casa Garnier, a mesma obra foi publicada por outras casas editoriais mais modestas, e que os direitos sobre *Lições* e outras obras didáticas de Joaquim Manuel de Macedo passaram para a Garnier bem depois de uma longa jornada de seu autor.

Por isto as redes de relações e influência eram decisivas para garantir a edição de livros no mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro, seja na prática de autoria de livros didáticos, seja no melhor posicionamento neste ramo de negócio, no caso mais específico dos livreiros-editores.

Outra editora de prestígio na época, a Laemmert se aventurou, embora pouco, no campo dos livros didáticos. *Por que me ufano do meu país*, de Afonso Celso, escrito para celebrar os quatrocentos





anos do descobrimento do Brasil, teve a primeira edição esgotada em alguns meses e tornou-se leitura obrigatória nas escolas secundárias, dentre outros livros. Esta editora publicou também o primeiro livro didático de história do Brasil indicado pelos programas de ensino do Colégio Pedro II. (ABREU E LIMA, 1843.)

Das livrarias que publicaram livros didáticos, a Francisco Alves é tida como a especialista neste tipo de livros. Seu proprietário, Francisco Alves de Oliveira<sup>8</sup> é apontado como um dos maiores livreiros-editores de obras didáticas no Brasil na virada do século XIX e inícios do XX.

Imigrante português instalou-se no Rio de Janeiro em 1872, onde abriu um negócio de livros usados, na rua de São José, 126. Estabeleceu-se de vez no comércio livreiro em 1873, tendo anteriormente trabalhado com seu tio, o também português Nicolau Alves (1827- 1902), proprietário da Livraria Clássica, especialista em livros de ensino. Juntos fundaram a “Alves e C, especialista em livros colegiais e acadêmicos”. Posteriormente Francisco Alves comprou a parte do tio e tornou-se principal proprietário da Livraria Alves. Francisco Alves filiou-se também, à Livraria Bertrand de Lisboa, e comprou-lhe a edição principal, depois se filiou a Livraria Aillaud, de Paris, onde imprimiu numerosos livros didáticos primários, barateando-lhes o custo; chegou a absorver 90% do comércio de livros no Brasil, comprando outras livrarias e editora. (SODRÉ, 1999.)

Através das notas publicadas nos principais jornais da época, em função da comemoração pela inauguração da Livraria Alves na Rua do Ouvidor, “perante concurso numeroso de pessoas das nossas *classes ilustradas*, entre os quais notamos a presença *de membros do magistério superior e primário, deputados, representantes da imprensa e do comercio,*” pode-se verificar as diversas articulações de Francisco

8 Francisco Alves de Oliveira nasceu em Portugal em 1848, naturalizou-se brasileiro em 1883 e faleceu em julho de 1917. (MONIZ, 1943.)





Alves, que construiu sua trajetória a partir de uma extensa rede de relações, passando por autores como João Ribeiro e Sílvio Romero, donos de colégios, jornalistas de destaque na imprensa, a Inspectores da Instrução:

O Dr Theofilo das Neves Leão, antigo professor e secretario da Instrução Pública nesta capital, iniciou os brindes, rememorando os serviços que o Sr Alves tem prestado a instrução no Brasil, como editor do maior número de obras didáticas publicadas entre nós. A livraria Alves é um estabelecimento digno de ser freqüentado pelo público fluminense. (O Paiz, nº13/10/1987.)

É interessante pontuar no caso Francisco Alves que a rede de relações deste foi importante no seu posicionamento no mercado no referido momento. Da aproximação do livreiro-editor com Theófilo das Neves Leão, secretário da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte em 1868, nasceu posteriormente, uma sociedade, desta vez entre Francisco Alves e o filho do referido secretário, Manuel Pacheco Leão. (BRAGANÇA, 2004.)

Uma das táticas deste livreiro-editor era a compra de outras livrarias, como fez com a própria Clássica, de seu tio, e outras, adquirindo os direitos sobre a reimpressão dos títulos e também os estoques das mesmas. Em 1903, anunciava ao público a aquisição da “Empresa Literária Fluminense: em todo o seu estoque e o direito de reimprimir, [...] proprietária do excelente dicionário da Língua Portuguesa de Moraes e Silva, [...] da Historia Universal de César Cantin [...]”, além da compra da Livraria Moderna de Domingos Magalhães, “com todo o seu estoque de 80.000 volumes e propriedades literárias”, e do “resto das edições da Livraria Savin e quase todo o seu estoque”. Aproveitava a oportunidade também, para reafirmar que era na atualidade “o único depositário dos livros didáticos do Dr Abílio Borges (Barão de Macaúbas), muito conhecido em todo o Brasil”. Sendo proprietário ainda, dos livros em língua portuguesa editados





pela American Book Company de New York, Cincinnati, Chicago, Boston, Atlanta, Dallas e São Francisco. (*Almanaque Garnier*. Rio de Janeiro: Garnier, 1903, [página não identificável].)

Com isto, a Livraria Alves e suas sucursais “fica sendo o maior empório de livros do Brasil”, reforçando em sua fala, as relações diretas da livraria “com as grandes livrarias de Paris Hachette e C; Masson e C; J B Bailliere e Fils e muitas outras”, estando a Livraria Alves “em condições de fornecer aos meus correspondentes os livros d’estas conceituadas livrarias pelo preço que continuam a receber diretamente da Europa” (*Almanaque Garnier*, 1903. Rio de Janeiro: Garnier, 1903, (página não identificável).

Em 1909, a livraria Universal pegou fogo, e Francisco Alves comprou os direitos de publicação dos livros dos Laemmert. Com estas estratégias comerciais de compra de outras editoras e dos direitos de reimpressão sobre os títulos, temos a compreensão dos modos pelos quais ela reuniu os direitos de impressão de um significativo número de títulos de livros ao longo dos anos. O êxito comercial da Livraria Francisco Alves em muita medida ajuda a entender o peso da produção didática no referido momento para o mercado editorial e a crescente concentração de capitais e força em mãos de alguns poucos editores.

Acompanhando as capas de alguns livros didáticos, é possível apreender como se deu a concentração dos diversos títulos de outras editoras pela Francisco Alves pela compra das concorrentes, o que ajuda também a entender os destinos das outras editoras. O livro *Contos infantis em verso e prosa adotados para uso das escolas primárias do Brasil*, de Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes Almeida, por exemplo, teve a primeira edição publicada em 1886 pela editora Laemmert, contudo, em 1905, a partir da 8ª edição a Livraria Francisco Alves comprou os direitos desta obra, bastante aceita pelo público e sucesso de vendas. (VIEIRA, 1886.)





Os alcances e interesses da Livraria Francisco Alves não se limitaram ao Rio de Janeiro, comprando os direitos de títulos de editoras de outros Estados. O livro *Leituras Moraes*, de Arnaldo de Oliveira Barreto, teve sua primeira edição publicada pela editora Espíndola, Siqueira & Cia de São Paulo, em 1896. Contudo, a partir da 5ª edição, em 1909, passa a ser publicado pela Francisco Alves. (BARRETO, 1909.)

Por fim, o sucesso de reedições *Cartilha das Mães*, também de Arnaldo Barreto, editado pela primeira vez provavelmente em 1896 pela Tipografia Siqueira, de São Paulo, fornecedora de livros de escrituração da Escola Normal de São Paulo, a partir da 12ª edição passou a ser editada pela Francisco Alves, chegando a 49ª edição em 1938. (BARRETO, 1938.)

Analisando a relação das obras publicadas pela editora apreendemos um leque variado de tipos de livros: literatura, belas-arts, política, ciências puras e aplicadas, “vulgarização e conhecimentos úteis”, línguas (nacional e estrangeiras), e livros de ensino, em maior número.

Dentre os livros de ensino, mapeamos os livros de história do Brasil no período entre a segunda metade do século XIX e inícios do XX, aproximadamente 28 títulos, incluindo obras de João Ribeiro; a *História do Brasil*, de Felisberto Freire (1896); *História de Brasil*, de Feliciano Pinheiro Bitencourt (1907); *História do Brasil*, de Joaquim Maria de Lacerda (1906); *Resumo de história do Brasil*, de A. Vieira da Costa (1914); *Lições de história do Brasil*, de Luís Q. Matoso Maia (1894); *Minha terra, minha gente*, de Afrânio Peixoto (1918); *História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, de Sylvio Romero (1890), dentre outros.<sup>9</sup>

---

9 Fonte: Histórico da Livraria Francisco Alves e Relação completa das obras publicadas pela Livraria Francisco Alves, 1854-1954. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1954.





Já por volta de 1920, outro editor, Jacinto Ribeiro dos Santos,<sup>10</sup> se destaca na publicação de livros didáticos. Através do extrato do catálogo disponibilizado no livro de Mario da Veiga Cabral,<sup>11</sup> o público poderia conhecer outros “Livros escolares edições desta casa” dentre os quais, a *Gramática da Língua Nacional* e a *História do Brasil*, de Osório Duque-Estrada; a *Chorografia do Brasil*, “pelo Dr. Mario da Veiga Cabral (Correta e aumentada), adotada no Colégio Pedro II e nos demais colégios”; *Lições de História Geral*, “de acordo com o último programa da Instrução Pública de 1918 pelo Dr. Mario da Veiga Cabral, 2ª Edição correta e aumentada”; *História Universal*, pelo Dr. João Ribeiro, “tendo sido feito pelo último programa de 1918 do Colégio Pedro II, adotado em todos os colégios do país (2ª edição correta e aumentada, com gravuras)”. Além dos *Pontos de História do Brasil*, de Pedro Couto; *História do Brasil*, de Mário da Veiga Cabral, dentre outros.

Se por volta das décadas de 1870-1880, notamos um florescer do mercado livreiro e editorial na cidade do Rio de Janeiro, com a existência de inúmeros estabelecimentos que vendiam, editavam e “fabricavam” livros didáticos, este quadro vai se alterando na década de 1890, onde observei um movimento de concentração na produção editorial do Rio de Janeiro nas mãos de Francisco Alves, que foi se expandindo para outros Estados, com filiais em São Paulo e Minas Gerais, além de ter comprado muitas livrarias e editoras, adquirindo os direitos de venda de boa parte dos manuais mais vendidos no país, tais como as cartilhas de leitura e alfabetização.

10 Jacinto Ribeiro dos Santos comprou o ponto de sua livraria a Francisco Rodrigues da Cruz, herdeiro da Livraria Cruz Coutinho, a Livraria Popular, a qual foi criado por Antonio Augusto da Cruz Coutinho. (EL FAR, 2004. p. 318.)

11 Extrato da Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos para o ano de 1920. In: CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de História do Brasil*. Para uso dos colégios militares e demais estabelecimentos de ensino secundário. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1920.





Todavia, enquanto a Livraria Francisco Alves concentrava a produção de livros didáticos, editores como Pedro da Silva Quaresma investiam em livros mais baratos que os didáticos, para alcançar esta fatia do mercado.

Após a morte de Francisco Alves, encontramos livros didáticos de história do Brasil publicados por editoras diferentes, tais como A. J. Castilho, Jacinto Ribeiro e Melhoramentos (gráfica e tipografia que virou editora em São Paulo, mas que antes imprimia os livros de Francisco Alves também). A Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos destacava-se pelo bom acabamento dos livros didáticos, uso de imagens, e elevado número de tiragens em alguns de seus livros, que chegavam a marca de mais de 100.000 exemplares em 1924, numa população de 1.157.141 na cidade.

Pelo exposto até aqui, e pelas evidências apreendidas, temos a compreensão de que a partir da segunda metade do século XIX aos anos iniciais do século XX, houve um crescimento no ramo editorial no Rio de Janeiro, com a existência de táticas de venda e estratégias editoriais diversas.

Com isto, é possível perceber alguma competitividade entre os livreiros, o que envolvia uma diversidade de estabelecimentos comerciais, cada qual com suas especificidades e estratégias de sobrevivência, sendo a publicação de livros didáticos (e didáticos de História do Brasil), um investimento de muitos no referido período.

Pelo exposto até aqui, tentei evidenciar um processo que incluía um aumento no número de escolas, o investimento na escrita de livros didáticos e o florescimento do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro, com destaque para a produção de livros escolares. Contudo, quais os sentidos deste processo para os distintos sujeitos históricos: autores, editores, donos de escolas, professores, alunos? Para quê editar livros?





Para responder tais perguntas, creio que seja crucial um entendimento das diferentes experiências sociais destes sujeitos, em suas lutas e embates. Deste modo, circunscrevo a instrução no referido momento enquanto parte das reivindicações para na luta pela conquista da cidadania, pensando aqui, a experiência da população pobre, negros, mulheres, crianças.

A emergência de bons livros “para a instrução do povo” não pode ser separada da discussão sobre a “instrução e leitura para o povo” na qual a publicação de livros assume significados distintos podendo ser um negócio, para alguns, ou um meio para o acesso aos direitos, para outros.

Deste modo, a publicação de livros didáticos acessíveis (pela linguagem e pelo preço) ao “homem comum”, “a gente simples do povo”, além de significar a ampliação do público leitor em um mercado em expansão, também significava para muitos, a participação no debate e na elaboração de projetos para a sociedade da qual faziam parte.

Enquanto para os professores das regiões distantes das ditas “áreas nobres” da cidade e para os autores “anônimos”, o significado da produção didática era um, no sentido de auxiliar a própria prática diária, para figuras como Abílio Borges, este sentido seria outro. Para este autor/proprietário de colégio e diretor da Instrução Pública, “a verdadeira democracia só é possível com a verdadeira e geral instrução”, sendo condição básica para isto, a construção de boas escolas e bons livros:

Para que todos os brasileiros saibam ler, tenho consciência de haver trabalhado sem cessar há perto de 40 anos, quer ensinando, quer publicando livros elementares, e distribuindo-os às centenas de milhares por todos os cantos do Brasil. Mas não é só de ler que precisam os brasileiros: precisam também de instruir-se. (BORGES, 1890.)





Do processo de abertura de escolas e investimento em livros didáticos, a publicação de manuais escolares teve distintos sentidos para os diferentes sujeitos históricos em questão.

Para muitas professoras, conforme a trajetória de algumas demonstra, o sentido era de luta. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, por exemplo, além de professora, foi escritora, editora, proprietária de jornal e atuante no movimento pelos direitos das mulheres do século XIX. Utilizando-se de seus escritos, direcionou seu discurso a um público feminino, lutando pela valorização da mulher, defendendo seu direito à educação, ao mercado de trabalho e à participação na vida política. (ANDRADE, 2006.)

Para muitos intelectuais, a falta de instrução do povo não fazia o país “avançar culturalmente”, fazendo com que a boa literatura do país interessasse a poucos, sendo poucos ainda os que sobreviviam única e exclusivamente “da pena”, tendo o escritor a necessidade de exercer mais de uma atividade, pois “os intelectuais viam-se compulsoriamente arrastados para o jornalismo, o funcionalismo ou política”. A escrita de livros didáticos para muitos autores era um caminho para atingir o progresso, uma vez que a instrução e a leitura seriam os meios para que o país superasse “o analfabetismo quase que total da população”<sup>12</sup> o que impedia por sua vez, “o desenvolvimento de um amplo mercado editorial” (SEVCENKO, 2003, p. 128.)

Dentre os editores, muitos alegavam investir em livros didáticos exatamente pela “importância da instrução” para a formação do povo. Editores como Francisco Alves foi um dos que levantaram a bandeira publicação de livros didáticos enquanto “um serviço” à nação, tendo sido inclusive, além de editor, autor de diversos livros di-

---

12 O combate ao analfabetismo era tido como guerra para alguns, conforme apreendemos de anúncios como este: “Guerra ao analfabetismo. Todos devem saber ler. Assombroso método de Ensino Racional de Leitura. J. S. Castro Editor, Rua do comércio, 46, Rio de Janeiro”. (*O Malho*, nº 331-16/01/1909.)





dáticos, com os seguintes pseudônimos: Francisco de Oliveira; F de Oliveira; Guilherme do Prado.

Conforme apuramos, por volta de 1870 a questão instrução já ocupava os *Relatórios do Ministério do Império e da Inspeção Geral de Instrução Pública da Corte*, evidenciando-se um aumento no número de escolas e alunos matriculados. Com o advento da República, as expectativas em torno da ampliação dos direitos de cidadania se intensificaram ainda mais.

Tal expansão do ensino pode ser compreendida dentro das discussões sobre a ideia de cidadania no Brasil, principalmente na relação defendida por muitos entre educação e formação do cidadão. Mas que cidadania era esta? Seria apenas ideia ou formalismo? Ou seria expansão de direitos sociais básicos anunciados sobretudo com a República?

O direito ao voto, por exemplo, permaneceu atrelado ao domínio das letras, o que tornava a oferta de instrução ainda mais urgente, estando na ordem do dia nas discussões constituintes (CURY, 2001.) na imprensa e nos anúncios de divulgação de escolas, condição básica para ser “cidadão”.<sup>13</sup>

Assim, o impedimento de mulheres, analfabetos, dentre outros, da participação no processo eleitoral no país não impediu o processo de luta destes sujeitos no sentido de ampliar direitos e de participar da vida política, em busca de uma cidadania plena, o que só fez aumentar o número de iniciativas de instrução popular, bem como aumento das pressões destes sujeitos “excluídos”. Neste sentido, discordo das perspectivas defendidas por José Murilo de Carvalho, que afirma que “a exclusão de 80% da população do direito político

---

13 Conforme anúncios diversos, dentre os quais: “Ler para votar- o conhecido professor Alexandre Rield está abrindo um curso noturno, gratuito, para quem quiser aprender a ler e preparar-se para votar nas próximas eleições”. (*O Estado de São Paulo*, 1889, p. 3.)





de voto já é um indicador do pouco que significa o novo regime em termos de ampliação da participação”. (CARVALHO, 1987, p. 85.)

Para este autor, a República teria “tropeçado” ao criar um sistema político “sem sujeito, sem povo”, pois este apenas assistiu “bestializado” aos processos decisórios deste novo regime, sem participação:

O mais grave é que o retrocesso foi duradouro. A Proclamação da República, em 1889, não alterou o quadro. A República, de acordo com seus propagandistas, sobretudo aqueles que se inspiravam nos ideais da Revolução Francesa, deveriam representar a instauração do governo do país pelo voto, por seus cidadãos, sem interferência dos privilégios monárquicos. No entanto, apesar das expectativas levantadas entre os que tinham sido excluídos pela lei de 1881, pouca coisa mudou com o novo regime [...]. A principal barreira ao voto, a exclusão dos analfabetos, foi mantida. Continuavam também a não votar as mulheres, os mendigos, os soldados, os membros das ordens religiosas. (CARVALHO, 2004, p. 39.)

Ao contrário disto, muitas foram as estratégias de luta destes sujeitos. O domínio das letras e o acesso à instrução foi um deles. A existência e acesso a livros didáticos foi um dos caminhos para tanto, o que se tornaria inviável se não existisse um mercado editorial em expansão.





# Capítulo II

## **“A carne do mercado”: como nasciam os livros didáticos de História do Brasil**





## Os papéis dos editores na produção didática

No capítulo anterior, vimos que muitas vezes a iniciativa de elaborar um livro didático partia do próprio autor, muitos dos quais pagavam do próprio bolso pela primeira edição. As articulações do autor e boa aceitação de sua obra eram decisivas para a negociação das edições seguintes com os editores. Mas, como eram elaborados os livros didáticos? De quem era a iniciativa? Havia incentivos públicos na escrita do livro didático? Quais? Para quem? Quais as estratégias dos editores de livros didáticos?

Tais questões são importantes para avançar nas relações que envolvem o processo de criação do livro didático no referido momento, de modo a pensar os interesses em torno desta atividade, quem apoiava quem, e por que razões.

Através das evidências reunidas nesta pesquisa, no caso específico da produção didática de história do Brasil, consideramos a existência de editores na cidade do Rio de Janeiro desde meados do século XIX, sobretudo pela superposição e concentração do processo de elaboração dos livros que envolvem escolhas e negociações diversas nas mãos destes. Em linhas gerais, o editor seria aquele que concentra o processo de fabricação, decidindo e escolhendo as estratégias de venda e circulação, dentre outros.

Durante a pesquisa, foi possível vislumbrar as atuações e relações estabelecidas entre os editores e os diferentes agentes envolvidos na produção didática. Dentre as quais temos: editor e autor; editor e tipógrafo; editor e livreiro; editor e público consumidor; editor e representantes do Estado; editor e proprietários de colégios; editor e imprensa, dentre outros. Portanto, não é possível compreender a ela-





boração de livros didáticos sem reconstituir a atuação destes agentes no processo. Os editores são os elos, os articuladores na produção editorial.

Um caso bastante emblemático e que auxilia na compreensão da atuação do editor na elaboração de um manual didático fica por conta dos Irmãos Laemmert na primeira edição do livro didático *Compêndio de História do Brasil*, de autoria do General Abreu e Lima, publicado primeiramente em dois grossos volumes, com fotografias e gravuras de vultos históricos, notas de rodapé e documentos. Todavia, a versão indicada pelos programas de ensino foi a segunda edição do livro, um volume apenas, mais compacta e “enxuta”. Este compêndio destinava-se aos alunos da escola secundária, sendo bastante utilizado no Colégio Pedro II.

O aspecto que nos chama atenção nesta “alteração” é a intervenção dos editores no processo de elaboração do “livro didático”, que deveria ser adequado à fácil leitura, devendo ser um manual no sentido literal da palavra, de fácil transporte, leve e compacto: “Reduzindo o formato pela supressão de documentos e notas [...], foi-nos possível realizar uma extraordinária diminuição de preço, que sobremodo aproveita aos pais de família e aos colégios”.

A edição modificada agradava aos editores porque se adequava mais aos fins de um livro didático, que deveria ser “acessível ao público em geral”, e principalmente, “à mocidade estudiosa, tratamos de organizar, sob o ponto de vista didático [...], sem omitir fato algum importante”. (ABREU E LIMA, 1843, p. 4.)

Tais modificações seriam importantes para atingir o objetivo esperado de um livro didático de História que seria “vulgarizar o conhecimento das coisas pátrias”. Pelas “falas” dos editores, é possível vislumbrar como os interesses em relação ao consumo, produção e vendas dos livros interferiam nas maneiras como o livro se apresentava ao público leitor-consumidor.





Com isto, nota-se além de uma preocupação em “vulgarizar” o conhecimento da história pátria, uma atenção também para os aspectos de difusão do livro e de um mercado, para além das preocupações de escrita do próprio autor do livro em questão.

Trata-se, deste modo, de um poder dos editores para modificar o livro segundo os interesses do mercado, com a possibilidade de acrescentar e suprimir conteúdos conforme julgassem necessário para o barateamento da produção e dos preços ou, ainda, para adaptá-los às exigências dos programas de ensino ou às necessidades de alunos e professores.

Deste modo, a processo de escrita dos livros não seguia apenas aos ditames dos programas de ensino, interferindo nesta prática a ação de editores, livreiros, autores e da própria recepção e interesses do público do momento.

Inúmeras foram as práticas e estratégias utilizadas pelos editores de livros didáticos no momento do referido estudo. Uma delas foi a reedição de obras de autores consagrados, e bem aceitas pelo mercado.

Para acompanhar tais mudanças, que ocorriam em diversos aspectos: diversificação do público leitor, aperfeiçoamento de técnicas gráficas, muitos editores utilizavam o recurso da modificação das capas e dos títulos dos livros, acrescentando os “novos pontos dos programas de estudo de História”, sem modificar a abordagem dos conteúdos ou concepções de História presentes nos mesmos. Assim, temos edições “revistas”, “melhoradas”, “corretas e aumentadas”, “atualizadas”, “ampliadas”:

João Ribeiro. *Historia do Brasil. Curso Superior*. Adotado no ginásio Nacional . 7ª edição revista e melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1900.

*Resumo de História do Brasil*, de Bellegarde (H Luiz de Nie-





meyer). 4ª edição correta e aumentada. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

*Episódios da História Pátria*. Contados à infância, por Fernandes Pinheiro (Cônego Dr J C), professor do Imperial Colégio de Pedro II, secretário do IHGB. 8ª edição melhorada. Rio de Janeiro: B L Garnier, 1877.

Nos casos de morte do autor, o editor encomendava outro autor para a revisão do trabalho, como ocorreu com a obra de Joaquim Maria de Lacerda, que morreu em 1886, mas teve seu livro reeditado por mais de 80 anos, até 1957, tendo sido editado por editoras como a Garnier e a Francisco Alves.

Podemos levantar alguns pontos a respeito das constantes reedições de livros didáticos. Um deles é sem dúvida em relação aos baixos investimentos na produção de uma reedição, o que a tornava mais lucrativa para os editores e, principalmente, permitia ao editor acompanhar as mudanças nos programas ou incorporar novos dados, atendendo às demandas, tais como diversificação de público leitor, boas vendas:

Ao leitor

Tendo já editado duas *Historias do Brasil*, uma de acordo com o programa da Escola Normal e outra de acordo com o do Colégio Pedro II, resolvi dar uma terceira publicidade que viesse a atender o mais diretamente possível o programa dos colégios militares – que são hoje como se sabe, em numero de 4.[...]. (CABRAL, 1920, p. 4.)

Havia uma preocupação por parte dos editores exatamente com a possibilidade de reeditar uma mesma obra, o que era apresentado e percebido como sinônimo de êxito e de boa aceitação pelo público como apreendemos através das intervenções do editor na apresentação dos livros:





Para isto encomendei ao professor Dr Mario da Veiga Cabral o trabalho que hoje apresento ao público e que espero, dão o nome do autor, venha a constituir um dos grandes sucessos da minha livraria, segundo as páginas do *Compendio de Chorografia do Brasil*, do mesmo autor, aparecendo em setembro de 1916, e que foi, entre os livros didáticos publicados nestes últimos 30 anos, o que maior êxito alcançou estando já na 5ª edição. (CABRAL, 1920, p. 4.)

Através das falas dos editores, temos também um pouco das relações editor/leitor/autor, além de apreendermos a atuação do editor e do autor no que tange à revisão da obra, que poderia ser feita pelo editor ou pelo próprio autor, uma vez que muitas vezes: “É possível que esta primeira tiragem presente, apesar dos cuidados, alguns erros de revisão, o que é desculpável tratando-se de uma primeira edição, e que não foi revista pelo autor”. (CABRAL, 1920, p. 4.)

No caso da revisão realizada pelo autor, este era pago para a realização do trabalho com a nova impressão de seu livro. João Ribeiro, por exemplo, chegou a receber da Livraria Francisco Alves 1:000\$000 pelo trabalho de correção de História do Brasil. (BRAGANÇA, 1999, p. 451.) Um bom valor, nas apreciações do autor.

Outro recurso utilizado pelos editores seria a revisão de uma obra por um outro autor de renome no momento, o que tornaria o livro mais gabaritado, possibilitando uma maior credibilidade junto ao público consumidor: “Novíssima edição ilustrada com muitas gravuras, revista e aumentada até 1919 por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro”. (LACERDA, 1919.)

Outra estratégia utilizada pelos editores era a associação com a rede escolar em expansão, através da indicação dos locais em que os livros utilizados nos colégios poderiam ser comprados:

Colégio de instrução primaria de meninos internos e exter-





nos, dirigido por Antonio Maria Backer autor e proprietário de uma coleção de compêndios apropriados a mesma instrução e que se acham a venda em quase todas as lojas de papel, especialmente na Rua da Quitanda, 70, onde se vendem em porções com o abatimento de 20%. (ALMANAK LAEMMERT, 1884, p. 226.)

Colégio Fluminense, sexo masculino. Prospectos no colégio, Rua do Rosário, 64, loja de papel ou nas Livrarias Serafim, Rua 7 de setembro, 83 e Lombaerts e Cia, Rua dos Ourivres, 7. (ALMANAK LAEMMERT, 1884, p. 1254.)

Além disso, é possível perceber alguma competitividade entre os livreiros, o que envolvia uma diversidade de estabelecimentos comerciais, cada qual com suas especificidades e estratégias de sobrevivência.

As associações também foram uma tônica das casas editoriais que obtiveram maior êxito no mercado. As parcerias fortaleciam o editor, ampliavam seu círculo de relações, e alcance das publicações.

A atuação do Estado foi também bastante frutífera para os editores através de incentivos diversos, tais como premiações de obras didáticas, divulgação em exposições, compra de materiais didáticos, dentre outros aspectos.

A Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte foi criada em 1854 para supervisionar a instrução, responsabilizando-se pelo controle e autorização dos materiais impressos a serem utilizados no ensino, negociando com livreiros, professores e autores de livros didáticos gastos e custos, bem como o número de exemplares utilizados nas escolas, envio de programas de ensino, elaboração de exames, dentre outros. (GONDRA, 2002.)

Deste modo, os Conselhos de Instrução aprovavam e indicavam os livros que deveriam ser adotados nas escolas públicas, não somente do Rio de Janeiro, como em outros Estados:





Guilhermina Azambuja. *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade da puerícia brasileira para ambos os sexos*. Professora da Cadeira Pública do sexo feminino da Freguesia da Candelária.

Obra aprovada pelos Conselhos diretores da instrução primaria e secundaria do município da corte e províncias do Rio de Janeiro e Pernambuco; e mandado adotar pelo Governo Imperial nas escolas publicas. Segunda edição. Vende-se nas principais livrarias e em porção, a Rua do Hospício, nº 100, sobrado.

*Quadros de História Pátria*. Para uso das escolas (aprovadas e adotadas pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal. Rio de Janeiro: A. J. Castilho, 1919. Max Fleiuss e Basílio de Magalhães (do IHGB).

As Diretorias e Conselhos da Instrução Pública avaliavam a adequação dos livros didáticos ao ensino, o que era amplamente divulgado nos jornais:

O Conselho Superior de Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro resolve aprovar, por unanimidade de voto, os seguintes livros didáticos: *Breves lições de história do Brasil*, do Sr. Creso Braga e *Tarefas artisticas*, dos Srs professores Renato Francisco de Paula Andrade e Clara Pimentel de Andrade. A sessão foi presidida pelo Sr. José Mattoso Maia Forte, secretário Geral do Estado, presentes os membros do conselho [...]. Não receberam aprovação vários trabalhos também submetidos ao julgamento da Instrução Pública Fluminense. (BRAGA, 1919.)

O Estado também encomendava livros junto a editores, existindo a partir de 1875, uma Diretoria de Impressões Autorizadas da Instrução Pública, responsável pelo controle do todo o material impresso que poderia circular na corte, tais como programas de ensino, elaboração do material para os exames preparatórios, além do envio das comissões que devem assistir à realização dos exames. (*Segun-*





da *Diretoria de Impressões Autorizadas*, Instrução Pública, 1875, p. 2.) Além disso, a Diretoria de Impressões Autorizadas estabelecia contratos com autores para a elaboração de livros didáticos: “Do inspetor geral interino, sujeito à aprovação o contrato selado com a professora Guilhermina de Azambuja Neves para fornecimento do livro de sua composição intitulado *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade*”. (*Segunda Diretoria de Impressões autorizadas*, Instrução Pública, 1875, p. 25.)

Além de encomendar livros didáticos junto às editoras para serem enviados a algumas escolas, o que ficava a cargo de um inspetor geral que se responsabilizava pelas encomendas de materiais de ensino, tais como cadeiras, quadros, e livros didáticos: “Do Inspetor Geral. Pede autorização para mandar fazer 2 livros didáticos a escrituração dos exames gerais, livros aprovados pelo conselho Diretor para uso das escolas públicas”. Como também, o pagamento ao editor pelas encomendas: “Do Inspetor Geral [...] para ser paga uma conta de livros fornecida por Nicolau Alves, na importância de 524\$ [...]”. (*Segunda Diretoria de Impressões autorizadas*, Instrução Pública, 1875, p. 30.)

Outra parceria imprescindível na produção de um livro didático era a estabelecida entre editor e autor. Era uma relação bastante delicada podendo ser amistosa ou não.

Um caso de parceria bem-sucedida ao longo dos anos foi a celebrada entre Francisco Alves e João Ribeiro. (RIBEIRO, 1917.) A “estima e amizade pessoal” entre os dois se refletia no grande número de obras didáticas que foram produtos desta parceria:

Obras de João Ribeiro sob propriedade da Livraria Francisco Alves

João Ribeiro. *Historia do Brasil. Curso Superior*. Adotado no ginásio Nacional. 7ª edição revista e melhorada. RJ Livraria





Francisco Alves, 1900.

*Historia do Brasil* (para ginásios e Escolas Normais, curso superior) 1 vol cart. 4\$000

*Historia do Brasil* (para Escolas primárias, curso médio) 1 vol. 1\$000

*Historia do Brasil* (Rudimentos de) para Escolas primárias, curso inferior. 1 vol. 1\$000.

*Autores contemporâneos* – Seleta de autores do século XIX , adotado pelo governo para os exames de língua francesa , inglesa e alemã. 1 Vol. 3\$000

*Gramática portuguesa*, da infância , curso primário (primeiro ano) 1 vol. 1\$000

*Gramática portuguesa* , elementar , curso médio (segundo ano) 1 vol. 2\$000

*Gramatica portuguesa*, curso superior (terceiro ano) 1 vol 3\$000.

*Historia do Brasil* (Edição do centenário) 1 vol . 3\$000

*Dicionário Gramatical*, 1 vol . 4 \$000.

Livros de exames, para servir como gramática de 1º ano . 1\$000.

Seleta clássica – período arcaico , 1 vol. 4\$000

Frases feitas. 2 vols, 4\$000 cada volume 3\$000. (RIBEIRO, 1900.)

Para João Ribeiro, as 150 edições de mais de 15 livros didáticos só tiveram êxito, estando perto de um milhão de exemplares, devido aos méritos e obra do editor Francisco Alves, pois este fazia a divulgação e a propaganda do seu trabalho. (HALLEWELL, 1985.) João Ribeiro em várias ocasiões, reconhecia também, a honestidade dos Srs Alves e C, pois estes “escrupulizaram no seu negócio como prática de um sério dever [...]. Suas edições principalmente se impõem pelo cuidado da mais honesta e lúcida escolha. E falando-se de suas edições é preciso acentuar que eles as pagam”. (COSTA, 1998 Apud





BRAGANÇA, 1999, p. 470.)

Para este autor, a editora Alves não “vendia a educação do povo como um retalho pelo que fica mais em conta”, trazendo para o comércio de livros voltados para a educação popular “honradez”. João Ribeiro receberia pelas edições de seus trabalhos com a Francisco Alves por volta de 3:000\$000, um valor considerável para a época, uma vez que os salários médios variavam de 60\$000 a 150\$000. (BRAGANÇA, 1999, p. 466).

Entretanto, havia casos em que a relação autor/editor não era tão amistosa assim, uma vez que nem sempre um contrato firmado agradava às duas partes. A questão da “propriedade literária” exigia o cumprimento de regras bem delimitadas, para que não ocorressem prejuízos e danos, seja para o autor, seja para o editor.

Um caso interessante de disputas e negociações em torno dos direitos de publicação foi o processo judicial travado entre duas grandes editoras da época pelos direitos de venda e reimpressão das obras de Cirillo Delermendo, que teria firmado contrato com ambas, em momentos distintos. As partes envolvidas no processo eram o editor Nicolau Alves (apelado), o autor, Cirillo Delermendo da Silveira, e Luís Batista Garnier (apelante).

O processo consistia no direito reivindicado por Nicolau Alves sobre a obra do referido autor, que teria firmado contrato também com Luís Garnier sem que as edições de seus livros estivessem todas esgotadas:

Recebi do Ilustríssimo Senhor Nicolau Alves a quantia de um conto cento e quarenta mil reis proveniente da venda que nesta data lhe fiz de mil e noventa gramáticas em folhas de língua portuguesa, não podendo eu então imprimir a referida gramática da minha composição, senão de acordo com o mesmo senhor, e isto no caso de receber encomendas de algumas províncias, por parte do governo, para





cujo fornecimento concorrerá comigo com o número de volumes de sua propriedade, que por essa ocasião lhes restar. [...] Declaro mais que nenhuma impressão poderá ser feita com data anterior a do Compêndio da quinta edição de que agora faço venda, [...] sendo falsas todas as que apareceram sem tais circunstâncias e livre o direito de proceder contra o falsificador. Rio, 25/01/1870. (*Juízo do Tribunal de Relação do Rio de Janeiro*. Processo de Nicolau Alves/Luís B Garnier, 03/3/1872.)

Todavia, argumentando que o seu contrato com Nicolau Alves se limitava à quinta edição, o autor julgou-se livre para fazer um novo contrato para a sexta edição com Luís Batista Garnier.

A queixa de Nicolau Alves é que o contrato da mesma obra, a sexta edição e a circulação simultânea dos exemplares das mesmas, em um total de 6 mil exemplares, traria grande prejuízo aos seus estoques da quinta edição ainda existentes em circulação.

A disputa judicial travada entre os editores demarca os embates do mercado, no qual o livro, depois de impresso, é “uma mercadoria”, o que demonstra a competitividade deste ramo de negócio no Brasil, e a existência de concorrências, estratégias de monopólios sobre os livros (no caso, os direitos de reimpressão), além de evidenciar os tipos de arranjos entre editores e autores e os problemas que podiam resultar, deles dentre outros.

Outra estratégia das editoras a fim de ampliar o mercado e difundir as obras didáticas por todo o país era a associação com casas comerciais de vários Estados, como pode ser observado nos anúncios publicados em revistas especializadas, como este da Livraria Francisco Alves divulgando livrarias de diferentes Estados onde seus livros poderiam ser comprados:

Viúva Oliveri – Bahia





João Walfredo de Medeiros – Pernambuco

Joaquim José de Oliveira e C – Ceará

M F da Silva e C – Pará

Antonio Pereira Ramos de Almeida e C – Maranhão

Joaquim Alves Leite Sucessor – Porto Alegre

Carlos Pinto e C Pelotas

Joaquim Dolivanes Nunes – São Paulo

Rodrigo Antonio Pereira – Juiz de Fora

Manuel Tomas Teixeira – Ouro Preto”

José Marques Nogueira Guerra – Diamantina

(“Anúncio da editora Alves & Cia” na *Revista do Ensino* no ano de 1883 Apud BITTENCOUT,1993, p 90.)

Outra forma de divulgação dos livros didáticos eram os anúncios feitos no próprio livro, indicando locais em que poderia ser comprado: “Açam-se estes livros em São Paulo: nas casas Francisco Alves, Duprant e C; no Rio de Janeiro, nas casas: Francisco Alves, Gomes Pereira; em Pernambuco: Ramiro M Costa e Filhos; em Porto Alegre, na casa Selbach”. (GALANTI, 1911.)

## **Construindo redes de apoio e comunicação em torno do livro didático**

Um importante fator no sucesso editorial de um autor, editor ou obra didática eram as redes de apoio nas quais se inseriam. As páginas iniciais dos livros didáticos trazem ricas informações sobre as estratégias que editores e autores desenvolviam para divulgar os livros didáticos. Por meio de inúmeras dedicatórias impressas eles expressam suas tentativas de aproximação com políticos, imperador, dentre outros, uma vez que conquistar a simpatia e apoio de pessoas





ilustres era mais um ponto a favor do livro: “Oferecemos ao público uma nova edição do *Compêndio da História do Brasil*, do General J. I. de Abreu e Lima, dedicada a S. M. I, o Imperador”. Ou ainda: “ao conselheiro Ruy Barbosa, gloria de Parlamento da Imprensa”, “Ao belo espírito e ao nobre coração de Ignácio M Azevedo do Amaral”, dentre outros.

Se em meados do Império, as fontes de apoio, mais recorrentemente buscadas são nas relações como o poder imperial, via instituições como IHGB e o Colégio Pedro II, posteriormente esta rede se amplia e se modifica. Principalmente com a criação da Academia Brasileira de Letras em 1897, além da marcante atuação da imprensa como articuladora de maior visibilidade para livros e autores.

A imprensa era um dos principais espaços de atuação dos intelectuais em finais do Império e início da República, sendo arena das tensões e reivindicações destes, não somente nas críticas aos opositores políticos, como também na defesa das ideias e projetos afins. Neste sentido, “boa parte da produção histórica desse momento será publicada em jornais” (HANSEN, 2000, p. 43.) que eram também o veículo da crítica e da análise desta produção. Para alguns estudos, as décadas de 1870-80 distinguem-se exatamente pelo grande número de jornais que se multiplicavam no país, com destaque para as campanhas abolicionistas e republicanas. (MELLO, 2007.) Além disso, muitos eram os jornais que se diziam “para o povo”, voltados “para as causas do povo” neste período.<sup>14</sup> A imprensa, conforme nos alerta

14 Dentre os quais: *Correio do povo*, órgão republicano (1891); *O amigo do povo*: jornal republicano (1877); *O Sport*: órgão dos interesses do povo (1887); *A liberdade*: jornal defensor dos interesses do povo (1879); *A lanterna*: órgão do povo (1883); *O brado nacional*: revista político semanal dedicado aos interesses do povo brasileiro (1873); *Jornal do povo*: folha democrática (1879); *Ciência para o povo*: serões instrutivos (1879); *O grito do povo* (1885); *Tribuna do povo* (1880); *O povo*: órgão do congresso literário e científico Abílio Borges (1903); etc.





Cruz, não deve ser entendida apenas como canal de divulgação, mas uma prática social que organiza e dá sentido aos acontecimentos. (CRUZ, 2000, p. 166.)

Em relação aos livros didáticos, muitos intelectuais defendiam a necessidade de bons livros didáticos de história do Brasil exatamente pelo caráter formador deste tipo de livro, no sentido da formação do cidadão, que só se daria por meio de uma “pedagogia do cidadão” através do conhecimento de nosso passado comum.

Uma prática bastante frequente entre os editores de livros didáticos era inserir nas reedições dos livros os comentários e avaliações publicadas pela imprensa sobre as edições anteriores da obra em questão. Através destas resenhas, mais do que divulgar os livros na imprensa exaltando o mérito do material como manual didático, ficavam claras as posições em relação à importância dos livros didáticos na educação do país. As resenhas não eram comentários espontâneos dos jornalistas, mas faziam parte de uma relação de troca e interdependência entre jornais/editores, uma vez que muitos editores anunciavam seus livros nos jornais, sendo seus clientes. Diferente dos anúncios, as resenhas imprimiam um ar de “imparcialidade” na recomendação do livro, esboçando apenas uma “opinião” de fora, por isto, confiável.

É importante observar que as propagandas em jornais oferecendo títulos ou anunciando os locais de vendas de livros, pagos pelas livrarias e editoras, também eram significativas nas páginas de jornais diários, revistas e almanaques e sinalizavam um bom financiamento para a própria imprensa. Talvez isso explique tantas opiniões favoráveis aos livros aparentemente publicadas por iniciativa do próprio periódico ou de seus jornalistas sem vínculos outros interesses monetários.

Alguns livros inclusive se destacaram pelo grande espaço dado a este tipo de apreciação. Este foi o caso do livro do livro editado por





A. J. Castilho, *Quadros de História Pátria. Para uso das escolas* tendo como autores Max Fleiuss e Basílio de Magalhães, ambos colaboradores em diversos periódicos cariocas, além de serem membros do IHGB e da Biblioteca Nacional.

O livro teve várias resenhas publicadas em jornais da época reproduzidas nas edições posteriores. Estas opiniões foram reunidas pelos editores e “abrem” o livro. Das 121 páginas do livro, as 10 primeiras reproduzem as “opiniões” publicadas na imprensa a respeito dele, funcionando como “publicidade” do livro e dos gabaritados autores e editores: “Os Srs Max Fleiuss e Basílio de Magalhães contribuem para o ensino das escolas com os Quadros de História pátria, editados pelo inteligente e ativo editor A. J. de Castilho”. (José Oiticica, *Correio da Manhã*, 2/3/1918.)

Ou ainda:



Mais um livro editado pela livraria Castilho, a Rua São José, nesta capital: ‘Quadros de História Pátria’. Estes quadros, como escreveram numa ‘explicação necessária’ seus autores, Srs Basílio Magalhães e Max Fleiuss, ambos do IHGB, foram traçados há algum tempo com o intuito de servirem a juventude que frequenta as escolas publicas e particulares da nossa terra, e deveram muito em sua elaboração inicial ao saudoso Dr Vieira Fazenda , principalmente em tudo quanto diz respeito às tradições da cidade do Rio de Janeiro. [...]

*A noite*, 1/3/1918.

O livrinho , cujos autores são os bem conhecidos membros do IHGB , Srs Max Fleiuss (Secretário Perpetuo do Instituto) e Basílio de Magalhães (Diretor interino da Biblioteca Nacional), ambos da Academia de Altos Estudos, é e são patriótico, digno de figurar em todas as estantezinhas dos nossos jovens patriotas . É o que recomenda o *Jornal do Brasil*.

*Jornal do Brasil* , 4/3/1918.





O destaque e apoio dado pela imprensa aos autores e ao “livrinho” também são notórios, seja por evidenciar a atuação dos autores neste circuito, seja por demonstrar o investimento da editora neste tipo de divulgação. Assim, mais do que divulgar os méritos do livro, ou apresentar suas principais falhas, as resenhas avalizam a capacidade dos autores, enaltecendo suas excelentes qualidades de pesquisadores da história do Brasil e emprestam o nome do jornal à divulgação do livro.

Tais características, as de pesquisadores de arquivos e bibliotecas, são até mais evidenciadas que as referências de atuação de ambos no magistério, o que não é citado nas resenhas ou na capa do livro. Pelas opiniões emitidas nos jornais, o fato dos autores serem “membros da Academia de Altos Estudos” os dignifica a escrever algo tão necessário à formação das gerações do país.

Assim como A. J. Castilho, outros editores fizeram o mesmo, como Jacintho Ribeiro dos Santos em relação ao livro *Compêndio de História do Brasil*, de Mário da Veiga Cabral na edição de 1929. São 12 páginas contendo a “opinião da imprensa carioca sobre a primeira edição”, feitas pelos principais críticos dos jornais da cidade, como João Ribeiro, Rocha Pombo, Xavier Pinheiro também eles professores e autores de livros didáticos além de jornalistas nos principais jornais: *O Imparcial*, *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, *A Folha*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, dentre outros.

As críticas a este livro em geral enalteciam “os bons serviços prestados” ao ensino do país pelos livros do referido autor, preenchendo muitas “lacunas” e “falhas” no ensino de uma disciplina “tão importante”.

Deste modo, cremos que seja possível pensar a imprensa como divulgadora e formadora de opinião favorável a determinados autores obras, além de ser o espaço onde se debatia e angariava apoio para a necessidade de investimento na “instrução do povo” e da produção





de livros didáticos de “boa qualidade” e adequados à missão de instruir o país. Mais do que publicidade, tais resenhas demonstravam avaliação e aprovação do jornal aquela obra e sua recomendação ao professor/leitor/escola para que a escolhesse.

Entretanto, convém ponderar que tais recomendações não eram feitas para todos os livros editados e nem sobre todos os autores de obras didáticas. A imprensa foi um dos meios de divulgação das obras didáticas dando amplo espaço àqueles de certo modo vinculados a ela, seja como jornalistas ou colaboradores.

Além disso, parece-nos que progressivamente a imprensa assume o papel de “fiadora” da qualidade dos livros/autores didáticos, o que antes era ocupado basicamente pelo Colégio Pedro II e IHGB. Isto é observado nas últimas edições das obras ou nas obras das primeiras décadas do século XX, em que a aparição e o número de resenhas são muito maiores que inicialmente (segunda metade do XIX).

Além disso, os livros didáticos tiveram grande espaço nos jornais porque “dispunham de um mercado cada vez mais definido” pois era uma especialidade tida como “a carne”, a sustentação do mercado. A propaganda e “publicidade” eram cruciais no negócio de livros, variando de anúncios pagos pelas editoras e publicados na imprensa aos folhetos e extratos divulgados nos versos dos próprios livros.

A partir de 1883, a realização de exposições pedagógicas constituiu mais um espaço de divulgação e ampliação da rede em torno da produção didática, além do fortalecimento de algumas casas comerciais, através das premiações de obras didáticas.

As exposições nacionais surgiram no bojo das Exposições Internacionais, por volta de 1862. Objetivavam em linhas gerais, a difusão das ideias de ciência e progresso, dentro das necessidades do capitalismo de criar “vitrines” de modernidade e da ideia de civiliza-





ção. A premiação em uma exposição representava um certificado de qualidade para referendar as mercadorias expostas. (KUHLMANN JÚNIOR, 2001.)

A relação ensino/ciência se fez presente também nos espaços dados nas exposições às questões pedagógicas, como aos “novos” métodos de ensino, desde carteiras e mobílias em geral, aos livros didáticos, que começavam a ser produzidos em massa pela indústria, “naturalizados” e incorporados aos espaços escolares. (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 107.)

As comissões organizadoras das exposições promoviam a produção de publicações, como catálogos, revistas, livros, edições comemorativas, que circulavam por todo o país, além de representarem “a nação” internacionalmente. Premiavam também as iniciativas individuais dos próprios autores como, por exemplo, o Barão de Macaúbas, dono de escola e autor, que teve ao todo 400.000 volumes editados em cerca de 20 anos. (ALVES, 1942.)

A obtenção de prêmios nas exposições também demarcava relações de poder e prestígio entre as próprias editoras, uma vez que as maiores editoras recebiam premiações superiores em relação às editoras de menor porte, em função de aspectos como qualidade gráfica, de acabamento e impressão. (BITTENCOURT, 1993, p. 124.)

Além de divulgar obras didáticas, as exposições encomendavam e pagavam por algumas:

A obra que sob o título *Noções de Corografia do Brasil* se entrega à publicidade, pertence de direito à digna Comissão Superior da Exposição Nacional de 1870, que o encomendou e pagou; nela porém, deveu-se considerar muito empenho e o desempenho. (MACEDO, 1875, p. 3.)

Além das exposições, existiam outros prêmios, como o Prêmio da Instrução Pública: “Obra didática premiada com o primeiro





prêmio em concurso perante a Diretoria Geral da Instrução Pública da Capital Federal e adotado para os estabelecimentos de ensino do mesmo Distrito”. (POMBO, 1925.)

### **Livros didáticos: um produto de massas?**

O que explica o investimento do estado, de autores, livreiros, editores, na publicação de edições de livros didáticos nacionais? Afinal, como o livro didático virou “um produto de massas”, produzido em grande escala?

No período que vai de 1870 a 1924, muitas mudanças ocorreram no mercado de livros escolares, que passaram de objeto raro, caro e para poucos, a “livros para todos os gostos e bolsos”, “acessíveis ao público em geral”, vendidos “a preços módicos”, encontrados em vários lugares, com linguagem clara e palatável aos muitos gostos e “sentidos”.

Analisando os diferentes livros didáticos, notamos a ampliação de seus direcionamentos. Inicialmente, voltavam-se aos próprios professores e alunos da escola secundária, com destaque aos “alunos do Imperial Colégio Pedro II” e colégios militares. A partir da segunda metade do século XIX, outros públicos são considerados, como as escolas particulares, as públicas, as escolas normais, e principalmente, as classes primárias e elementares, acompanhando os investimentos no ensino primário e no ensino para adultos.

Observamos muitos autores que começaram escrevendo livros didáticos para a escola secundária, e que passaram a se dedicar também, posteriormente, à escrita de livros para as classes elementares. Nomes como João Ribeiro, (RIBEIRO, 1924.) Joaquim Manuel de Macedo (MACEDO, 1977.), Rocha Pombo, (POMBO, 1917.) Afrânio Peixoto, (PEIXOTO, 1918.) Sylvio Romero, (ROMERO, 1890.)





e Mario da Veiga Cabral (CABRAL, 1923.) foram alguns dos que escreveram “livrinhos” para as classes elementares.

Além da produção didática para as classes elementares, o mercado editorial também passou a investir com fôlego nas ditas “leituras populares”, com destaque às edições de cartilhas “a preços módicos”, como estas editadas pela Garnier, que já por volta de 1877, diversificava sua produção, para além de romances e obras de autores já consagradas:

Método fácil para aprender a ler em 15 lições. 1\$000. [...] Este livrinho, de um preço tão comum que pode utilizar a classe mais desfavorecida [...]

Biblioteca Popular ou a Instrução ao alcance de todas as classes e de todas as inteligências, por uma sociedade de homens de letras.

Enciclopédia do Povo e das escolas, 6\$000. (*Catálogo da Livraria Garnier para o ano de 1877*. RIO DE JANEIRO: Garnier, 1877.)

Ao longo do período analisado é possível acompanhar muitas mudanças na produção do livro didático tanto nos aspectos gráficos e técnicos, tais como formato, linguagem, o que se refletiu no barateamento da produção, na diminuição dos preços, no aumento no número de tiragens e de vendas. A presença de ilustrações nos livros didáticos também se tornou frequente, apesar das resistências de alguns editores, devido aos custos que o uso de ilustrações acarretaria.

A preocupação em incrementar as vendas indica crescente ampliação e diversificação do público leitor e da concorrência:

O livro didático tornou-se, rapidamente, o texto impresso de maior circulação, atingindo uma população que se estendia por todo o país. A obra didática caracterizou-se, desde seus primórdios, por tiragens elevadas comparando-se à produ-





ção de livros em geral. A circulação dos livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um status diferenciado e até certo ponto privilegiado, considerando-se que a sociedade se iniciava no mundo da leitura. Este poder de penetração explica, em parte, porque autores eruditos, em número significativo, utilizaram-se de literatura escolar para divulgar seu trabalho. (BITTENCOURT, 1993, p. 106.)

Inúmeros aspectos contribuíram para a ampliação e diversificação do público leitor de livros didáticos. Muitos dos quais já foram pontuados e analisados na presente pesquisa. Neste sentido, convém atentar para aspectos como preço e tiragens dos livros, o que nos ajuda a dimensionar as possibilidades de difusão dos mesmos.

Segundo Circe Bittencourt, os livros (romances, contos,) publicados no Brasil possuíam tiragem média de mil exemplares. Entretanto, os livros didáticos tinham tiragens maiores, e muitas reedições: “Os manuais destinados às escolas primárias, em suas primeiras edições variavam entre 2.000 a 4.000 exemplares e os de maior receptividade conseguiram constantes reedições, às vezes anuais, que chegavam a 6.000 exemplares”. (BITTENCOURT, 1993, p. 108.)

O livro de Joaquim Manuel de Macedo, *Lições de História do Brasil, para uso das escolas*, por exemplo, foi publicado suas duas primeiras edições pela Casa de Domingos José Gomes Brandão com cerca de 6.000 exemplares cada, sem contar as edições posteriores feitas pela editora Garnier. (BITTENCOURT, 1993, p. 108.)

Localizei na pesquisa muitos livros didáticos com até 10.000 tiragens por edição, com muitas reedições durante anos e utilizados por várias gerações:

Esta segunda edição da *Pequena História do Brasil por perguntas e respostas*, o autor a publica debaixo da mais grata satisfação que lhe causou a notícia de haver a sua obrinha





merecido a insigne honra de ser aprovada pelo Conselho Superior da Instrução Pública. Foi também animado a empreendê-la pelo lisonjeiro acolhimento que ela obteve junto dos Srs Professores e Diretores de Colégios, a quem se deve o grande resultado de se ter em poucos anos esgotado a primeira edição, que foi de dez mil exemplares.<sup>15</sup>

Já o *Compêndio de história do Brasil* de Mário da Veiga Cabral chegava a sua 6ª edição em 1929 com uma marca de 60.000 exemplares e uma média de 10.000 exemplares por tiragem desde sua primeira edição em 1920. Ainda em relação às obras deste autor, em 1924 algumas reedições de seus livros alcançavam marcas de 100.000 tiragens. Este foi o caso do *Compêndio de Corografia do Brasil*, que alcançava com a sétima edição em 1924, o 100º milheiro. Os seus outros livros didáticos também vendiam bem: a 3ª edição do *Compêndio de história do Brasil* ilustrada com 128 gravuras, atingia o 30º milheiro; *Nossa Pátria*, em sua 2ª edição, o 10º milheiro; e a *Pequena história do Brasil*, o 5º milheiro. Todos publicados pela livraria de Jacintho Ribeiro dos Santos Editor até 1924:

#### Obras do mesmo autor:

História do Brasil, 17ª edição com mais de 180 gravuras, 170º milheiro.

Nossa Pátria, 14ª edição, 140º milheiro, oficialmente adotada no DF, ES, RJ, SP, BA, CE, PE.

Primeiro livro de leitura, um volume ilustrado, 23ª edição, 230º milheiro.

Segundo livro de leitura, 16ª edição, 160º milheiro- esgotado

Terceiro livro de leitura, 16ª edição, 160º milheiro- esgotado

Quarto livro de leitura, 5ª edição, 50º milheiro. (CABRAL, 15 Nota à segunda edição em 1880, da *Pequena História do Brasil* por perguntas e respostas para uso da infância brasileira, de Joaquim Maria de Lacerda.





1924.)

Acompanhando as reedições de livros didáticos, observa-se que os intervalos entre uma edição e outra eram pequenos, o tempo de esgotar a edição anterior, em torno de um ano. Em termos de exemplificação, o livro *Pequena história do Brasil* teve da primeira edição, em 1923, a última, em 1951, 19 edições.

Além do elevado número de tiragens dos livros didáticos, havia uma atenção especial ao tamanho e preços neste tipo de livro. Sobretudo com a ampliação da rede escolar elementar e formal, os livros didáticos e cartilhas para o “povo” eram anunciados “a preços módicos”, com a preocupação de torná-los acessíveis a todos os bolsos e classes.

Todavia, quem investia nos “livros para o povo”? Por quê? O que tornaria um livro “acessível a todos os bolsos”?

Por volta da década de 1870, a Livraria Popular, de Antonio Augusto da Cruz Coutinho anunciava livros vendidos entre 1\$000 e 3\$000. (EL FAR, 2004, p. 79.) Já a Livraria J G de Azevedo anunciava os seus livros à venda na Rua Uruguaiana, “a preços baratíssimos”: *Pontos de aritmética* segundo o programa dos exames gerais na Instrução Pública, por R T M, 1\$000; *Aritmética elementar* para o primeiro ano, 1\$000; *Geometria elementar*, 1\$000.<sup>16</sup>

Em finais do século XIX, tínhamos os seguintes preços em algumas livrarias: A livraria Garnier anunciava as “obras que se acham à venda na mesma livraria”, (MACEDO, 1875.) com destaque para *Episódios de história pátria*, contados à infância, do Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, 2\$000; *História do Brasil*, contada aos meninos por Estácio de Sá e Menezes, 2\$500; *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, 5\$000.

16 Extrato do Catálogo da Livraria J. G. de Azevedo- Editor. (PINTO, 1876.)





Já em finais do século XIX, o extrato do catálogo da Livraria do Povo, de Quaresma e C, trazia suas “mais recentes edições”: *O Orador do povo*, do Dr. Aníbal Demóstenes, custava 3\$000; a *Vida de São Francisco de Paula*, 2\$000; *Lyra Popular*, 3\$000; *Lições de história geral*, de Aníbal Mascarenhas, 3\$000; *Contos da Carochinha*, livro para as crianças, 3\$000; *Leituras populares*, \$250.<sup>17</sup> Além de muitos “livros baratíssimos”, abaixo de 1\$000: *Escrava convertida*, \$300; *Súplica de uma mãe*, \$500; *Um drama da escravatura ou as peripécias tristes*, acontecidas em uma fazenda, \$300, dentre outros.<sup>18</sup>

Os preços dos livros neste período pareciam variar de editora para editora, em função do tipo de livro e do público ao qual se destinavam. De fato, os livros didáticos e populares eram mais acessíveis que outros produtos na época. Uma comparação entre os preços de alguns produtos anunciados com preços populares em finais do século XIX, ajuda a compreender os valores fixados para os livros didáticos: 12 retratos custavam 5\$000; 1 jantar barato no Largo da Carioca, 1\$000; e chapéus na Rua Uruguaiana, oscilavam entre 3\$000 a 16\$000.<sup>19</sup> Em relação a outros impressos, muitos dos ditos “livros populares” custavam o mesmo que alguns jornais diários, como o *Jornal do Comércio*, vendido a \$300 o exemplar avulso, ou “ao preço de uma limonada”.<sup>20</sup>

Analisando o custo de vida no Rio de Janeiro em finais do século XIX temos que um professor primário recebia em torno de 150\$000 de salário; um servente, 60\$000; um médico, por volta de 300\$000. (DAMAZIO, 1996, p. 48.) Com isto, comprar livros didáticos não era uma realidade incompatível com os distintos salários da

17 Extrato do Catálogo da Livraria do Povo. (SILVA, 1895.)

18 “Livros baratíssimos”. *Gazeta de Notícias*, 16/08/1886. (EL FAR, 2004, p. 80.)

19 Fonte: *Gazeta de Notícias*, 12/01/1880, apud (EL FAR, 2004, p. 81.)

20 João do Rio. “Autores e editores. As edições populares”. (*O Dia*, 2/07/1901.)





época, tendo em vista que existiam livros que custavam menos que 1\$000, valor 60 vezes menor do que o salário médio de um servente, por exemplo.

Já em relação às primeiras décadas do século XX, os preços dos livros aumentaram, mas também aumentaram os valores dos salários. O extrato do catálogo da Livraria Francisco Alves trazia os preços de alguns dos livros didáticos: o livro de composição de Olavo Bilac e Manuel Bomfim custava 4\$000; o Exame de Admissão para os ginásios. Prontuário das matérias exigidas para o exame de admissão no colégio Pedro II, por João Ribeiro e Raja Gabaglia, 3\$000; Provérbios populares, por D Alexina de Magalhães, 2\$000; Cantigas das crianças e do povo (edição ilustrada e com as músicas), por D Alexina de Magalhães e Pinto, 4\$000. (LACERDA, 1919.)

Já a Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos anunciava em 1920 os seus livros escolares: (CABRAL, 1920.) *A História do Brasil* de Osório Duque-Estrada, custava 5\$000; *Corografia do Brasil*, de Mario Veiga Cabral, 6\$000; *Nossa pátria*, livro de Mario da Veiga Cabral para os colégios primários, 3\$000; *Pequeno Atlas do Brasil*, 3\$000. Por sua vez, os salários eram os seguintes: 333\$333 para o professor primário; 150\$000 para o servente e 600\$000 para o médico.<sup>21</sup>

Outro fator que contribuiu para a ampliação do público leitor de livros didáticos foram as mudanças nos aspectos gráficos e técnicas. Os tamanhos dos livros didáticos deveriam torná-los “manuais”, no sentido de uma leitura mais amena e também de fácil transporte pelo leitor.

Atentos à necessidade de ler em diferentes lugares, facilitar o manuseio dos livros e diminuir os custos, os editores cuidavam de produzir livros em formatos menores, “in-4º” e “in-8º”, encadernados ou em brochuras.

21 Fonte: Rio de Janeiro. Intendência Municipal e Boletins, 1884-1910. (DAMAZIO, 1996.)





*Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo. Professor de História Pátria do Imperial Colégio de Pedro II. Obra adotada pelo Conselho Superior de Instrução Pública. 1 volume, in-4°, 3\$000.

*Lições de História do Brasil* para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II, 2 volumes, in-4°, 8\$000. O tomo II vende-se separadamente.

*Noções de corografia do Brasil*. 2 volumes, in-8°, brochura, 6\$000.

*Resumo de História do Brasil*, de Bellegarde (H Luiz de Niemeyer), 4ª edição correta e aumentada, 2\$000.

*Episódios da História Pátria*. Contados à infância, por Fernandes Pinheiro (Cônego Dr J C), professor do Imperial Colégio de Pedro II, secretário do IHGB, etc, etc. 8ª edição melhorada, 1 volume, in 8°, 2\$000. (Catálogo da Livraria Garnier, 1877.)

O formato in-4° era equivalente a uma folha tamanho ofício dobrada duas vezes, compondo um caderno menor, de oito páginas, já o in-8° era ainda menor, compondo um caderno de 16 páginas, a partir de três dobras de uma mesma folha. (EL FAR, 2006, p. 32.) Tais livros, em pequeno formato, barato e de fácil leitura, circulavam pela cidade, seja pelas livrarias, ou até mesmo, nas vendas promovidas pelos mercadores ambulantes. (RIO, 1987.)

Pelas evidências reunidas, notamos que os preços variavam entre 2\$000 a 8\$000, sendo decisivo no preço do livro o público a que se destinava, bem como a qualidade do material utilizado, formato e recursos gráficos (papel, tamanho, número de edição, uso de imagens, gravuras, fotografias).

Acompanhando o Almanak Laemmert, notamos a existência de litografias e estamarias na cidade: “Laemmert & C [...]”. Com litografia a vapor artística e comercial, fornecem todos os trabalhos litográficos com a maior brevidade e perfeição, e sendo feitos os mapas





por meio de processos fotográficos, a preços muito cômodos”. (EL FAR, 2006, p. 32.) Não é de se estranhar, com isto, o crescente uso de fotografias e gravuras em livros didáticos.

Se inicialmente, havia a necessidade de limitar o uso de “ilustrações” em um livro didático, para torná-lo mais “acessível” e barato, notamos que em inícios do século XX, este quadro muda, pois havia abundante uso de imagens, gravuras e fotografias. Isto se deve ao barateamento no processo de produção, e ao uso de novas técnicas de impressão. Com isto, muitos livros que não dispunham de ilustrações nas primeiras edições, passam a dispor deste recurso em edições posteriores, como apreendemos no livro *Pequena História do Brasil*, do Dr. Joaquim Maria de Lacerda, que não apresentava ilustrações na segunda edição em 1880, o que muda na edição de 1898, publicada “com muitas gravuras e retratos de homens notáveis”. (BLAKE, 1895, p. 195.)

Neste sentido, notamos o uso maior quadros e pinturas históricas nos livros didáticos de história e fotografias em preto e branco. Tal investimento demonstra uma preocupação em dar “ares” de atualidade e qualidade a este tipo de livro, além de facilitar a leitura e compreensão do que estava sendo transmitido, por meio da supressão de parte dos textos ou da redução do tamanho de outros.

Além disto, o acréscimo de imagens vem de encontro à ideia de ampliação de leitores, pois as imagens eram mais um atrativo, além de terem um “caráter facilitador” e “explicativo”. O uso de imagens foi mais abundante nos livros voltados à instrução das crianças e às classes primárias, mas muitos livros para as classes secundárias passaram a dispor deste recurso também. (POMBO, 1917.)

Temos com isto que a produção de livros didáticos não foi estanque ou linear. Gradativamente a produção didática vai se ampliando para além da escola secundária regular. Os manuais tornam-se menos densos, com o uso de ilustrações, para um público de





massas, sendo importantes neste processo, as reformas na instrução, bem como expansão da rede de ensino formal, acompanhada pelas mudanças e transformações do mercado de livros a partir da segunda metade do século XIX.

Até meados do século XIX a elaboração de livros didáticos era bastante relacionada a instituições como IHGB e Colégio Pedro II, na intenção de produzir manuais para o ensino da história do Brasil que substituíssem as traduções de manuais didáticos de história do Brasil feitos por autores estrangeiros e, muitas vezes, impressos em tipografias estrangeiras.<sup>22</sup> Até este momento predominavam os livros escritos por professores do Colégio Pedro II, ligados ao IHGB, ainda voltados a público mais restrito, tais como professorado, alunos da instrução secundária, com ênfase aos próprios alunos do Colégio Pedro II e um público geral, adulto, interessado em conhecer a história pátria. Neste sentido, temos alguns livros publicados por editoras como Laemmert e Garnier, bastante ligadas ao poder institucional.

Com isto, temos a compreensão de que o livro didático não “nasceu” massificado. A preocupação inicial era com um público específico, que já dominava as primeiras letras. Daí a densidade e volume das obras. Todavia, com a expansão da rede escolar, a produção didática amplia-se além do Colégio Pedro II e além das editoras “consagradas” que só publicavam os “grandes nomes”. O público se diversifica, assim como há um aumento na oferta de livros e maior número de envolvidos na produção didática. Temos uma crescente ampliação no mercado livreiro, com a presença de fabricantes de papel, mercadores ambulantes de livros, tipógrafos, livreiros, encadernadores, oficinas de litografia e estampas, dentre outros.

As palavras de alguns autores nas apresentações de seus livros são pistas daqueles a quem se destinavam: “para a inteligência das crianças e dos homens simples do povo”. (POMBO, 1917.) Nas consi-

22 Este foi o caso do primeiro livro didático utilizado no ensino do colégio Pedro II recém inaugurado. (BELLEGARDE, 1832.)





derações dos autores sobre o tipo de História a ser contada podemos buscar também indicações sobre quem eram seus leitores: “o comum dos homens, para os quais não se destinam a cultores extremados da evolução do país, não é necessário o relato minucioso dos fatos de sua história”. O livro didático voltado para adultos não escolarizados, deveria apenas dar-lhes “uma noção dos principais acontecimentos, fazendo ressaltar os tipos eminentes que neles se figuram”. (COUTO, 1920.)

No que se refere ao “público alvo”, no período entre 1870-1924, os direcionamentos dos livros didáticos ampliam-se da escola secundária modelo para meninos para outros públicos. Assim, temos livros didáticos feitos para diferentes públicos (professores, alunos, “povo”) e níveis de instrução: elementar, secundária e superior (preparatórios para exames para as escolas superiores), adaptando-se os temas e questões e o tratamento dado a eles de acordo com graus de aprofundamento diferenciados, linguagens, e mesmo metodologias diferenciadas.

O livro escrito para as moças da Escola Normal demonstra que este público necessitaria nas concepções daquele período, de noções essenciais para a instrução das crianças, sem necessidade de um aprofundamento maior das questões, utilizando-se outros compêndios, sendo algo não “muito elaborado”, dispensado pesquisa elaborada. O que é diferente da composição de livros para outros públicos, que necessitariam de mais atenção à pesquisa documental.

Já os livros para o público infantil e “popular” evidenciaram inúmeras especificidades, como formato e tamanho reduzidos, uso de imagens, linguagem mais simples. É interessante observar que os livros escritos para “os homens simples do povo” eram os mesmos dedicados às crianças, indicando que os métodos e linguagens utilizados para ambos podiam ser os mesmos ou semelhantes apesar de estes dois públicos serem distintos em experiências e necessidades.





A preocupação em baratear cada vez mais o custo da produção deva-se para que se pudessem diminuir os preços para o comprador, aumentando o número de tiragens, acrescentando-se imagens, direcionando a linguagem ao público. Assim como os jornais tinham grande capacidade de penetração nas “camadas não letradas da população”, (MELLO, 2007, p. 80.) os livros didáticos voltavam-se cada vez mais a população semiletrada e pouco instruída, chegando em alguns casos a ter o mesmo preço de exemplares de jornais, com tiragens muito maior que estes. A *Revista Ilustrada*, por exemplo, tinha uma tiragem de 4 mil exemplares, enquanto muitas edições de livros didáticos chegavam a 10.000 exemplares.

Deste modo, ter livros didáticos que chegavam a estes números em reedições, ajuda a entender os 61% de pessoas alfabetizadas na cidade do Rio de Janeiro em princípios da década de 1920. Com isto, temos que muitos viam no comércio de livros didáticos mais que um lucrativo negócio, envolvendo sujeitos e interesses distintos.

Se para alguns autores escrever livros didáticos trazia ganhos financeiros e mais segurança que outros gêneros, para os editores, investir em “livros populares”, “baratíssimos”, “ao alcance de todos os bolsos”, objetivava não somente atingir diferentes públicos consumidores, mas atingir e formar “novos” leitores.

Para os “negociantes dos livros”, apostar na “educação do povo”, oferecendo livros acessíveis não somente em preços, mas em locais de compra, em divulgação, em métodos de exposição, em linguagem, era investir na própria sobrevivência, uma vez que sem leitores não seria possível vender livros e continuar publicando. Entre 1870-1924 a partir de uma complexa e interdependente rede de comunicação social, num movimento de lutas e embates entre os vários sujeitos envolvidos, os editores se destacaram como os articuladores em torno da cultura letrada na cidade do Rio de Janeiro. Tais articulações não se limitaram aos “homens das letras”, fazendo parte dela comerciantes, tipógrafos, autores, professores, alunos, dentre outros.





Em suma, a afirmação de que o livro didático se transformou em “produto de massas” ancora-se na observação de vários fatores: o crescimento no número de tiragens dos livros, que em relação a livros de outros gêneros era maior, as reedições frequentes, além do barateamento dos preços dos livros didáticos e diversificação do público-alvo.





# Capítulo III

## Ensino de história e livros didáticos de história do Brasil: entre mudanças e permanências





## Reformas, programas de ensino e livros didáticos de história do Brasil

Muitos estudos têm sugerido mudanças no ensino de história, pontuando as relações com programas de ensino, disciplinas a serem ministradas, exames de admissão e formação profissional. (ANDRADE, 1999.) O Colégio Pedro II destacou-se no início da institucionalização do ensino de história como referência, uma vez que os programas de ensino elaborados especialmente para ele se estendiam à escola secundária brasileira em muitos aspectos, tendo em vista que este colégio era o responsável pelos exames de admissão para as escolas superiores.<sup>23</sup>

Além de pontuar os conteúdos os programas indicavam também os livros didáticos que seriam adotados no Colégio Pedro II, e em alguns momentos, o número de lições e as séries atendidas. É interessante pensar com isto que tais indicações serviam de parâmetro para as demais escolas, indicando a possibilidade destes livros serem utilizados pela rede escolar em expansão no Rio de Janeiro entre a segunda metade do século XIX e inícios do XX.

Neste sentido, observam-se articulações entre reformas de ensino, novos programas e indicações de livros didáticos de história, no que tange às adaptações destes às exigências e recomendações dos novos programas.

Nos anos iniciais do Colégio Pedro II, a cadeira *História Geral*

---

23 O Colégio Pedro II foi até a República o único e principal responsável pelos exames de nível secundário para o nível superior na Corte, o que reforça a compreensão do papel atribuído aos livros adotados e feitos a partir deste colégio.





aglutinava também o ensino de “História Pátria”, bem como, *Geografia e Cronologia*. Esta disciplina era oferecida apenas para algumas séries e segundo o programa até então, e o professor de História lecionava também geografia.

Contudo, apesar de toda a “pompa” do referido colégio, este também nos seus anos iniciais enfrentava dificuldades, sobretudo pela “falta de compêndios e livros apropriados para o estudo das diversas matérias”. (MACEDO, 1861.) “As aulas abriram-se no dia 2 de maio, notando-se irregularidades, que foram pela maior parte devida à falta de compêndios e livros apropriados para os estudos das diversas matérias”. (MACEDO, 1861, p. 160.)

Por sua vez, os programas do Colégio Pedro II costumavam indicar os livros didáticos a serem utilizados nas aulas. Os programas de ensino eram elaborados algumas vezes com a participação de professores do colégio, conforme pudemos notar nos programas de ensino de história para o ano de 1915, de autoria de João Ribeiro e Escragnole Dória. (VECHIA; LORENZ, 1998.)

Em suma, os programas de ensino de História preparados para o Colégio Pedro II inicialmente serviriam de modelo e inspiração para os outros colégios de nível secundário. Os programas em muita medida articulavam a instrução secundária ao ensino superior, preparando os alunos em nível nacional e homogêneo para os exames preparatórios diversos.

Com relação aos programas dos colégios particulares havia uma preocupação com as disciplinas obrigatórias seguindo as diretrizes da Instrução Pública, como o ensino de línguas, a história pátria, matemática, bem como o acréscimo de disciplinas a critério do colégio e das demandas: bordado para as meninas e mecânica para os meninos, por exemplo. Os programas dos colégios particulares de um modo geral indicavam disciplinas como: Língua nacional; Caligrafia; Aritmética; Doutrina Cristã; Princípios da civilidade;





Geografia; História Universal, *com especialidade a do Brasil*; Língua Francesa; Inglesa; Trabalhos com agulha. (*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1872, 1872, p. 444.)

Notamos um programa comum às meninas e meninos em matérias como História, Cosmografia, etc. Os programas dos colégios para meninas apenas diferenciavam-se no acréscimo de matérias como bordado, crochê:

Colégio Nacional-D. Polucena Maria da Conceição Cruz, leciona além das matérias marcadas pela lei, todas as mais prendas que aperfeiçoa a educação de uma menina, recebe pensionistas e meias pensionistas. (*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* para o ano de 1872, 1872 p. 445.)

Além destes aspectos, é possível verificar em relação à atuação da Inspetoria de Instrução da Corte e da Diretoria de Impressões Autorizadas uma atenção aos materiais de ensino, o que já foi analisado nos capítulos anteriores. Isso inclui a produção e publicação de livros didáticos como uma preocupação constante, daí incentivos para a escrita e edição de livros didáticos e materiais impressos a serem utilizados em sala de aula. Muitos se aventuraram na escrita dos manuais que suprissem as necessidades de um ensino recém institucionalizado.<sup>24</sup>

Até 1931, os programas do ensino secundário eram formulados pelos professores catedráticos e aprovados pelas congregações do Colégio Pedro II e dos estabelecimentos de ensino secundário oficialmente mantido pelos Estados quando esses tinham obtido a equiparação àquele. (HOLLANDA, 1957, p. 12.)

Já em relação aos livros didáticos, estes condensavam muitos pontos dos programas, conforme apreendemos em alguns livros,  
24 A Inspetoria Geral da Instrução Primaria e Secundaria da Corte responsabilizava-se pelo controle dos materiais impressos a serem utilizados no ensino.





como *Pontos de histórias do Brasil*, organizado segundo o *novíssimo programa dos exames gerais da Instrução Pública* (PINTO, 1876.) ou ainda o livro de Raul Vila-Lobos para o ano de 1889, “Pontos da história do Brasil, coordenadas e redigidos de conformidade com *programa geral de preparatórios*”, (VILLA-LOLOS, 1889.) ou àqueles “de acordo com o programa das escolas públicas do Distrito Federal”, (CABRAL, 1918.) além dos *Pontos de história do Brasil* de Pedro Couto (1920) e de Sá Benevides (1912).

Os programas eram compostos por pontos que deveriam orientar o ensino de história, sobretudo em função dos exames, que tinham um caráter nacional: “[...] com o fim satisfazer ao primeiro *ponto do programa para os exames de preparatórios* em 1885, extracamos da tese do nosso ilustrado e distinto amigo Dr. João Maria da Gama Berquá o seguinte capítulo[...]”. (PINTO, 1884.)

Através das análises dos exames preparatórios de História, foi possível apreender que os alunos que faziam os exames eram em sua maioria meninos, com idade entre 13 e 21 anos, oriundos de diferentes Estados, como Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, e de diferentes colégios, com destaque para os de origem de colégios particulares como Jasper, Abílio, Vitória, etc. Entretanto, a articulação programa/livro didático não ocorreu apenas no sentido de preparar para os exames de admissão para o ensino superior. Os livros voltados às classes elementares e primárias também deveriam seguir os programas, conforme apurado nos próprios livros com este fim: “Homens e fatos da história pátria, estudos biográficos segundo *a ordem estabelecida no programa das escolas primárias*”. (SILVA, 1895.)

Uma prática frequente entre as editoras era adaptar os livros didáticos às novas demandas do momento. Por meio de reedições de obras consagradas pelo público em pelas vendas, acrescentavam ilustrações, ou traziam as mesmas gravuras das edições anteriores, mas coloridas, além de “aumentar o conteúdo” do livro, acrescentando,





muitas vezes, “fatos recentes” da história.

O editor, um articulador no processo de elaboração dos livros didáticos, se incumbia da tarefa de pedir alterações ao autor ou a colaboradores para ampliar ou melhorar uma nova edição de um livro, como fazia Jacinto Ribeiro dos Santos com seus autores:

Advertência:

Tendo o atual programa das escolas públicas municipais -dado à publicidade no dia 20 do corrente mês- acrescentando à cadeira de História do Brasil noções de história geral, pediu-me naquele mesmo dia, o editor Jacinto Ribeiro dos Santos um livro que atendesse este plano. Escrevi, pois, o presente livrinho de rigoroso acordo com o atual programa, que não contém mais que 12 lições. (CABRAL, 1918.)

*A Pequena história do Brasil* de Mário da Veiga Cabral é outro caso típico da prática de “corrigir e aumentar” livros didáticos em conformidade com os programas de ensino. Publicada inicialmente em agosto de 1923, teve pelo que pude acompanhar mais 19 edições, chegando em 1951 à 19ª. (CABRAL, 1924.) Enquanto o conteúdo programático da 2ª edição desta obra chega ao governo de Arthur Bernardes, a 19ª edição leva o conteúdo programático até o governo Vargas de 1951, mesmo ano em que a nova reedição foi lançada. Em relação aos aspectos gráficos, algumas mudanças. As mesmas gravuras são mantidas em relação às primeiras edições, e que a propósito, são as mesmas do *Compêndio de História do Brasil*, do mesmo autor, destinado ao ensino secundário. Contudo, há acréscimos na edição de 1951, que traz uma bonita pintura em papel especial, do quadro a Segunda Missa no Brasil, de Victor Meirelles, o que não consta na edição de 1924. A capa desta edição é colorida, traz uma caravela portuguesa, ao contrário da edição de 1924, que traz apenas uma capa dura.



Houve no período analisado alterações nos aspectos gráficos e editoriais dos livros, com muitos acréscimos de comentários de terceiros, tais como resenhas, recomendações, premiações da obra, dentre outros, sem que isto alterasse a estrutura e apresentação dos conteúdos. Os “acréscimos” muitas vezes não alteravam o conteúdo, metodologias e abordagens empregadas nos livros reeditados.

Em relação aos programas de ensino e livros didáticos, muitos livros seguiam os pontos dos programas, respeitando “a ordem cronológica e temática” mesmo com as sucessivas reedições dos livros, “aumentadas e corrigidas”, mas mantendo a mesma estrutura das primeiras edições.

Entretanto, tais “permanências” não se manifestavam na apresentação visual do livro didático, que mudava tanto nas reedições, como nos novos títulos.

Observam-se também mudanças nas próprias editoras dos livros. A compra de uma editora pela outra foi uma prática presente ao evidenciar esta mudança. Este aspecto contribui para compreender também os movimentos de um mercado em constantes transformações e mudanças, motivados não somente pelas reformas e programas de ensino, mas em grande medida, pelas interfaces com o mercado editorial.

## **Livros didáticos: concepções de história e ensino**

Na atualidade, muitas são as pesquisas e grupos de estudos que se propõem a investigar “a questão livro didático”.<sup>25</sup> Este é enten-

---

25 Neste sentido, cito os trabalhos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); o catálogo analítico da Universidade de Campinas: *Que sabemos sobre o livro didático?*; além dos os grupos e linhas de pesquisa da USP, PUC, UFMG, entre outras. Há também o





didado por alguns como uma mercadoria produzida por uma indústria cultural, com as seguintes características: massificação, produção em grandes quantidades, padronização, além de seu caráter ideológico dentro da lógica capitalista, sendo um produto “perecível e altamente descartável”. (GATTI JR, 2004; FREITAG, 1989; SOARES, 1996.)

Além de distintas da definição que hoje temos, foram muitos os termos encontrados nos livros e autores aqui pesquisados. Deste modo, listei as principais definições utilizadas pelos diferentes livros, a fim de observar não só o que muda entre um e outro, mas para pensar a partir de que momento começa a aparecer a definição “livro didático”. Ou seja, quando e por que o uso do livro passa a ser associado ao ensino de história ou para perceber se os diferentes nomes indicam usos e apropriações diversas para os materiais didáticos e escolares do passado, atentando para quais deslocamentos há nesta história.

Fazendo um balanço das publicações didáticas de história do Brasil no período do presente estudo, constata-se uma multiplicidade de títulos, com distintas abordagens, linguagens, formatos e direcionamentos.

Inicialmente, até por volta de 1870, predominavam os *Compendios de História do Brasil*. Estes eram mais volumosos, densos, grossos, em mais de um volume às vezes, voltados para um público mais restrito e específico muitas vezes identificado nos seus subtítulos como os alunos das escolas secundárias, o professorado, dentre outros. Uma característica deste tipo de livro era compilar obras de outros autores, estudos, pesquisas, com a inclusão de mapas, longas exposições, etc. Todavia, para alguns editores estas características eram um problema para a difusão dos livros para outros leitores e públicos consumidores. Além disso, havia uma necessidade de tornar os densos e volumosos manuais em uma leitura palatável e adaptável. banco de dados da Coleção Emmanuelle, disponível na Internet, sob a direção de Alain Choppin, na França, apenas para citar alguns.





tada a usos mais “didáticos”.

Já os livros intitulados *Lições de História do Brasil* eram mais sistematizados que os compêndios, voltavam-se para o estudo na sala de aula, pensando o livro como um mediador na relação professor/aluno. O livro “didático” deveria auxiliar o professor na organização dos conteúdos ministrados em sala de aula, além de “facilitar” o manuseio do aluno. Daí a divisão dos livros não mais em longos e por vezes cansativos capítulos, mas em “lições”, “aulas” com propostas de atividades, exercícios de fixação, etc.

Além das diversas *Lições de História do Brasil* publicadas, como pode ser verificado na relação de títulos analisados ao final do trabalho, existiam também *Epítomes de História do Brasil*, *Pontos de história do Brasil*, *Resumos de História do Brasil*, *Breves lições de História do Brasil*. Tais livros eram “didáticos” porque além de servirem ao uso nas escolas, respeitando os pontos dos programas de ensino, ambicionavam outros públicos além do escolar. Alguns buscavam alcançar o “leitor comum”, os autodidatas que utilizam o livro como possibilidade de acesso à cultura letrada e seus benefícios, como ampliação da cidadania.

A preocupação em respeitar os “pontos” dos programas ia de encontro aos interesses daqueles que utilizavam o livro didático como meio de estudar para passar nos exames de admissão, mesmo estando distante de colégios de referência, como o Colégio Pedro II. A circulação de livros didáticos pelo país pode ser entendida como possibilidade para que pessoas oriundas de diferentes Estados e províncias tivessem acesso ao mesmo conteúdo que os alunos das instituições situadas nos centros urbanos como o Rio de Janeiro.

Através de algumas pistas e indícios dos próprios livros didáticos, é possível apreender algumas possibilidades de usos do livro didático pelas expectativas dos autores e a relação de professores e alunos com o mesmo em sala de aula. No que se refere à finalidade





dos livros didáticos, estes eram utilizados em diferentes colégios da cidade do Rio de Janeiro e do país, a fim de acompanhar os pontos exigidos nos exames preparatórios. Neste sentido, os livros didáticos também cumpriram um papel importante na consolidação de conteúdos históricos, para públicos mais amplos talvez do que os programas de ensino que atingiam mais diretamente os professores, diretores e proprietários de escolas.

Além disto, apreendemos que os livros didáticos eram necessários tanto para a formação do professor, como do aluno ou dos pais do mesmo, uma vez que os alunos muitas vezes iniciavam o processo de letramento na própria casa: “Somos um país de autodidatas que se aforçaram por formar a própria escola, e nessa construção gasta metade das energias que deveriam servir ao bem da sociedade [...]”. (ALVES, 1936, p. 15.)

Daí, é possível compreender os significados do crescente investimento em cartilhas para crianças e para adultos, bem como o aumento gradual na produção didática voltada para as séries elementares, dada a importância atribuída ao livro na dinâmica das aulas, apoiadas em “lições”: “A professora narrava a lição- cada um adotava o livro que bem queria- e o nosso trabalho todo era ficar a ler em voz alta textos diferentes, enquanto os minutos corriam lentamente”. (BROCA, 1968, p. 43.)

Neste sentido, o que dava um caráter “didático” a um livro era exatamente o seu caráter “facilitador” da leitura e da aprendizagem de outros conteúdos com leitura menos densa e mais leve, em contraposição aos compêndios:

Escrevi, pois, o presente livrinho de rigoroso acordo com o atual programa, que não contém mais que 12 lições. Representa, apenas, o desejo de *facilitar* os jovens estudantes das escolas municipais o conhecimento da matéria exigida sem obrigá-los *ao fatigante trabalho do manuseio dos compêndios* existentes. (CABRAL, 1918.)





Os livros didáticos serviriam aos iniciantes no estudo da história, sem necessidade de leituras prévias ou conhecimentos profundos do assunto estudado. Além de um facilitador do estudo, era também, um “vulgarizador” de ideias e conteúdos de obras tidas como mais complexas e profundas: “recomenda-se este livro particularmente aos que principiam e não podem ainda entrar por um estudo profundo e substancial, qual a obra de Roberto de Southey”<sup>26</sup>

O autor Pedro Couto, por exemplo, justifica a escrita do livro *Pontos de História do Brasil* em função dos pedidos de seus próprios alunos. Segundo ele, o que fez foi pontuar o programa de ensino, de modo a adequá-lo as suas lições de História do Brasil no Colégio Pedro II:

Atendendo aos desejos de vários alunos, resolvi dar ao público os Pontos do programa da cadeira de Historia do Brasil do Colégio Pedro II. Sintetizei-os o mais possível neste trabalho, de modo a dar a quem os ler uma noção precisa dos pontos mais importantes de nossa história (*Catálogo Garnier* para o ano de 1877.)

Por sua vez, Araripe Júnior analisando a obra de João Ribeiro afirma que este traz um “método de ensino associado ao método histórico” duas habilidades únicas do autor refletidas neste trabalho, e que seriam necessárias para a superação dos métodos utilizados pelas escolas, como os processos de exposição, que segundo o mesmo, só servem para “criar profundas antipatias no aluno”. (ARARIPE JR, 1900, p. 8.)

O livro de João Ribeiro seria tão bom, que mesmo nas mãos do pior professor, traria bons resultados ao aluno, uma vez que o livro didático “é a carta de navegação pela qual o pior piloto poder

---

26 Conforme anúncio do *Catálogo Garnier* para o ano de 1877, recomendando o livro *Lições de História do Brasil* para as classes primárias, de Joaquim Manuel de Macedo.





levar o discípulo ao porto do destino”. (ARARIPE JR, 1900, p. 9.)

Ainda segundo Araripe, o livro em questão aparece à frente da própria escola e dos programas aos quais se destinava, em função dos colégios brasileiros não serem ainda aparelhados a exemplo dos europeus, e americanos, com recursos diversos como esculturas, gravuras, pinturas, entre outros:

É pena que os programas fatalmente adotados entre nós não tenham permitido ao autor da historia do Brasil distribuir os materiais do manual de acordo rigorosamente com essa concepção de ensino histórico e geográfico. Todavia, do exame do livro vê-se o empenho utilizado nesta direção, e é manifesto o partido que o professor inteligente pode tirar dos capítulos não destinados à leitura do aluno. Neste ponto João Ribeiro abriu, se não estou enganado, uma fase nova para o ensino da historia do país, e Oxalá que o seu exemplo não fique esterilizado diante da indiferença dos que estudam estas questões. (ARARIPE JR, 1900, p. 11.)

O manual *História do Brasil*, pelo exposto, seria utilizado tanto pelo professor como pelo aluno, cabendo ao professor o direcionamento através de sua inteligência e habilidades para a utilização de mapas, quadros, articulados à leitura do livro com os alunos:

O manual de João Ribeiro constitui uma excelente guia naquele sentido. O aluno só terá que ler do seu livro as narrações e fatos capitais da história nacional, o que se pode chamar de parte dramática dos acontecimentos; o mais fica a cargo do professor. O compêndio fornece todas indicações que o devem induzir a estudar [...]. Esta direção no compêndio é dada ao mestre inteligente com critério desejável, o que não o priva de modificá-lo, de acordo com a crítica que cada professor tenha conseguido fazer sobre documentos originais. (ARARIPE JR, 1900, p. 12.)

Neste aspecto, o livro seria indicado como “chave” de ensino





e iniciação dos professores, tamanha a qualidade desta obra e do referido autor.

Ainda com relação à tríade: didático/professor/aluno, Joaquim Manuel de Macedo advertia que de nada adiantava um livro bem elaborado, se o professor não fosse capaz de utilizá-lo adequadamente, conforme advertia no prefácio de seu livro:

Em trabalho deste gênero o método é sempre de importância essencial [...]. Mas especialmente nas escolas de instrução primária, o professor é a alma do livro, e não há método que aproveite, se o professor não lhe dá vida, aplicando-o com paciência em consciência do ensino. (MACEDO, 1905, p. 4.)

Apesar das dificuldades encontradas na apreensão dos usos do livro didático no cotidiano na sala de aula, podemos apontar que os manuais didáticos de História do Brasil tiveram vida longa. Dizemos isto pela constatação das muitas reedições de uma mesma obra, como já pontuamos, assim como na observação de anotações e assinaturas nos livros, e pelo registro de empréstimos feitos aos alunos por um período posterior ao que este estudo compreende.<sup>27</sup>

Através destes fragmentos, pode-se notar o livro didático no meio da relação professor/aluno, que não seria direta. A figura do professor seria uma autoridade a ser respeitada, enquanto o livro didático, um propagador de “verdades” inquestionáveis, assim como a própria História seria:

Nunca pude compreender como, sendo Macedo homem ilustrado, não permitia a seus alunos apreciar a nossa His-

27 Conforme constatado pela análise dos livros emprestados aos alunos do Colégio Pedro II através do Caixa Escolar para os anos de 1955-1962, onde foram encontrados alguns títulos da presente pesquisa sendo utilizados corriqueiramente pelos alunos. Alguns livros também traziam a assinatura do aluno e o ano em que foi utilizado pelo mesmo.





tória com um pouco de filosofia. Era repetir o que estava no compêndio e nada mais.[...] E quando lhe dava na mente mandar o aluno transcrever na pedra, palavra por palavra, os fastidiosos mapas anexos ao compêndio? [...]. (FAZENDA, 1924, p. 70.)

Além da diversidade nos títulos dos livros didáticos, distintas também eram as concepções de história (e de história do Brasil) defendidas por seus autores, o que sumariamente analisamos aqui.

Dentre as questões valorizadas por alguns autores e editores de livros didáticos, temos uma constante preocupação com a “narrativa dos acontecimentos da história”. Para eles, a história era entendida como uma “narrativa” comprometida com a “verdade”, com os “fatos”, os “episódios” da história e as “biografias” de personagens célebres da história.

Por sua vez, não havia concordância entre os autores em relação à proximidade/ distanciamento do tempo em que viviam. Para alguns, aproximar-se do momento presente era aspecto positivo: “Uma outra circunstância para a qual chamamos a atenção do público é a continuação da exposição histórica até nossos dias, confeccionada por um distinto literato nacional”, uma vez que esta era “uma lacuna observada em quase todos os compêndios de história pátria”. (ABREU E LIMA, 1852, p. 3.)

Para outros, não se deveria contar a história “recente”, pois:

A parte precisamente relativa à política interna no reinado atual sendo e devendo ser campo de litígio e de aspirações diversas, onde se encontram e se combatem todas as aspirações e todos os partidos e onde portanto, cada cidadão é pleiteante interessado e suspeito e não pode ser juiz imparcial, pertence exclusivamente à alçada do tribunal da posteridade, que levará mais tarde suas sentenças no processo histórico da atualidade. (MACEDO, 1877, p. 4.)





João Ribeiro, em *História do Brasil* termina o livro com a proclamação da República, o que justifica pela sua própria “concepção” de história, uma vez que para ele cabe à história a glorificação e celebração dos feitos passados que nos compõem, em detrimento das “paixões do presente”:

Não passei além da proclamação da república (1889); os sucessos são ainda do dia de hoje e seria prematuro julgá-los num livro destinado ao esquecimento das paixões do presente e á glorificação da nossa história. (RIBEIRO, 1900, p. 4.)

Este autor propõe uma revisão nos livros didáticos de história pátria, justamente no sentido de escrita de uma história de “seus agentes formadores”, aqueles que compõem “o povo”, num sentido de resgate de suas *fisionomias*, contrariando a história de influência europeia, que valorizaria o agente “estrangeiro” e os feitos administrativos e políticos:

Ao contrario, nas suas feições e fisionomia própria, o Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros.

Esses foram os que descobriram as minas, instituíram a criação de gado e a agricultura, catequizaram longínquas tribos, levando assim a circulação da vida por toda a parte até os últimos confins. (RIBEIRO, 1900, p. 7.)

Outros autores, contudo, chegavam até a contemporaneidade em que viviam, conforme fez Mario da Veiga Cabral, em seu *Compêndio de História do Brasil*:

Creemos serem poucos os compêndios que desenvolvem tanto e com tanta serenidade a parte da história nacional entre 1889 e os nossos dias. O Sr. Da Veiga Cabral chega a consagrar um capítulo a cada quatriênio, dando-nos o resumo





dos acontecimentos mais notáveis, ocorridos em cada um deles.<sup>28</sup>

Já Rocha Pombo esclarece que através da leitura de seu “livrinho” aqueles que necessitam “amar a pátria” conhecerão melhor “nossa história”, que é repleta de sacrifícios e exemplos de heroísmo, feitos estes dos quais devemos nos “orgulhar” e segui-los, para caminharmos rumo ao progresso e ao desenvolvimento.

Este seria “o sentido da história”: “São essas coisas que firmam nossa existência moral. Fizeram de grande os nossos antepassados. Equivale a tornar o compromisso de os continuar na história”.

Rocha Pombo utiliza exemplos da “atualidade” em suas exposições sobre os acontecimentos “do passado”, fazendo comparações com a vida cotidiana do “tempo presente”:

As mulheres viviam quase fechadas no interior das casas, cuidando dos serviços domésticos. Esses serviços eram, então, mais penosos do que hoje. As mulheres tinham de fazer toda a roupa da família. É verdade que as roupas não eram muitas. Os homens usavam apenas calção (ou ceroulas), camisa e, quando muito, jaqueta[...]. (POMBO, 1917, p. 40.)

Ou ainda, sobre as crianças da época do Brasil colonial em relação às crianças do início do século XX:

As crianças da época:

As crianças até cinco ou seis anos, andavam nuas, e os meninos até quase moços, só usavam camisola. Mas, si as roupas eram poucas, deviam ainda assim, custar muito fazer a fazer, porque eram feitas as mãos. Não havia máquinas, como hoje, máquinas de costura. E era preciso ainda fazer o próprio pano, tecendo a lã e o algodão em pequenos tea-

28 *Rio Jornal*, 9/5/1920. (CABRAL, 1929.)





res, pois o pouco pano que vinha da Europa era muito caro. (POMBO, 1917, p. 48.)

Por sua vez, Afrânio Peixoto (1916), defende o ensino de história enquanto “educação cívica”, que deve ser feita com o “conhecimento de causa”, ou seja, através do que definia como “as razões do patriotismo, buscadas nas origens e nas tradições, continuadas na história da formação nacional, alcançando o período em que vivemos” uma vez que “depois da emancipação política procuramos uma emancipação econômica” que seria para ele bem mais difícil de conseguir.

Em relação à periodização, os autores também tinham perspectivas distintas.

Para Mário da Veiga Cabral, a história seria a “ciência da civilização”, uma “cadeira” que por ser muito extensa necessitava de divisões em “certo número de pontos”, constituindo-se de 4 partes: “antiga, média, moderna e contemporânea”. Este autor diz tratar em seus livros apenas dos fatos pedidos pelo programa, tendo em vista que: “Em cada um desses quatro grupos estão incluídos inúmeros fatos”. (CABRAL, 1929, p. 50.)

Por sua vez, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade dividia a história do país em 2 partes, uma primeira, denominada *Brasil-Colônia Portuguesa*, que vai de 1500-1822, e uma segunda, denominada *Brasil-Império Independente*, de 1822 até D Pedro II, figura bastante enaltecida neste livro de 1888, que traz na primeira página um retrato do então imperador, além de uma calorosa aclamação “Viva D Pedro II” quando apresenta o longo período de governo do mesmo. (ANDRADE, 1888.) Diferente destes, Joaquim Maria de Lacerda divide a história do Brasil em “períodos”: período I, que “vai desde o descobrimento do Brasil até o domínio espanhol (1500-1580)”; período II, “O Brasil debaixo do domínio espanhol”; período III, “Desde a restauração de Portugal até a chegada da família real ao Brasil





(1640-1808); período IV, “Desde a chegada da família real ao Brasil até a independência deste país( 1808-1822)”;

período V, “Reinado de D Pedro I”; período VI, “Reinado de D Pedro II”; período VII, “República”. (LACERDA, 1919.)

Apesar da existência de programas de ensino delimitando os “pontos” necessários em um livro didático de história, e das articulações entre editores no sentido de atendê-los, as concepções de história e modos de apresentá-la em um livro didático variavam muito, apesar da tentativa de “unidade dos conteúdos” sugerida pelos programas. Tendo em vista que os autores dos livros ocupavam lugares sociais diferentes, com visões políticas distintas, seus livros, principalmente os didáticos (pelo caráter “formador” deste gênero) seriam um canal de defesa destas ideias e posições.

Escrever livros didáticos de história, e de história do Brasil, não era um simples exercício de erudição para os seus autores. Fazia parte da dimensão de disputa que há nesta disciplina, uma vez que a história seria “um campo de litígio”. Deste modo, as perspectivas de história dos livros didáticos não são neutras ou imparciais, como muitos defendiam, uma vez que até na dita “imparcialidade” há escolhas, evidenciando e silenciando memórias.

A delimitação dos temas, recortes cronológicos, são escolhas, seleções de seus autores. Se havia aqueles que se estendiam na exposição sobre o Imperador Dom Pedro II, havia também os que faziam longas “biografias de nossos heróis”, ou ainda, os que terminavam os livros listando a biografia de todos os presidentes da República.

Deste modo, através do livro didático de história do Brasil, e da seleção do que seria dito ou não, esquecimentos e “usos do passado” eram construídos em relação constante com o presente, seja para legitimá-lo, seja para contestá-lo, ou até mesmo, “derrubá-lo”.

As histórias selecionadas para os livros didáticos de história





do Brasil são “lugares de memórias” e fazem partes de disputas, seja para produzir consensos, seja para manifestar vozes discordantes em relação a eles. Talvez os esquecimentos de muitas destas memórias seja fruto do próprio desaparecimento ao longo dos anos, de muitos dos livros didáticos de presente pesquisa. Muitos destes livros didáticos existiram, pois as pistas e inícios indicam isto, mas a fonte “concreta” muitas vezes não foi possível ainda localizar.

### **Metodologias e linguagens de um “bom livro didático” de História do Brasil**

No momento do referido estudo, muitos foram os que se dedicaram a criticar e recomendar um “bom livro didático”. Esta tarefa era feita por estudiosos de diferentes áreas, jornalistas, e os próprios autores de livros didáticos, através de resenhas e comentários saídos nos principais jornais da época.

O livro didático deveria ser “claro, conciso, metódico, simples e atido à matéria sem digressões inúteis ou fastidiosas”. (*Rio Jornal*, 9/5/1920.) Ou ainda, deve ter “estilo simples e claro”, com “narrativa rápida”, devendo “dar as principais noções de história pátria”, contudo, sem perder “a largueza do estudo e exatidão dos conceitos”, o que se faz através da erudição do autor e do apoio deste na documentação. Enfim, “um bom livro didático” deve prezar para que a história seja “a expressão da verdade”, relatando “os fatos com imparcialidade, fazendo justiça a quem merece e condenando os que erraram”. (*O Paiz*, 28/8/1920.)

Um dos aspectos característicos de “um bom” livro didático para alguns críticos eram metodologia e linguagem adequadas aos alunos. As resenhas e “opiniões” sobre livros didáticos evidenciam estas preocupações, principalmente na capacidade do autor em ade-





quar a exposição aos públicos aos quais se destinavam, com ênfase ao estilo da narrativa, que deveria ser redigida “com ordem, clareza e precisão”, não devendo “entrar por um estudo profundo e substancial” aos que “principiam e não podem ainda entrar por um estudo profundo”.<sup>29</sup>

Um “bom” livro didático para alguns seria aquele que se aproxima do leitor, “satisfazendo a curiosidade dos meninos”, adequando-se ao universo vocabular da puerícia, “sob a agradável forma de conversação de um pai com seus filhos, através do que o autor inicia os leitores na História do Brasil [...]”.<sup>30</sup>

O livro didático deveria apresentar os conteúdos “na ordem dos tempos, em uma linguagem amena, fluente, e sobretudo, compreensível as verdes inteligências dos seus leitores”.<sup>31</sup> O conhecimento da história pátria é necessário, e o livro didático deve ser um veículo difusor por todo o país do sentimento e valores cívicos.

A adequação da linguagem às peculiaridades do público leitor de livro didático se evidencia nos direcionamentos diversos do livro. Os livros destinados ao uso do professor deveriam ter volume maior de páginas, uso de notas e citações e linguagem mais densa. Os voltados aos homens simples do povo e às crianças, tinham formato menor, com linhagem simples, e a partir de inícios do século XX principalmente, bastante uso de ilustrações.

O livro *Nossa pátria. Narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução com muitas gravuras explicativas*, de autoria de Rocha Pombo e editado em 1917, é um dos que se destacam pelo uso de imagens, bem como pela linguagem, uma narrativa em forma

29 Anúncio de “*Lições de história do Brasil para os alunos do Imperial Colégio de Pedro II*”, no Catálogo da Livraria Garnier, 1877.

30 Anúncio no Catálogo da Livraria Garnier para o livro de MENEZES (Estácio de Sá) – *História do Brasil contada aos meninos*.

31 Fernandes Pinheiro (Cônego Dr J C). *Episódios de História pátria*. Anúncio no Catálogo Garnier, 1877.





de conversa.<sup>32</sup>

Muitos críticos de livros didáticos apontavam a inadequação da linguagem como um fator negativo em alguns autores, que utilizariam muitas vezes termos difíceis demais para a “inteligência ainda em flor” das crianças ou mesmo naqueles que iniciam o estudo por conta própria. Deste modo, o autor de um “bom livro didático” “deveria acomodar seu estilo a débil compreensão da puerícia, conseguindo prender-lhe a atenção”, tudo isto sem perder a elegância e boa “escolha dos fatos” a serem “relatados”.<sup>33</sup>

Além da linguagem adequada ao público, um livro didático considerado bom deveria fazer uso de outros recursos, como a divisão dos capítulos em lições, esquemas explicativos, quadros sinópticos, proposição de atividades, tais como perguntas, exercícios, mapas, gravuras, etc. Muitos autores utilizavam a divisão em lições, como fizeram Luiz Queirós de Mattoso Maia (1886), Sá Benevides (1912), Antônio Álvares Pereira Coruja (1855).

Vejamos como estas “novidades” apareciam nestes 2 últimos.

Estácio de Sá Menezes<sup>34</sup> daria às suas *lições* o nome de leituras, encerrando cada capítulo com dúvidas e explicações, a fim de “satisfazer a curiosidade dos meninos” entrando o autor em fatos secundários, aqueles que não caberiam ao corpo da obra. Além disso, faz uso de notas explicativas embaixo da página para os termos e vocábulos que julgava fora do comum para o universo dos alunos. Além da divisão em lições, e da preocupação por parte do autor em dar explicações no livro, este seria escrito “sob a agradável forma de conversação de um pai com seus filhos, o autor inicia os leitores na

32 A edição utilizada neste trabalho foi a de número 60, mas só aparece o ano da primeira edição, 1917.

33 Anúncio do livro História do Brasil, de Estácio de Sá Menezes, feito no catálogo Garnier, 1877.

34 Conforme anúncio do catálogo Garnier para: (MENEZES, 1877.)





história do Brasil”. Com isto, o anúncio recomenda o livro “pela novidade e excelência do método”.<sup>35</sup>

Também se valendo de *lições*, a obra de Joaquim Manuel de Macedo *Lições de História do Brasil para os alunos do Imperial Colégio de Pedro II* tinha como característica a inovação na organização e sistematização dos conteúdos, seja na distribuição dos mesmos em aulas (as ditas *lições*), seja através de quadros, resumos e explicações, uma vez que: “Números e quadros explicativos, traçados com espírito de método e clareza perfeita, resumem as lições e vem acrescentar cada vez mais o merecimento de um livro já por tantas qualidades recomendáveis”.<sup>36</sup>

O livro deve auxiliar o professor no ensino da história nacional: “Pela novidade e excelência do método e a forma amena que lhe soube dar o seu autor, cremos que o presente livrinho será em todos os colegas adotados para o ensino da história nacional”. (Anúncio Catálogo Garnier, 1877.)

A ideia de resumir cada lição em quadros propunha a fixação dos pontos mais importantes da lição estudada. Por sua vez, os esquemas sistematizavam as ações e os feitos dos “personagens” importantes da História.

As explicações seguiam a forma de verbetes de dicionário, definindo ações, lugares, povos, dentre outros, de modo a elucidar os pontos de prováveis dúvidas nos estudantes da história:

### “Explicações”

35 Anúncio do livro *História do Brasil*, de Estácio de Sá Menezes, feito no catálogo Garnier, 1877, sem número de página.

36 Anúncio de “*Lições de História do Brasil para os alunos do Imperial Colégio de Pedro II*”, no Catálogo da Livraria Garnier, 1877.





“*América*, nome que recebeu a quarta parte do mundo: foi derivado do nome do célebre navegador Américo Vespúcio, aliás, estranho à injustiça que com essa denominação se fez a Cristóvão Colombo, do nome que do qual se deveria antes derivar o *Novo Mundo*, que ele descobrirá”.

“*Gentio* quer dizer gente bárbara que não tem fé, nem conhece a lei de Deus”.

“*Antropofagia* é a ação ou hábito de comer carne humana. Chamam-se antropófagos os povos bárbaros que têm esse horrível costume”.

“Caracteres físicos são os traços principais que distinguem um ser de todos os outros seres, ou uma raça das outras raças”.

(Fonte: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil*, p. 42)



Por fim, cada lição apresentava exercícios em forma de perguntas para verificar a fixação do conteúdo transmitido:



### Perguntas

Em que parte da América se acha situado o Brasil?

Que importância, e que vantajosas condições têm o solo brasileiro?

Quais são as características físicas do gentio do Brasil?

De que ornamentos usavam os selvagens?

Como se ornavam e enfeitavam as mulheres selvagens?





(MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil*. p. 45.)

Outra metodologia utilizada nos livros era a composição do livro toda em perguntas e respostas, como fez Joaquim Maria de Lacerda em seu livro datado de 1880 que divide a história do Brasil em 7 períodos, os quais são todos expostos em forma de perguntas:

### Descobrimento do Brasil

|                                                                                                                                                                                                                         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| P. Por quem foi descoberto o Brasil?                                                                                                                                                                                    |
| R. O Brasil foi descoberto pelo almirante português Pedro Álvares Cabral.                                                                                                                                               |
| P. Quando teve lugar este descobrimento?                                                                                                                                                                                |
| R. Teve lugar a 22 de Abril de 1500, reinando em Portugal el-rei D Manuel.                                                                                                                                              |
| P. O que deu ocasião a este notável acontecimento?                                                                                                                                                                      |
| R. O descobrimento do Brasil foi um efeito do acaso. Navegava Cabral para a Índia, quando, para evitar as calmarias da costa d'África, afastou-se d'ela, que veio a avistar do lado do Ocidente uma terra desconhecida. |
| P. Que nome recebeu a nova terra descoberta por Cabral?                                                                                                                                                                 |
| R. Cabral deu à nova terra o nome de Vera Cruz, que depois foi mudado no de Terra da Santa-Cruz, e mais tarde substituído pelo nome atual, Brasil.                                                                      |

(Fonte: LACERDA, Joaquim Maria de. *Pequena história do Brasil*. p. 11.)





Ao final, o livro traz um índice alfabético dos brasileiros considerados ilustres, além da relação de todos os presidentes da república até então.

O método “perguntas e respostas” deste livro parece ter sido bem aceito na época, o que observamos pelas inúmeras reedições desta obra de 1880, que foi reeditada até 1957 pela livraria Francisco Alves. Além disto, outros autores utilizaram perguntas similares em seus livros.

Maria Guilhermina Loureiro de Andrade não apresenta seu livro estruturado em torno de perguntas e respostas, como fez Joaquim Lacerda. Contudo, ao final de cada lição trazia perguntas para memorizar o conteúdo, tais como: (ANDRADE, 1888.)

### Questionário do Capítulo II

|                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------|
| Quem descobriu o Brasil?                                                         |
| Como foi descoberto?                                                             |
| Em que dia, mês e ano Cabral tomou posse da nova terra para a coroa de Portugal? |
| Quem era o rei de Portugal quando o Brasil foi descoberto?                       |

(ANDRADE, Maria Guilhermina Loureiro de. *Resumo da história do Brasil*, 1888, p. 9.)

As preocupações com a qualidade dos livros didáticos não se fizeram somente com a adequação da linguagem, o tamanho do livro, os métodos de exposição. As mudanças gráficas no processo de produção de livros também devem ser levadas em conta. O uso de gravuras, por exemplo, era reduzido pelos editores para não tornar caro demais o produto:





A História do Brasil do Sr. Veiga Cabral, vem preencher uma grande lacuna dos programas de nossos estabelecimentos de ensino. O desejo do autor dessa obra era publicá-la com todo o carinho, ilustrando as suas personagens principais, com fotografias históricas, com o que talvez não haja concordado o editor em face das despesas que tal trabalho acarretaria. (*Gazeta de Notícias*, 4/5/1920.)

Contudo, a partir de inícios do século XX o uso de gravuras passa a ser mais frequente nos livros didáticos, fazendo parte das características de um “bom livro didático”. Alguns livros que tiveram poucas ou nenhuma gravura nas primeiras edições, passaram a desfrutar de mais esta “inovação”.<sup>37</sup> Tal preocupação justifica-se pela necessidade de atingir maiores públicos, além dos diferentes usos e sentidos das imagens pelos livros didáticos. Tais imagens eram de diferentes tipos: mapas, gravuras de objetos, reprodução de fotografias e desenhos das “figuras célebres da nossa história”, paisagens, além das imagens de viajantes e pinturas históricas.

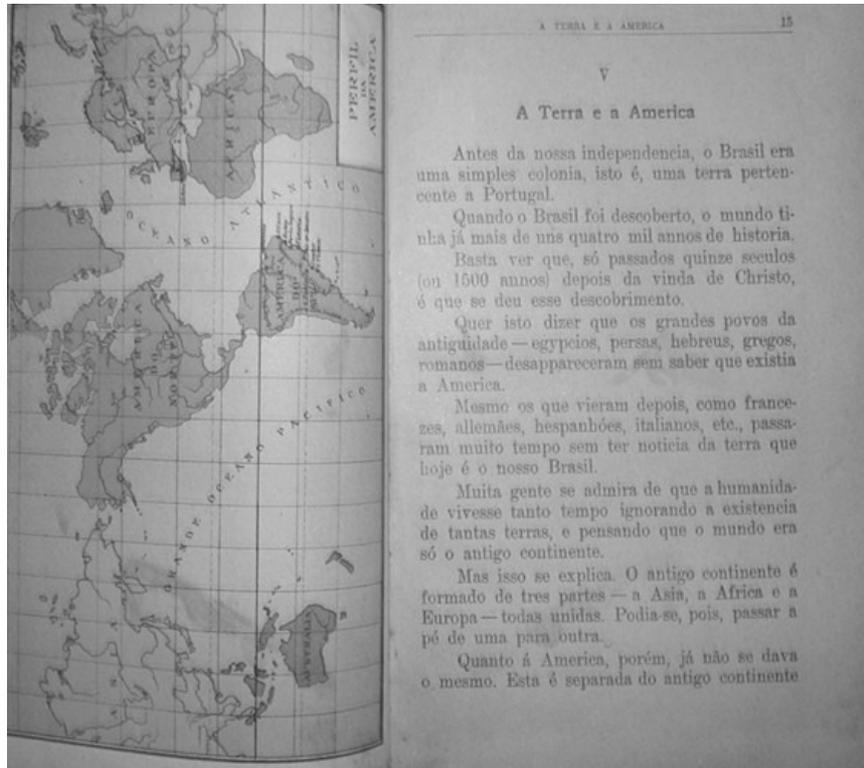
A utilização dos mapas ajudava não somente na localização do que estava sendo dito no texto. Os mapas tinham um importante papel, como neste caso abaixo:

### Figura 3: A Terra e a América

---

37 Este foi o caso da *Pequena História do Brasil* por perguntas e respostas, de Joaquim Maria de Lacerda. Enquanto a edição de 1880 não apresentava gravuras, a edição de 1888, apresenta “muitas gravuras e retratos de homens notáveis”. O mesmo ocorreu com a quarta edição de *Pontos de História do Brasil*, de Raul Villa-Lobos, que na quarta edição saída em finais do século XIX era “correta, aumentada e ornada com 21 gravuras”. (BLAKE, 1895, p. 193-195.)





(POMBO, Rocha. *Nossa pátria*, 1917, p. 15.)

Aqui, o uso do mapa não serviu somente para localizar o continente americano. A disposição do continente americano no centro do mapa mundi serviu para evidenciar seu *lugar* no mundo, questionando o fato de que durante muito tempo, se viveu sem o conhecimento da existência de outras terras para além da África, Europa e Ásia. A intenção do autor é colocar a América no centro do mundo.

O uso de mapas nos livros de história, ao contrário de ilustrações coloridas, foi mais presente desde meados do século XIX. Isto se justifica na associação muitas vezes entre história e geografia, sendo que muitas vezes, o professor de história, também lecionava geogra-

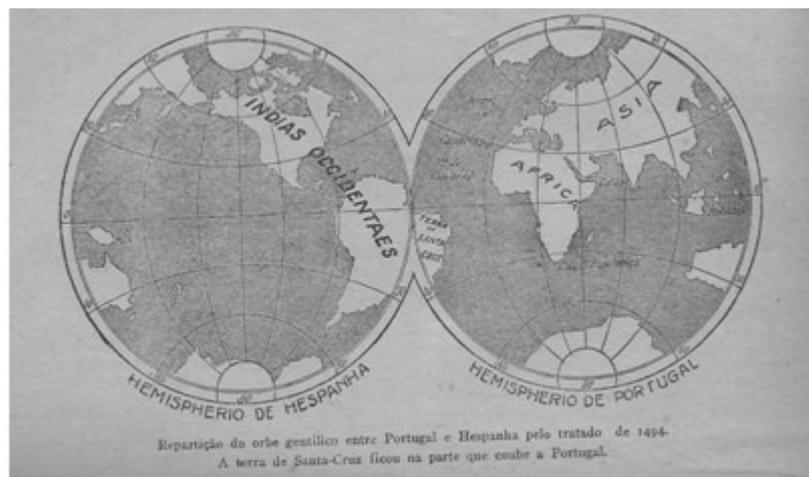




fia, além de muitos geógrafos também terem escrito livros didáticos de história do Brasil. A disciplina *Corografia do Brasil* era um misto de história e geografia, e muitos livros incorporavam esta perspectiva. Os mapas neste sentido, tinham grande importância nas aulas e nos livros didáticos de história do Brasil.

O uso de mapas também auxiliava no estudo de temas como expansão comercial, tratados, como fazia em seu livro Joaquim Maria de Lacerda em relação ao Tratado de 1494 entre Espanha e Portugal:

**Figura 4:** Mapa Tratado de 1494



(LACERDA, Joaquim. *Pequena História do Brasil*.)

Este mesmo tratado também foi explorado pelo geógrafo Mário da Veiga Cabral em sua *Corografia do Brasil*:

**Figura 5:** Tratado de Tordesilhas





(CABRAL, Mario da Veiga. *Corografia do Brasil*. p. 22.)

O mapa utilizado por Mario da Veiga Cabral evidencia não somente a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, como também, destaca a importância da navegação para Portugal, apontando a tríade: Península Ibérica, América e África

O uso de imagens nos livros didáticos não era exclusividade dos livros de leitura voltados à alfabetização, no que discordo de Conceição Cabrini, que afirma ser a ilustração “uma prática pouco comum, pois parece que os autores contemporâneos não utilizam o recurso imagem como instrumento de aprendizagem”. (CABRINI, 1994, p. 32.) Também os livros didáticos de história do Brasil se va-





liam de imagens,<sup>38</sup> num sentido em parte diferente daqueles voltados às classes elementares.

Para muitos, a utilização das ilustrações no ensino de história via livros didáticos auxiliaria na visualização e memorização dos fatos históricos, reforçando a dimensão de “veracidade” dos mesmos. Tais imagens, tamanha vulgarização e popularização nos livros didáticos, tornaram-se mais conhecidas que seus próprios autores, construindo e sedimentando memórias em relação à história do Brasil. (VESENTINI, 1997.)

A inserção e vulgarização das gravuras nos livros didáticos seria mais um elemento facilitador do entendimento das disciplinas escolares. Em relação às pinturas históricas, em função de muitas terem sido inseridas num momento posterior à elaboração do próprio livro pelo autor, atendiam à necessidade do tornar a leitura do texto mais agradável, atraente aos olhos e sentidos do leitor. As imagens ajudariam a “ver as cenas históricas”, o que na concepção do francês Ernest Lavissee, ajudariam a facilitar na memorização dos conteúdos, buscando “desenvolver a inteligência das crianças ao mesmo tempo em que sua memória”. (LAVISSEE, 1887 Apud BITTENCOURT, 1997, p. 75.)

Algumas das imagens e gravuras presentes nos livros didáticos eram “anônimas”. Outras, as “pinturas históricas”, explicitavam a autoria. Todavia, a informação não era trazida para problematizar o que estava sendo estudado. A imagem era utilizada como um registro da história, “tal qual ocorreu”, como se não expressasse as escolhas do pintor que a produziu. (MACIEL, 2004, p. 7.) Neste sentido, concordamos com Silva, uma vez que “a compreensão da pintura histórica exige que se leve em conta o contexto histórico de sua produção, incluindo as concepções de historicidade com que trabalham

38 Dentre os estudos sobre os usos da imagem no ensino de história e nos livros didáticos de história do Brasil, temos: FONSECA, 2001; BITTENCOURT, 1997.





os artistas e que também alimentavam o imaginário social de seus consumidores”. (SILVA, 2000, p. 259.)

Dos livros didáticos analisados na presente pesquisa, alguns se destacaram pelo abundante uso imagens. Destes, destaco os livros de Joaquim Maria de Lacerda (1919), Rocha Pombo (1917) e Mario da Veiga Cabral (1929). Os dois últimos tiveram primeira edição respectivamente em 1917 e 1920, ao passo que o livro de Lacerda teve a primeira edição em finais de 1870. Em comum, são três livros bastante reeditados, atravessando décadas.

As imagens destes livros serão analisadas aqui pensando de que modos foram utilizadas na obra, principalmente na relação com o texto e estrutura do livro, atentando principalmente para os sentidos da imagem nos livros didáticos de história do Brasil. A imagem é entendida como fonte? É apenas ilustração? É método de ensino? Facilita o entendimento do texto? É complementar ao texto? É linguagem?

O livro de Joaquim Maria de Lacerda continha o seguinte acréscimo no título: “Novíssima edição com muitas gravuras, revista e aumentada até 1919”. Tal revisão foi feita por L. L. Fernandes a pedido da Livraria Francisco Alves, uma vez que o autor morreu em 1886, respeitando-se, segundo o mesmo, “não só a conservação do método do autor”, realizando “melhoramentos e acréscimos nela introduzidos”. (LACERDA, 1919.) Conforme já indicado, as gravuras foram inseridas neste livro num momento posterior à primeira edição do mesmo, o que ocorreu com outros livros didáticos também.

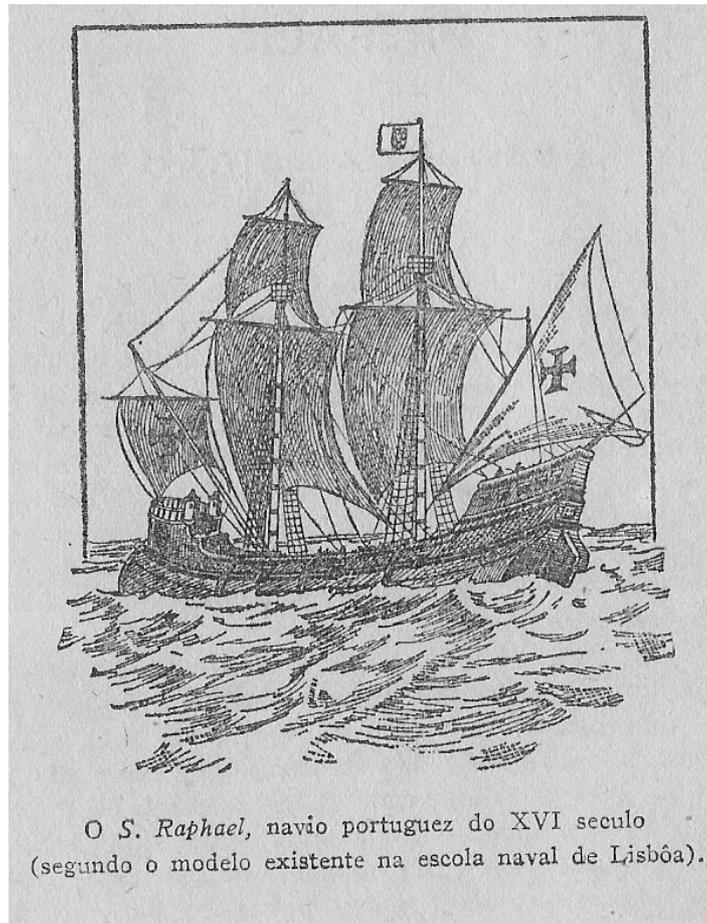
A primeira imagem do livro é uma gravura de um navio português do século XVI, “segundo o modelo existente na escola naval de Lisboa”. Tal imagem não apresenta nenhum capítulo, apenas “ilustra” o início do livro. Em relação ao “Descobrimento do Brasil”, por exemplo, traz um com uma gravura de Cabral, “segundo uma pintura existente em Lisboa”. Se por um lado, tais imagens não tinham





nenhuma relação com o texto, por outro, ajudam a reforçar a ideia dos feitos portugueses no dito “descobrimento” do Brasil.

**Figura 6:** Navio português



O *S. Raphael*, navio português do XVI século (segundo o modelo existente na escola naval de Lisboa).

(LACERDA, Joaquim. Pequena História do Brasil.)

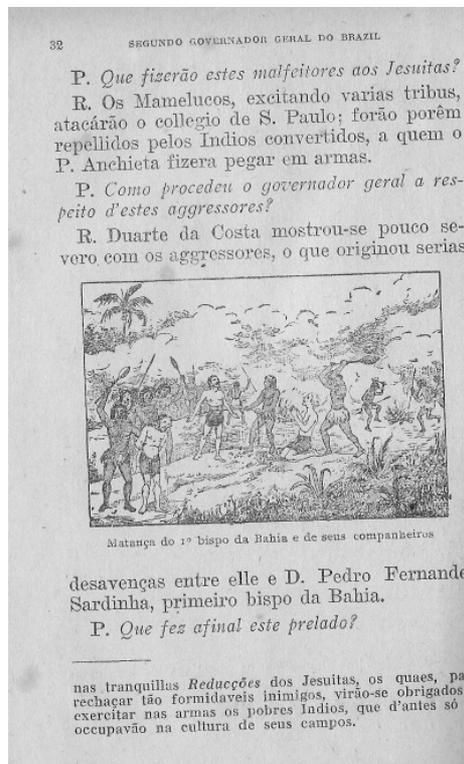
Todavia, há imagens que reforçam o que está sendo explicado no texto, dando um sentido ainda mais forte ao “fato ocorrido”. Como em uma explicação sobre o comportamento “selvagem” dos





índios Caetés, que após um naufrágio, teriam devorado um bispo e toda a tripulação em 1556. A imagem que não traz referência de autoria, traz a legenda: “Matança do 1º Bispo da Bahia e de seus companheiros” e ocupa boa parte da página do livro, inserida no meio do texto, encurtando-o:

**Figura 7:** Perguntas e respostas



(LACERDA, Joaquim. *Pequena História do Brasil*, p. 32.)

No caso acima, a introdução da imagem reforça ainda mais o sentido de indução utilizado no livro por meio de perguntas. Neste caso, a imagem não é uma ilustração solta e descolada, seu lugar é de destaque, no meio das perguntas, ajudando a cristalizar o aprendiza-





do do índio como “selvagem e canibal”.

Contudo, nem todas as imagens presentes no livro eram anônimas. Duas aparecem com autoria. No quadro a “Descoberta do Brasil” é mencionado o pintor, Aurélio de Figueiredo,<sup>39</sup> e situa-se na explicação sobre a chegada dos portugueses ao Brasil, enaltecendo mais uma vez Cabral, sua tripulação e os feitos portugueses no Brasil.

Outro quadro presente no livro de Lacerda é *Independência ou morte*, de Pedro Américo, que ganha uma página inteira de destaque no livro:<sup>40</sup>

**Figura 8:** Quadro Independência ou morte



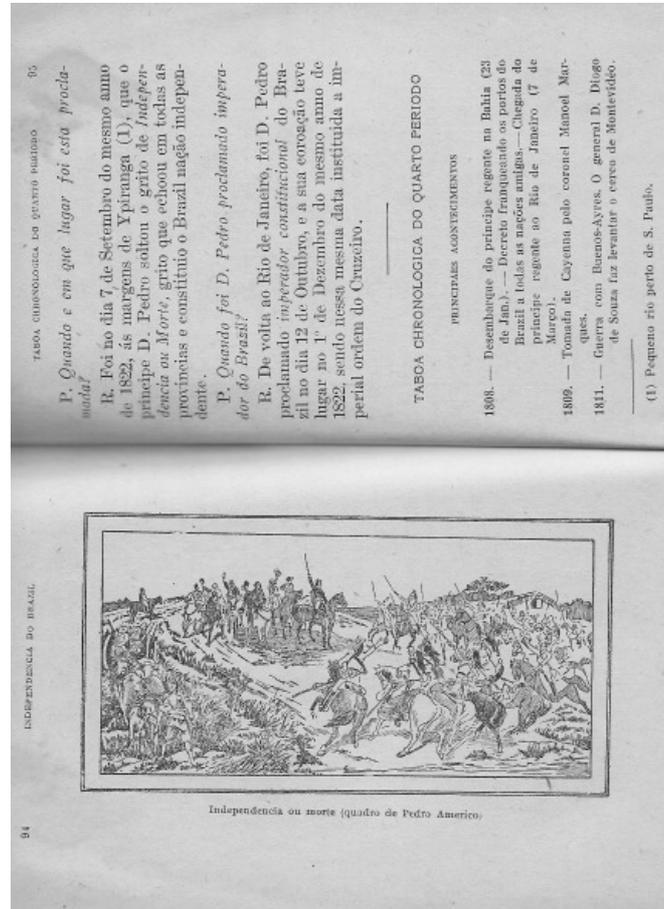
---

39 Nascido em 1856 na Paraíba, Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo era pintor, escultor, escritor, desenhista e caricaturista, irmão mais novo mais novo de outro pintor bastante conhecido na literatura didática, Pedro Américo. Entre suas pinturas mais conhecidas estão: *A ilusão do terceiro reinado* (1905) e *O primeiro capítulo da história pátria*, representando a leitura da carta de Pero Vaz de Caminha. Cf. FERREIRA, Félix. *Trechos de Belas Artes: Estudos e apreciações*, 1885. Seção Artigos na Imprensa. E também: <[http://www.dezenovevinte.net/bios/bio\\_af.htm](http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_af.htm)>

Além dos quadros dos irmãos Pedro Américo e Aurélio Figueiredo, o livro de Lacerda ainda traz o quadro *Batalha do Riachuelo* (1872), de Victor Meireles.

40 Além dos quadros dos irmãos Pedro Américo e Aurélio Figueiredo, o livro de Lacerda ainda traz o quadro *Batalha do Riachuelo* (1872), de Victor Meireles.





(LACERDA, Joaquim. *Pequena História do Brasil*. p. 94.)

A utilização da referida imagem no livro didático em questão ajuda um pouco no entendimento das especificidades no uso da imagem nos livros didáticos. A primeira edição do livro didático analisado ocorreu em finais de 1870, o que antecede à elaboração da própria pintura, 1888, que por sua vez, remetia a algo que aconteceu há mais de 60 anos até então. A introdução desta pintura nas reedições do livro de Lacerda foi posterior inclusive, à morte do próprio autor, que se quer a introduziu em seu livro, uma vez que morreu em





1886, antes mesmo do término da pintura por Pedro Américo.<sup>41</sup>

Com isto, são distintos e diferentes os momentos que perpassam análise da imagem nos livros didáticos de história do Brasil, incluindo nisto o momento de produção do livro, o momento de produção da imagem, a incorporação da imagem ao livro e por quanto tempo o livro didático foi utilizado e reeditado.

Em relação às obras de Pedro Américo, estas se tornaram recorrentes na literatura didática de História do Brasil. Dentre seus quadros mais conhecidos e utilizados nestas publicações, além de *Independência ou Morte*, também conhecido como *O Grito do Ipiranga* (1888), há também quadros sobre abolição da escravatura, guerra do Paraguai, etc. Dentre suas pinturas “históricas” mais conhecidas, estão: a *Paz e Concórdia*, 1895; *Tiradentes esquartejado*, 1893; *A Batalha do Avaí*, 1877, e a *Fala do Trono*, 1873, “retratando” o Imperador Pedro II. (MELLO JR, 1983; ROSEMBERG, 2002; OLIVEIRA, 2002.)

Pedro Américo nasceu na Paraíba em 1843, sendo, além de pintor, romancista, poeta e professor no Curso de Desenho Industrial na Academia Imperial. Como outros pintores dos oitocentos, estudou na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro e através do mecenato e proteção de Dom Pedro II, estudou na École des Beaux Arts em Paris. Dedicou-se a duas modalidades de pinturas: pinturas históricas e pinturas de alegorias. Por sua vez, o investimento na dita “pintura histórica” no Brasil do século XIX teria “uma ação pedagógica do olhar e uma propaganda política através da imagem nas (re) apresentações da história nacional”. (ROSEMBERG, 2002, p. 3.)

Na construção das pinturas de Pedro Américo, este se destaca-

---

41 O livro *Pequena História do Brasil* teve sua primeira edição em finais de 1870, e somente a partir da sétima edição, em 1888, trouxe gravuras. A última edição localizada por mim data de 1957. Ou seja, mais de 80 anos de uso.





va pela utilização da fotografia, a fim de conferir mais “veracidade” ao “fato” representado pela obra. O pintor se preocupava em construir obras históricas enquanto “narrativa visual”, se valendo para tanto de pesquisa à documentação diversa sobre o que pretendia “retratar”, tais como relatos, objetos, fotografias, etc. Daí o casamento bem-sucedido entre pinturas históricas/ livros didáticos de história do Brasil.

Outro livro farto em gravuras, mapas e afins, foi o de Mario Veiga Cabral. Mais uma vez, creio que a primeira edição lançada em 1920 não fosse tão abundante assim de ilustrações, o que pude verificar não pela consulta do primeiro exemplar, mas pelas resenhas e comentários sobre a primeira edição, publicados na 6ª edição em 1929: “Não tem ilustrações, o que é um defeito: mas o editor promete-nos, em nome do autor, sanar esse inconveniente numa segunda edição, que não estará longe, porque de certo o livro terá extracção”.<sup>42</sup>

O uso da imagem parece agradar mais ao autor que o editor:

O Sr. Jacintho Ribeiro dos Santos também presta bons serviços, encarregando-se de uma edição se não luxuosa, muito decente e agradável. Aqui ficamos esperando pela próxima segunda edição, esta ilustrada com muitas gravuras, como o autor com toda a razão deseja.<sup>43</sup>

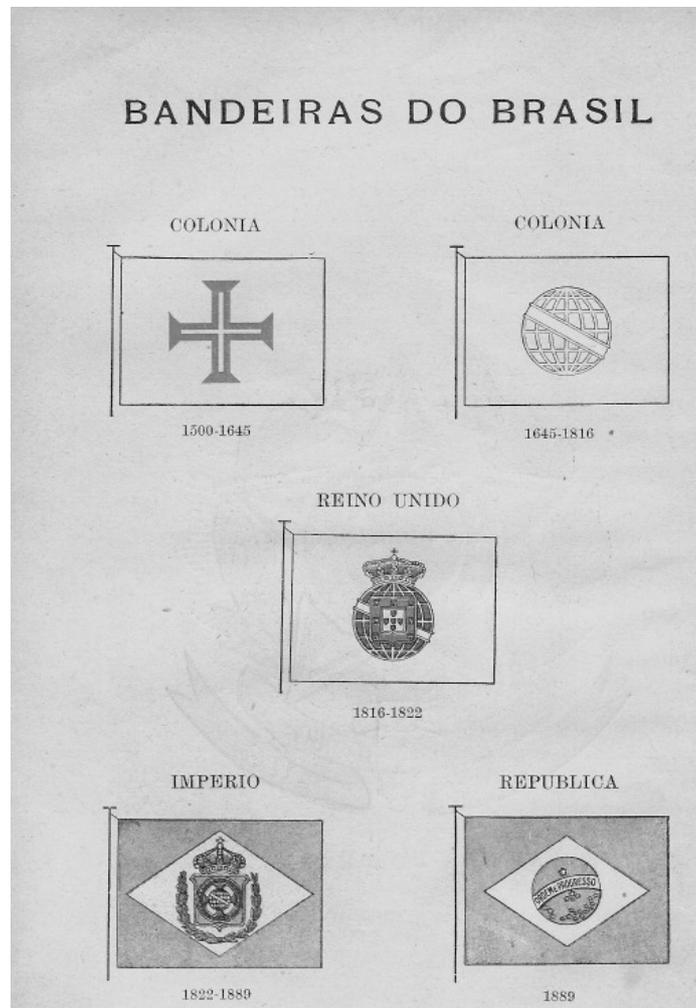
A 6ª edição parece atender aos desejos do autor e dos críticos, pois nesta há muitas gravuras, alguns até coloridas, como as armas e bandeiras do Brasil, na abertura do capítulo um, e ainda, a bandeira da “República de Pernambuco”, no capítulo sobre a Revolução de Pernambuco em 1917 e a bandeira da Confederação do Equador.

### Figura 9: Bandeiras do Brasil

42 *Jornal do comércio*, edição da manhã, 21/10/1920. (CABRAL, 1929, p. 22.)

43 *Rio-Jornal*, 9/05/1920. (CABRAL, 1929.)





(CABRAL, Mario da Veiga. Compêndio de História do Brasil.)

Assim como no livro de Joaquim Maria de Lacerda, há muitas gravuras inspiradas nas fotografias e pinturas de “personagens principais da história”, e serão analisados aqui apenas os ditos “quadros históricos”.





Para ilustrar e reforçar suas ideias sobre as primeiras explorações e fundação de São Vicente, o autor utiliza dois quadros de Benedito Calixto: A Fundação de São Vicente e Martin Affonse de Souza no porto de Piassaguera.<sup>44</sup>

Além dos quadros Fundação de São Vicente, o livro de Mario da Veiga Cabral traz os: “O poema de Anchieta” e “Domingos Jorge Velho e seu ajudante de Campo Fernandes de Abreu”. O compêndio de Veiga Cabral traz ainda outros pintores famosos e bastante vulgarizados pelas publicações didáticas. Ao tratar das grandes navegações portuguesas e do descobrimento do Brasil, por exemplo, o autor utiliza o quadro “A frota de Cabral ao Sair do Tejo”, de Roque Gameiro.<sup>45</sup>

Sobre as missas no Brasil recém “descoberto”, utiliza o quadro “A elevação da cruz”<sup>46</sup> em meio a uma exposição sobre o desembar-

44 Benedito Calixto é outro pintor de meados do século XIX que teve muitas obras presentes em livros didáticos. Nascido em São Paulo em 1853, foi pintor, foi desenhista e professor, além de estudioso da história de São Paulo. Pintava paisagens, costumes populares, cenas históricas, religiosas etc. Diferente de Pedro Américo, B Calixto não estudou na Academia Imperial de Belas- Artes do Rio de Janeiro, iniciando sua carreira graças ao trabalho em oficinas clandestinas, com “trabalhos de cunho propagandístico em Santos, em seguida, [...] consegue seus primeiros clientes como retratista e pintor de cenas de fazendas de café, e finalmente, dedica-se a quadros de paisagem histórica”. Sobre Benedito, consulte: ALVES, 2003; TEIXEIRA, 1992.

45 Roque Gameiro nasceu em abril de 1864, estudou na Academia Nacional de Belas Artes, e além do referido quadro, pintou também A partida de Vasco da Gama para a Índia, e a chegada de Vasco da Gama a Calicute. Morreu em Lisboa, em 5 de agosto de 1935. Conforme: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Roque\\_Gameiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Roque_Gameiro)>

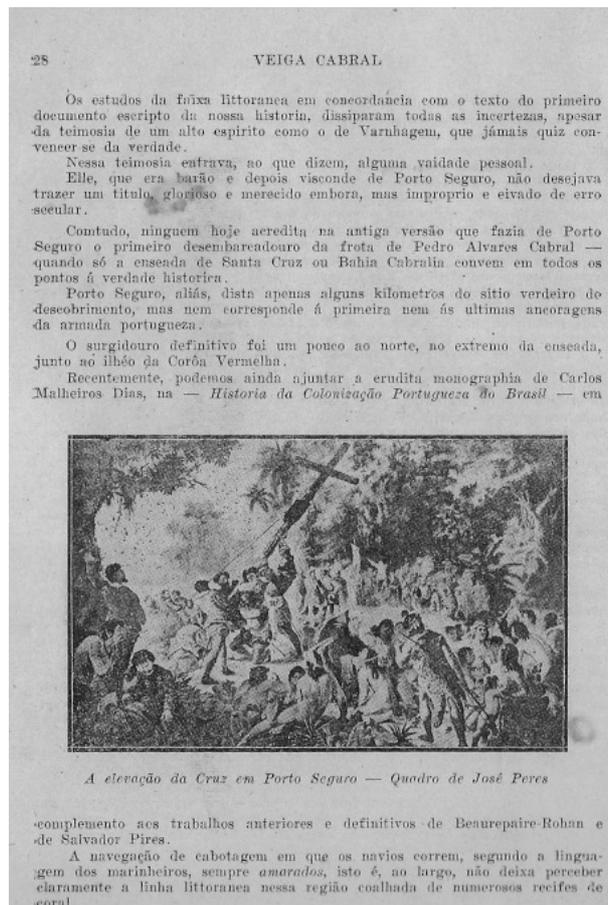
46 “A elevação da Cruz” é um quadro do pintor português José Peres, nascido em 1850, que veio para o Brasil com 5 anos. Estudou no Liceu de Artes e Ofícios, e também na Academia Imperial de Be-





que ou não de Cabral em Porto Seguro. A imagem mais uma vez ganha destaque, no meio do texto:

**Figura 10:** Quadro A elevação da Cruz



las Artes, onde foi aluno de Victor Meireles. Foi “pintor de história, gênero e retrato, atividade que repartiria até o fim da vida com a de professor no Liceu de Artes e Ofícios e na Escola Normal”. Foi também o substituto interino de Victor Meireles no curso de pintura na Academia de Belas Artes. Cf: <[http://www.pitoresco.com/laudelino/pedrojose/pedro\\_jose.htm](http://www.pitoresco.com/laudelino/pedrojose/pedro_jose.htm)>. Acesso em: outubro de 2007.





(CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de História do Brasil*, p. 28.)

O outro quadro “religioso” do livro é o famoso “A primeira missa no Brasil”, de Victor Meireles (1861).<sup>47</sup> Este pintou também outros quadros muito presentes nos livros didáticos até na contemporaneidade, tais como, “Batalha de Guararapes” (1879); “Passagem de Humaitá” (1868), para citar alguns.

Nascido em Florianópolis em 1832, formou-se na Academia Imperial de Belas Artes, ganhando notoriedade a partir de 1870, junto com Pedro Américo e Almeida Jr. Foi paisagista e importante professor na Academia Imperial, não tendo estabelecido vínculos com o partido republicano, como fez Pedro Américo, que se tornou inclusive deputado. (ALVES, 2003, p. 35.) O quadro a *Primeira Missa no Brasil* ficou famoso internacionalmente, tendo participado de inúmeras exposições internacionais. Nele, a relação entre colonizadores e indígenas aparece de forma harmônica e pacífica, expressa na celebração da missa. Na composição deste quadro, serviu de base para Meireles o relato de Caminha sobre a relação dos portugueses com os índios, além de outros documentos.<sup>48</sup>

Por fim, temos o quadro “A Proclamação da República”, de Henrique Bernardelli.<sup>49</sup> A imagem imponente de Marechal Deodoro em cima de um robusto cavalo, ostentando a “vitalidade” dos repu-

47 Além da “Segunda Missa”, o outro quadro de Victor Meireles no livro de Veiga Cabral é “Batalha de Riachuelo”, p. 248.

48 Sobre Victor Meireles, ver: MILHOMEM, 1972; RUBENS, 1943; PEIXOTO, 1970.

49 O pintor Henrique Bernardelli nasceu no Chile, em 1857, e morreu no Rio de Janeiro em abril de 1936. Também foi aluno na Academia Imperial de Belas Artes, estudando com pintores como Victor Meireles, onde também se tornou professor em 1891. Dentre as suas obras temos *Os Bandeirantes*, de 1890, e *Proclamação da República*, em 1893. Cf: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8633/henrique-bernardelli>>. Acesso em: 31/07/2015.





blicanos e da república, contrastando com a monarquia, que no texto de Mario da Veiga Cabral estaria na “ruína”.

**Figura 11:** A proclamação da República



(CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de História do Brasil*, p. 278.)

Por sua vez, o livro de Rocha Pombo (1917) conforme o título já indica consiste em uma “Narração dos fatos da História do Brasil. Através da sua evolução, com muitas gravuras explicativas”. Para este autor a imagem é um reforço para a explicação do texto, dando maior “veracidade” ou mesmo convencimento pelo uso de “provas” compreensíveis ao leitor, ajudando na explicação e na visualização “dos acontecimentos” históricos. Além de escrever pensando em di-





ferentes públicos, *Nossa Pátria* teve ampla circulação pelo território nacional, como podemos verificar nas indicações da capa do livrinho: “Aprovada oficialmente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão e adotada no ensino desses Estados e dos de Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte”. Foi publicado de 1917 até 1970, todas as edições contendo muitas imagens.

Dentre as imagens presentes neste livro, temos gravuras de objetos, alguns quadros de “pintores da escola acadêmica”, pranchas de viajantes, como Debret, Rugendas, além de fotografias. Em relação às “pinturas históricas”, o livro traz: *A Primeira Missa*, de Victor Meireles; *O Grito do Ipiranga*, de Pedro Américo; *A Proclamação da República*, de Henrique Bernadelli; *Domingos Jorge Velho e seu ajudante*, de B Calixto; estes já analisados aqui.

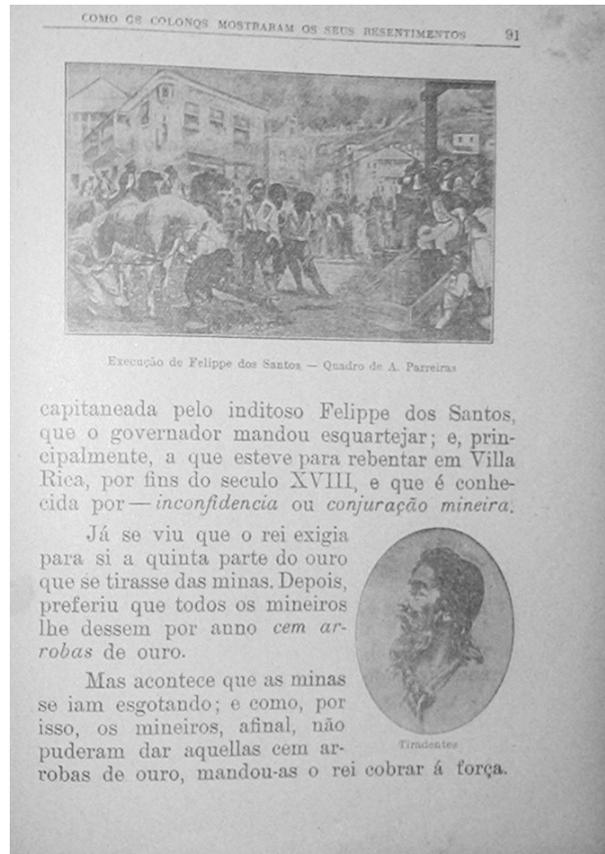
Além destes quadros, o livro de Rocha Pombo traz algumas imagens diferentes dos livros analisados anteriormente neste trabalho. Neste sentido, destaco os quadros de Antonio Parreiras,<sup>50</sup> um sobre João Ramalho e outro, sobre a execução de Felipe dos Santos:

**Figura 12:** Como os colonos mostraram os seus ressentimentos

---

50 Antonio Parreiras (1860-1937), nasceu em Niterói, tendo sido pintor, desenhista e ilustrador, teria abandonado os estudos na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro e continuado seus estudos de forma autodidata. Foi professor na Escola Nacional de Belas Artes em 1890. Também recebeu encomendas “pinturas históricas”, entre eles: *Conquista do Amazonas*, *Zumbi*, *Morte de Estácio de Sá*, etc. Informações obtidas em: <<http://www.pitoresco.com/lau-delino/parreiras/parreiras.htm>>.





(POMBO, Rocha. *Nossa pátria*. 1917, p. 91.)

O interessante neste capítulo intitulado “Como os colonos mostraram seus ressentimentos”, é a utilização e destaque para a imagem de execução de Felipe dos Santos, e em menor relevo, a imagem de Tiradentes, mais frequente nos livros didáticos de hoje.

Além dos quadros de Antonio Parreiras o livro de Rocha Pombo traz o quadro “O Morro do Castelo”, de Eduardo De Martino,<sup>51</sup>

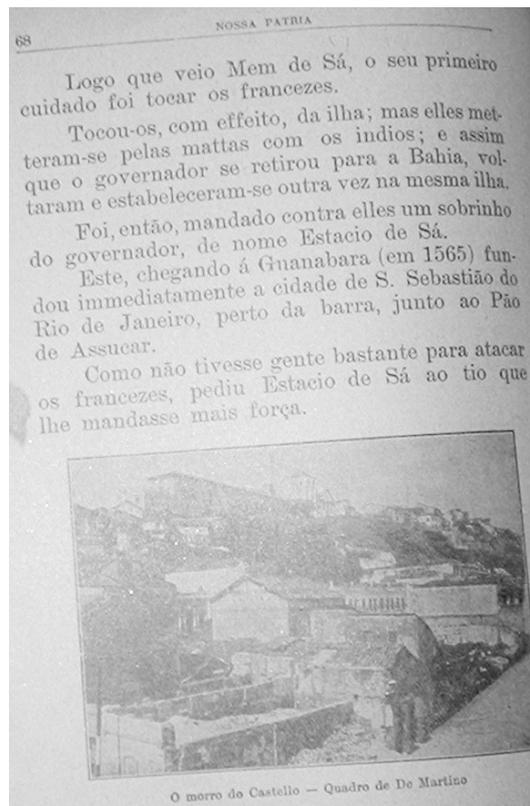
<sup>51</sup> Eduardo de Martino (1838-1912) foi um pintor Italiano. Coursou a Escola Naval de Nápoles, e como pintor, era autodidata.





no capítulo sobre a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por Estácio de Sá:

**Figura 13:** O Morro do Castelo, quadro de De Martino



(POMBO, Rocha. *Nossa Pátria*, p.68)

O interessante neste caso é que a imagem parece remeter mais ao morro do Castelo de finais do século XIX e inícios do XX que ao Morro no Rio de Janeiro, onde expôs alguns trabalhos sobre a Campanha do Paraguai, com as telas *Passagem do Humaitá* e *Abordagem dos Couraçados*, estas adquiridas pelo Governo Imperial. Disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/bios/bio\\_dm.htm](http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_dm.htm)>.

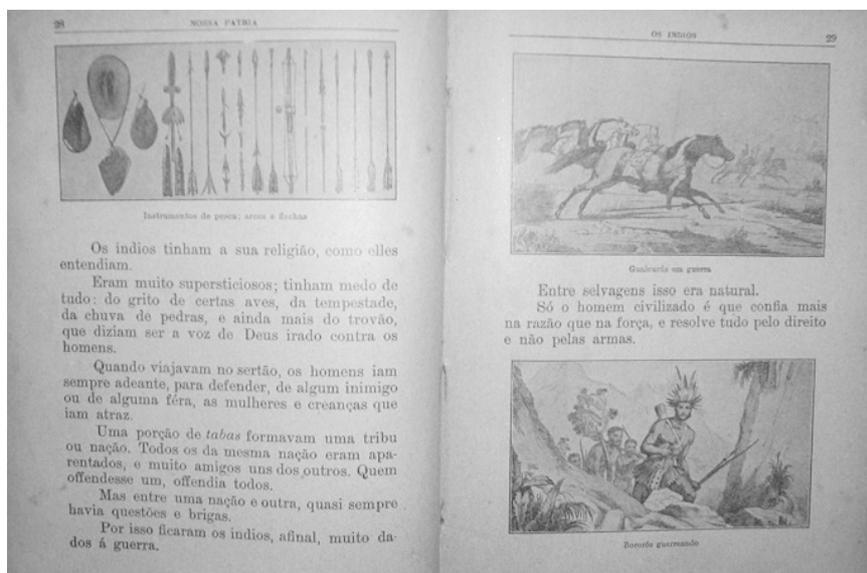




momento analisado pelo autor em seu texto, no qual trata da fundação da cidade do Rio de Janeiro no século XVI.

Com relação às pranchas dos viajantes europeus do XIX, o livro de Rocha Pombo utiliza principalmente na análise sobre os modos de vida dos indígenas e dos africanos escravizados no Brasil, realizando trabalhos nas minas de ouro, no trabalho urbano, etc.

**Figura 14:** Os índios



(POMBO, Rocha. *Nossa pátria*. P.28-29)

O livro de Rocha Pombo se difere dos demais livros didáticos analisados aqui por trazer os modos de vida na colônia e no Império, principalmente de indígenas e escravos. Todavia, nas imagens sobre estas “raças”, enfatizava o caráter pouco “civilizado” destas em relação ao europeu. Na imagem e texto acima, por exemplo, os índios aparecem como “selvagens”, pois resolvem tudo na guerra, ao contrário do “homem civilizado” que utiliza a razão em detrimento





da força.

Diferente dos quadros “históricos”, as pranchas dos viajantes europeus não traziam identificação de autoria. Todavia, observei que algumas imagens de viajantes utilizadas neste livro pertenciam a Jean Baptiste Debret e a Johann Moritz Rugendas.<sup>52</sup>

O outro livro de Rocha Pombo, *História do Brasil*, também traz um interessante painel de D Pedro II, diferente das imagens frequentes nos livros didáticos, trazendo o imperador sempre idoso ou sempre um menino de 5 anos:

**Figura 15:** Pedro II em diferentes idades

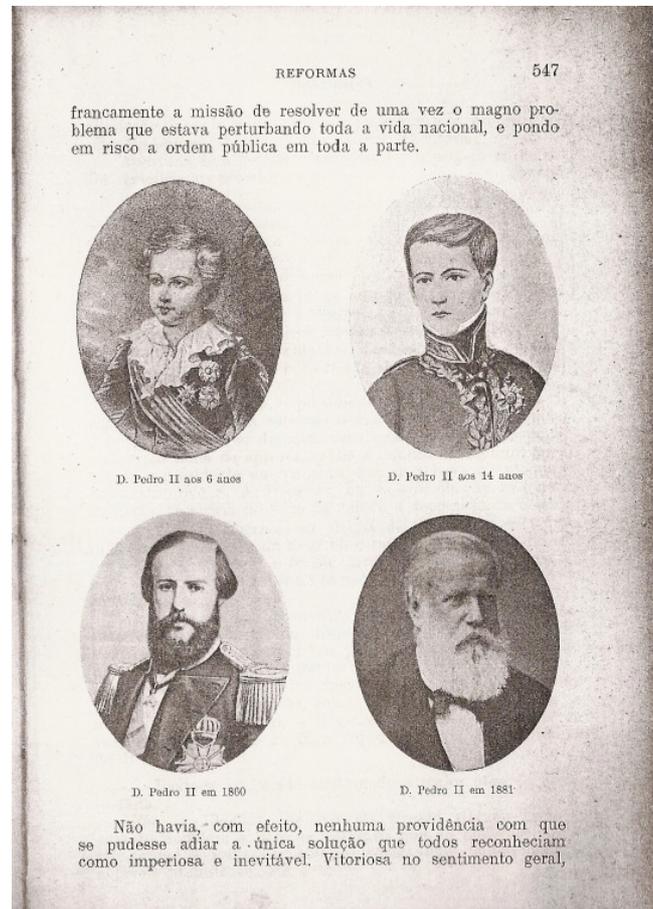


---

52 O francês Debret (1768-1848) foi um dos pintores que integrou a Missão Artística Francesa que esteve no Rio de Janeiro em 1816, fundando uma academia de Artes e Ofícios, que mais tarde seria a Academia Imperial de Belas Artes, onde foi professor de pintura. As imagens presentes no livro de Rocha Pombo analisado aqui são parte do livro de Debret *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1834-1839), composto de pranchas e pinturas sobre a natureza, homem e vida na sociedade brasileira de início do século XIX.

Rugendas (1808-1858) foi um pintor alemão que chegou ao Brasil junto com a missão científica do Barão de Langsdorff em 1821. Viajou por todo o Brasil entre 1822-1825, coletando materiais para pinturas e desenhos que retratassem os modos de vida e costumes locais, tipos humanos, espécies vegetais, etc. As pinturas utilizadas no livro de Rocha Pombo fazem parte do livro de Rugendas intitulado *Viagem pitoresca ao interior do Brasil*. Sobre a presença dos viajantes europeus no Brasil, ver: BELUZZO, 1994.





(POMBO, Rocha. *História do Brasil*, p. 547.)

Em suma, o uso de imagens nos livros didáticos, principalmente a partir de finais do século XIX e inícios do século XX, associa-se em muitos aspectos às preocupações em tornar os livros não somente “didáticos”, como também, “bons”. O aperfeiçoamento da linguagem, método, o uso de exercícios, mapas, foi delimitando cada vez mais o que seria um livro didático de qualidade.

Contudo, para alguns que estudam a questão *livro didático*, es-





tas características só passam a existir no Brasil a partir da década de 1970, uma vez que antes tínhamos apenas uma “produção artesanal” na indústria editorial:

Do velho manual, pequeno, contendo praticamente apenas textos, auxiliar das lições e explicações dadas nas aulas pelos professores, antes da década de 1970, o livro didático transformou-se: formato maior, capas chamativas, muitas cores e ilustrações, boxes, exercícios [...]. (GATTI JR, 2004, p. 12.)

As diferenças entre os momentos da produção didática existem, não quero negar isto. Contudo, as evidências apreendidas durante a presente pesquisa negam este “caráter artesanal” na produção de livros didáticos de história do Brasil, marcados exatamente pelo movimento de permanências e mudanças durante o período aqui analisado. Tal produção não foi estática ou “artesanal” porque não foram “estáticas” ou imutáveis as relações sociais em que foram produzidos os livros didáticos de história do Brasil.





# Considerações Finais





Por que, afinal, investir em livros didáticos, em um país tido como analfabeto? Quais os lucros e retornos sociais neste tipo de investimento? Seria possível falar em um “mercado editorial” neste momento, e em particular, isto se aplicava aos livros didáticos? Estas foram algumas das perguntas que orientaram a pesquisa e que gostaria de retomar. Em torno destas questões, o presente trabalho avançou em muitos pontos e reflexões em relação às proposições iniciais

Foi possível observar que a edição de livros didáticos de história envolvia muitos sujeitos, com diferentes significados sociais para os mesmos. Era um negócio e fonte de lucros, para alguns, estratégia de sobrevivência e de trabalho, para outros, ou ainda, meio de inserir-se no universo da cultura letrada da cidade, utilizando a palavra para reivindicar melhorias nas condições de vida, tais como na luta por instrução de qualidade, melhorias nas condições de trabalho, moradia, dentre outras. De todo modo, a compreensão sobre os significados de escrever e editar livros didáticos de História no Rio de Janeiro, entre 1870-1924, não pode ser separada das principais transformações no ensino e na constituição de um mercado editorial de massas.

Tal recorte respeitou principalmente a problematização das transformações do livro didático em produto de massas, com elevado número de tiragens, reedições frequentes, barateamento dos preços e diversificação do público-alvo. Por isso, ratifico que o investimento em abertura de escolas e na publicação de livros didáticos “para o povo” ajuda a entender a existência de cerca de 61% de pessoas alfabetizadas na cidade do Rio de Janeiro em princípios da década de 1920. Com isto, além da edição e o comércio de livros didáticos constituírem-se como um lucrativo negócio, envolvendo sujeitos e interesses distintos, ela representava também a possibilidade de participar nas decisões e proposições de projetos para a sociedade. Vale lembrar que alguns desses livros didáticos de história do Brasil, foram reeditados por diferentes gerações, e chegaram às





salas de aula e aos alunos até as décadas de 1970 e mesmo 1980.

Por sua vez, os livros didáticos de história do Brasil não eram todos iguais porque foram elaborados segundo diferentes concepções de história e ensino. Seus autores pertenciam a grupos sociais distintos e muitos deles sequer conseguiam editar seus livros, pois não pertenciam aos círculos de poder e prestígio. Ou, quando o conseguiam, não eram recomendados pela imprensa e nem figuravam nos programas oficiais de ensino.

No que tange às transformações nos livros didáticos de história do Brasil, elas correram, em parte, em função das exigências e pontos dos programas, e da necessidade de adequar o livro didático aos mesmos. As mudanças na linguagem e metodologias dos livros didáticos foram outra tônica do período estudado aqui, com acréscimos de imagens, introdução de cores nas capas, redução de formato e acréscimos de conteúdos, em função dos novos acontecimentos vividos. Todavia, muitas foram as permanências observadas na análise dos livros didáticos, principalmente em função das muitas reedições, uma vez que houve casos de livros reeditados e utilizados por cerca de 80 anos, modificando alguns aspectos gráficos, mas mantendo as mesmas perspectivas e concepções de história das edições iniciais.

Essa problematização permitiu avaliar até que ponto muitas perspectivas de história do Brasil ensinadas desde inícios do XX permaneceram na memória e no ensino de muitas gerações, orientadas muitas vezes, pelos grandes fatos e feitos de personagens da vida política e institucional, servindo como parâmetro para selecionar os conteúdos dos programas, e também, a seleção e preservação de uma memória social, “no singular”.

Deste modo, tecemos uma reflexão sobre a relação entre o ensino de história e memórias; a partir das distintas experiências de homens, mulheres e crianças, sendo possível dar visibilidade a outras memórias em torno da construção da história do Brasil ensinada nos





manuais didáticos.

As ações de professores, autores e editores tiveram diferentes motivações, muito além dos círculos eruditos de homens de letras do país. Se para alguns destes ensinar história do Brasil para o “povo” através dos livros didáticos era uma forma de tirá-lo da “ignorância”, para a “gente comum”, o conhecimento da história do país via livros didáticos era também, uma possibilidade de inserir-se ativamente enquanto sujeito, não um mero espectador da própria história.

A existência de projetos direcionados a difusão da escrita/leitura na cidade do Rio de Janeiro deve ser vista também como um movimento de luta dos próprios sujeitos, na busca pela inserção no universo da cultura letrada e não apenas, como um empreendimento vindo “de cima” por grupos da classe dominante.

Por fim, em torno do ensino de História, cabe-nos a reflexão de quais histórias estamos silenciando ou cristalizando em nossas aulas diárias, através de nossas escolhas e do modo como conduzimos nossa reflexão histórica.



# Referências Bibliográficas





### **Catálogos:**

- *Catálogo da Exposição de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: Typ. de Leuzinger & Filhos, 1881.

- *Relação completa das obras publicadas pela Livraria Francisco Alves*. 1954.

- Catálogo da Livraria Garnier. Rio de Janeiro: Ganier, 1877.

- Extrato do Catálogo da Livraria J. G. de Azevedo- Editor. In: PINTO, Alfredo Moreira. *Pontos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J G de Azevedo-editor, 1876.

- Extrato do Catálogo da Livraria do Povo. In: SILVA, Dr. José Maria Velho. *Homens e fatos da história pátria*. Biblioteca da livraria do povo. Rio de Janeiro: Livraria do Povo, Quaresma e C- Livreiros-editores, 1895.

- Extrato da Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos para o ano de 1920. In: CABRAL, Mario da Veiga. *Compêndio de História do Brasil*. Para uso dos colégios militares e demais estabelecimentos de ensino secundário. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1920.

### **Periódicos e Legislação:**

*Almanach Alves* para 1917, 1 ano. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, 1917.

*Almanack Laemmert*. Rio de Janeiro 1873, 1874 e 1877.

*Almanaque Garnier* (1904-1914)

*Anais da Câmara dos Deputados* (1900-1905)





*Revista do IHGB* (Entre 1839-1931)

Livros Premiados. Anúncios de editora Francisco Alves na *Revista Pedagógica*. Rio de Janeiro: 1891.

### Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Mercado de Letras, 1999.

ABREU E LIMA, Inácio. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843.

ALMEIDA, Nina Paiva. *Temática indígena e questão nacional no ensino de História*. Parâmetros curriculares nacionais e livros didáticos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

ALMEIDA, José Ricardo de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: INEP/PUC-SP, 1989.

ALVES, Isaías. *Vida e obra do Barão de Macaúbas*. Rio de Janeiro, 1936.

ALVES, Caleb Faria. *Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano*. São Paulo: EDUSC, 2003

ANDRADE, Maria Guilhermina Loureiro de. *Resumo da história do Brasil*. Para uso das escolas primárias brasileiras. Boston: Ginn, 1888.

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiróz. *Colégio Pedro II: Um lugar de memória*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento*. Visões dos tipógra-





fos no Rio de Janeiro-1880-1920. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

BARRETO, Arnaldo de Oliveira. *Leituras Morais*. 5 ed. Livraria Francisco Alves, 1909.

\_\_\_\_\_. *Cartilha das Mães*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.

BELLEGARDE, H L de Niemeyer. *Resumo da História do Brasil até 1828*. Traduzido de Ferdinand Denis. Rio de Janeiro: Typographia de Gueffier E C, 1832.

BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. A construção da paisagem. São Paulo: Metal livros, 1994.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1988.

BENEVIDES, S. *Pontos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912.

BESSONE, Tânia. Definindo privilégios: a questão da propriedade literária nas relações entre Brasil e Portugal (1862-1889). Trabalho apresentado ao NP IV- *Produção Editorial no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2004.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. Livros didáticos entre textos e imagens. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BLAKE, Sacramento. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.





BORGES, Abílio. *Quarto livro de leitura*: Para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1890.

BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissão de escritor no Brasil. ABREU, Márcia. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Mercado das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. Texto apresentado ao *I Seminário Brasileiro sobre Livro e Mercado Editorial*. Rio de Janeiro, UFF/Casa de Rui Barbosa, 2004.

\_\_\_\_\_. *Livraria ideal*. A trajetória de um imigrante italiano, de engraxate a livreiro (1935-1966). 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Marcia. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: FAPESP, 1999.

BENEVIDES, Sá. *Lições de história do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912.

BRAGA, Creso. *Breves lições de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Do Jornal do Comércio, de Rodrigues e C, 1919.

BROCA, Brito. *O repórter impertinente*. Campinas: Ed Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

CABRAL, Mario da Veiga. *Corografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1957.

\_\_\_\_\_. *Segundo livro de leitura*. 15 ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1942.





\_\_\_\_\_. *Compendio de história do Brasil*. Para uso dos colégios militares e demais estabelecimentos de ensino secundário. Primeira edição. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos editor, 1920.

\_\_\_\_\_. *Pequena História do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1923.

\_\_\_\_\_. *Lições de história geral*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1918.

\_\_\_\_\_. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1929.

*Catálogo da Livraria Garnier para o ano de 1877*. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

CABRINI, Conceição Aparecida. *Memória do livro didático – Os livros de leitura de Felisberto Freire Rodrigues de Carvalho*. 1994. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, 1994.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHAMON, Carla S. *Escolas em reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora*. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.





CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, nº 2, p. 177-229, 1990.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. Rio de Janeiro: Ática, 1976.

MENDONÇA, Leandro Climaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CORUJA, Antonio Álvares Pereira (1806-1889). *Lições de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia de M. Gomes Ribeiro, 1855.

\_\_\_\_\_. *Lições de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia de M. Gomes Ribeiro, 1857.

\_\_\_\_\_. *Lições de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Esperança, 1869.

\_\_\_\_\_. *Lições de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Esperança, 1873.

\_\_\_\_\_. *Lições de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. do Figaro, 1877.

\_\_\_\_\_. *Aritmética para meninos*, contendo unicamente o que é indispensável, e se pode ensinar nas escolas de primeiras letras. Rio de Janeiro: Tip. brasiliense de M. G. Ribeiro, 1854.

CORUJA, Antonio Álvares Pereira (1806-1889). *Lições de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia de M. Gomes Ribeiro, 1855.





COSTA, Marcos de Farias. *João Ribeiro, bibliografia anotada e comentada*. Maceió: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer, 1998.

COUTO, Pedro. *Pontos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1920.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana-1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Cidadania republicana e educação*. Governo provisório do Mal Deodoro e congresso constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP& A Editora, 2001.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.



DAMAZIO, Sylvia. *Retrato social do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1996.



DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora, 2005.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

FAZENDA, Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *RIH-GB*. Tomo XCV, 1924, vol. 149.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.





FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *Da infância ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. Ver para compreender: arte, livro didático e a história da nação. In: SIMAN, Lana. (Org.). *Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FREITAS, Itamar. História do Brasil para crianças: o livro escolar nos primeiros anos da República e a iniciativa de Joaquim Maria de Lacerda. *Cadernos de História da Educação*, UFU, v. 6, n. 6, p. 121-132, 2007.

FREITAG, Barbosa e outros. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.



GASPARELLO, Arlete. *Construtores de identidades: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.



GALANTI, Raphael. *História do Brasil*. São Paulo: 1911.

GATTI JR, Décio. *A escrita escolar da História do Brasil*. Livro didático e ensino de história no Brasil (1870-1990). Bauru: EdUSC; Uberlândia, MG: EdUFU, 2004.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GONDRA, José Gonçalves. *A Instrução Inspeccionada: Formulação, Implantação e Funcionamento da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (1854 a 1863)*. Projeto de Pesquisa, 2002-2005. Disponível em: <[www.proped.pro.br/docentes/projetos](http://www.proped.pro.br/docentes/projetos)>





[asp?ID=28 - 17k>](#).

JULIA, Dominique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. (Orgs.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil* (sua história). São Paulo: Ática, 1985.

HOLLANDA, Guy de. *Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro (1931-1956)*. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1957.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Noções de Corografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1875.

MOSTAFA, Maria. *A mulher nos livros didáticos de história: uma análise crítica*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MAIA, Luiz Q. M. *Lições de história do Brasil*, proferidas no internato do Imperial Colégio de Pedro II. 2 Ed. corrigida e aumentada. Rio de Janeiro: D. L. Garnier, 1886.

HANSEN, Patrícia dos Santos. *Feições e fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Acess, 2000.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas: A educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Universidade de São Francisco, 2001.

LACERDA, Joaquim M<sup>a</sup> de. *Pequena História do Brasil*. Por perguntas e respostas para uso da infância brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1919.





LAVISSE, Ernest. *Histoire de France: cours élémentaire*. Paris: A. Colin, 1887.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860 – 1910)*. Campinas: Unicamp, 2004.

LIMA, Yone Soares de. *A ilustração na produção literária*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1985.

LUCCHESI, Fernanda. *A história como ideal: reflexões sobre a obra de Jose Francisco da Rocha Pombo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, 2004.

MACIEL, Laura Antunes. De 'o povo não sabe ler' a uma história dos trabalhadores da palavra. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIRA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir: a instrução popular na corte imperial (1870-1889)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Noções de Corografia do Brasil*, para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II. RIO DE JANEIRO: B. L. Garnier, 1877.

\_\_\_\_\_. *Lições de História do Brasil para uso das classes primárias*. Obra adotada pelo Conselho Superior da Instrução Pública. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

\_\_\_\_\_. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Ed UnB, 1988.





\_\_\_\_\_. *Lições de História do Brasil para uso das classes primárias*. Rio de Janeiro: Garnier, 1905.

MACIEL, Laura. *O Mato Grosso e sua história: manual do professor*. Curitiba: Base, 2004.

MARTINS, L. *Pedro Américo: pintor universal*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1994.

MATTOS, Selma. *O Brasil em Lições de Joaquim Manuel de Macedo*. A história do ensino de história do Brasil através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo. 1993. Mestrado (Dissertação em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

MENDONÇA, Leandro Clímaco Almeida de. Relatório final do projeto *Outras memórias e histórias: cultura letrada e redes de comunicação social no Rio de Janeiro, 1870-1920, sob a orientação da profª Dra Laura Antunes Maciel*. Niterói, UFF, 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Cultura democrática e científica no final do império. Rio de Janeiro: Ed FGV; Ed da UFRJ, 2007.

MELLO JR, Donato. *Pedro Américo de Figueiredo e Melo, 1843-1905: algumas singularidades de sua vida e de sua obra*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1983.

MILHOMEM, Wolney. *O humanista Victor Meireles*. Porto Alegre: Edições Flama, 1972.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero*. Dilemas e combates no Brasil da virada do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MOREIRA, Kênia. Os livros didáticos de História do Brasil no contexto republicano (1889-2008). 2011. Tese (Doutorado em Educação) – UNESP, 2011.





OLIVEIRA, Vladimir Machado. *Do esboço pictórico à rotunda dos dioramas: a fotografia na pintura das batalhas de Pedro Américo*. 2002. Tese (Doutorado) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. *1871: A fotografia na pintura da Batalha de Campo Grande de Pedro Américo*. Rio de Janeiro, 2006. V-VI (edição do autor).

\_\_\_\_\_. A fotografia na batalha do Avaí. *Nossa História*, São Paulo, Vera Cruz, v 3, n° 33, p. 34-38, Julho de 2006.

PAIVA, Vanilda. *História da Educação popular no Brasil*. Educação popular e educação de adultos. São Paula: Ed Loyola, 1972.

PEIXOTO, Afrânio. *Minha terra e minha gente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

\_\_\_\_\_. *Noções de história da educação*. São Paulo: Ed Nacional, 1942.

PEIXOTO, Elza Ramos. *Victor Meireles no Museu Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: 1970.

PINTO, Alfredo Moreira. *Pontos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. G. de Azevedo-editor, 1876.

PINTO, Alfredo Moreira. *Epítome da História do Brasil*. Seguido de um pequeno dicionário biográfico. Destinado às aulas como livro de leitura. (Autor do dicionário geográfico do Brasil e professor de História e Geografia na Escola Militar da Corte). Rio de Janeiro: Livraria Nicolau Alves. Sucessores Alves & Cia, 1884.

SILVA, Dr. José Maria Velho. *Homens e fatos da história pátria*. Biblioteca da livraria do povo. Rio de Janeiro: Livraria do Povo, Quaresma e C- Livreiros-editores, 1895.





SOARES, Magda B. Um olhar sobre o livro didático. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 2, n 12, p. 54-63, 1996.

PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach: Porto Alegre, 1917.

POMBO, Rocha. *Compêndio de História da América*. Rio de Janeiro: Benjamin de **Águila** Editor, 1925.

\_\_\_\_\_. *Nossa pátria*. Narração dos fatos da História do Brasil. Através da sua evolução, com muitas gravuras explicativas. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1917.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. A Livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública de São Paulo. Disponível em: <<http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17510/1/R1850-1.pdf>>.



REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã*. A História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos (1931-1945). Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói.



RIBEIRO, João. Uma recordação pessoal. *O Imparcial*, 2/7/1917.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. Curso Superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1900.

\_\_\_\_\_. *Rudimentos de História do Brasil*. (Curso Primário). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924.

RIO, João do. Mercadores de livros e a leitura das ruas. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

ROMERO, Sílvio. *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1890.





\_\_\_\_\_. Mensagem dos homens de letras do Rio de Janeiro ao Governo Provisório da República do Brasil. *Novos estudos de literatura contemporânea*. Paris: Garnier, 1898.

RUBENS, Carlos. *Victor Meireles, sua vida, sua obra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

ROSEMBERG, Liana Ruth B. *Pedro Américo e o olhar oitocentista*. Rio de Janeiro: Barroso Edições, 2002.

SANTOS, Ivan Norberto dos. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SARLO, Beatriz. *A história contra o esquecimento. Paisagens imaginárias*. São Paulo: EdUSP, 1997.



SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.



SCHUELER, Alessandra Frota. *Forma e culturas escolares: práticas, representações e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias na cidade do Rio de Janeiro (1870-1890)*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

\_\_\_\_\_. Representação da docência na imprensa pedagógica na corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v 31, n 3, p. 379-390, set/dez. 2005.

SILVA, Alexandra Lima da. *Entre vínculos e círculos: livros didáticos de História do Brasil, autores e público leitor entre 1838-1924*, Rio de Janeiro. 2005. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.





\_\_\_\_\_. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil*. Rio de Janeiro (1870-1924). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

\_\_\_\_\_. *Escritas de viagem, escritas da história: estratégias de legitimação de Rocha Pombo no campo intelectual*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Marcos A da. Pintura histórica: do museu à sala de aula. *Projeto História*, n 20. Revista de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/ SP, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TEIXEIRA, Milton. B. *Calixto: imortalidade*. Santos: Ed UNICEB, 1992

THOMPSON, Edward Palmer. *Os românticos*. A Inglaterra na era vitoriana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa III. A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. O termo ausente: experiência. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. (Orgs.). *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira. 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec / Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, 1997.





VIDAL, Maria Cristina Fonseca. *Jonathas Serrano: limites e possibilidades no ensino de história do Brasil nos anos 30*. 2005. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

VIEIRA, Adelina Lopes; ALMEIDA, Julia Lopes. *Contos infantis em verso e prosa adotados para uso das escolas primárias do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

VILA-LOBOS, Raul. *Pontos de história do Brasil*. 2 Ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C, 1889.

VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários. Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.





## Sumário

### Prefácio

### Introdução

### Capítulo I

#### **Culturas letradas no Rio de Janeiro: espaços de experiências**

A instrução no Rio de Janeiro: alunos, professores, diretores e proprietários de escolas

Os autores de livros didáticos

Os “negócios” em torno de livros didáticos na cidade do Rio de Janeiro

### Capítulo II

#### **“A carne do mercado”: como nasceram os livros didáticos de História do Brasil**

Os papéis dos editores na produção didática

Construindo redes de apoio e comunicação em torno do livro didático

Livros didáticos: um produto de massas?

### Capítulo III

#### **Ensino de história e livros didáticos de história do Brasil: entre mudanças e permanências**

Reformas, programas de ensino e livros didáticos de história do Brasil

Livros didáticos: concepções de história e ensino

Metodologias e linguagens de um “bom livro didático” de História do Brasil



**Considerações Finais**

**Referências Bibliográficas**

